

A CONJUNTURA EM 2026: reconfigurações internacionais e disputas no Brasil

Grupo de Análise de Conjuntura “Padre Thierry Linard” – CNBB¹
8 de abril de 2026²

1 – INTRODUÇÃO

Após o período quaresmal, com a alegria da Páscoa e da Ressurreição do Senhor, oferecemos esta análise de conjuntura para a 62^a Assembleia Geral Ordinária da CNBB, a serviço de uma compreensão dos “sinais dos tempos”, como parte do complexo contexto da humanidade e da nossa história³, como nos inspira o Concílio Vaticano II, em especial na marca dos 60 anos de seu encerramento.

A conjuntura de 2026 impõe um esforço de compreensão que ultrapassa leituras fragmentadas ou exclusivamente setoriais. Os fenômenos que marcam o tempo presente – a intensificação dos conflitos internacionais, a reacomodação

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros e assessores da Conferência, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Adalmir Marquetti – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

² Quarta-feira da Oitava Pascal: o Senhor Ressuscitado se revela aos discípulos de Emaús. Memória de São Dionísio, bispo de Corinto no século II.

³ Como afirmado na introdução da *Gaudium et Spes*: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história”. Ver *COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Gaudium et Spes*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, n. 1.



das disputas entre grandes potências, as pressões econômicas sobre regiões periféricas, a erosão das mediações democráticas, a centralidade das eleições no Brasil, a crescente instrumentalização da religião no espaço público e a busca por referenciais éticos diante da crise – não se apresentam como fatos isolados. Antes, compõem um mesmo quadro histórico, caracterizado por tensões simultâneas, por mudanças na distribuição do poder e por uma crise mais ampla das formas de regulação política, institucional e moral da vida social. Este texto parte da convicção de que a realidade de 2026 somente pode ser adequadamente apreendida por uma análise integrada, capaz de articular as dimensões internacional, regional, nacional, institucional, social e ética em uma mesma perspectiva interpretativa.

É nessa perspectiva que a reflexão se inicia pelo cenário internacional. A guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã é examinada não como um evento localizado ou episódico, mas como expressão concentrada de processos históricos de maior duração, nos quais se combinam rivalidades regionais, disputas por hegemonia global, centralidade energética e reconfiguração da ordem internacional. Ao dedicar-se à posição geopolítica do Irã, à ofensiva militar aberta, à resposta de Teerã, ao papel do Estreito de Ormuz, aos impactos sobre o petróleo, aos petrodólares, ao dólar e aos possíveis desdobramentos do conflito, o texto evidencia que a guerra ultrapassa em muito o plano militar. Seus efeitos alcançam os fluxos comerciais, os mercados energéticos, as expectativas econômicas, a diplomacia e os próprios limites do poder norte-americano em um contexto internacional marcado pela transição entre a unipolaridade e a multipolaridade. Desse modo, cumpre-se uma função estruturante: situar a conjuntura brasileira no interior de uma crise sistêmica mais ampla, cujos efeitos se irradiam por diferentes regiões e escalas de poder.

A análise avança, então, para a América Latina, estabelecendo a mediação necessária entre as disputas globais e suas repercussões sobre sociedades periféricas, desiguais e historicamente vulneráveis às oscilações do sistema internacional. O texto mostra que a região se encontra diante de uma condição ambivalente: de um lado, dispõe de recursos estratégicos, de potencial geoeconômico e de relevância crescente no contexto da transição energética; de outro, permanece submetida a restrições estruturais, entre as quais se destacam o baixo crescimento, a desigualdade persistente, a fragilidade fiscal, a dependência externa e a precariedade das instituições democráticas. Ao incorporar as dimensões econômica, social e política da realidade latino-



americana, a opção é evitar tanto o entusiasmo ingênuo quanto o determinismo pessimista. Ela apresenta o continente como espaço de disputa, no qual se combinam oportunidades de reposicionamento estratégico e permanências históricas de subordinação.

No plano político, a América Latina é retratada como região em processo de recomposição, marcada por alternâncias de poder, reconfigurações ideológicas, experiências híbridas e crescente presença de atores extrarregionais. A leitura proposta não reduz o continente a uma simples oposição entre governos de esquerda e de direita, mas procura demonstrar que a dinâmica regional é atravessada por disputas mais complexas, nas quais se articulam frustração social, limitações estatais, pressões geopolíticas e redefinições de projetos nacionais. Essa etapa da análise possui especial relevância metodológica, pois prepara a passagem para o caso brasileiro. Ao fazê-lo, evita-se tanto o isolamento analítico do Brasil quanto sua diluição no cenário regional. O país aparece, assim, como expressão singular de tendências mais amplas, mas também como realidade dotada de peso próprio, cujas contradições assumem escala e intensidade particulares.

É a partir dessa inflexão que se parte das macrotendências à conjuntura nacional. O diagnóstico proposto afasta-se de interpretações simplificadoras, sejam elas eufóricas, ao sugerirem uma normalização plena da vida democrática, sejam catastrofistas, ao pressuporem uma ruptura imediata e total da ordem institucional. O texto sustenta que o Brasil vive uma erosão progressiva de suas mediações democráticas, preservando procedimentos formais, mas revelando crescentes sinais de desgaste funcional, de perda de legitimidade e de enfraquecimento da confiança social nas instituições. Nesse contexto, são examinadas a crise do regime político, a tensão entre os Poderes, a ampliação da capacidade de veto de atores parlamentares, o protagonismo compensatório do Judiciário e a fragmentação dos mecanismos tradicionais de coordenação do presidencialismo. Ao lado disso, o texto introduz a questão ambiental e a COP-30 não como tema periférico, mas como dimensão central da conjuntura brasileira, uma vez que a crise ecológica, a posição internacional do país e os conflitos em torno do desenvolvimento se tornaram componentes incontornáveis do debate nacional.

Na sequência, a análise se volta à economia e ao ano eleitoral, mostrando que ambas as dimensões se encontram profundamente interligadas. A economia é considerada não apenas por seus indicadores agregados, mas por seus efeitos



concretos sobre a vida cotidiana da população, especialmente em temas como renda, emprego, inflação, preços dos combustíveis e alimentos. A partir daí, resta evidente que a eleição de 2026 não poderá ser compreendida de modo dissociado da experiência material da sociedade. O embate político-eleitoral é apresentado como momento de alta condensação das tensões sociais, institucionais e econômicas acumuladas, envolvendo a disputa entre lulismo e bolsonarismo, a compressão do espaço para alternativas centristas, a relevância estratégica da composição do Senado e a tentativa de distintos atores de influenciar o equilíbrio entre os Poderes. Assim, o processo eleitoral é situado não apenas como competição partidária, mas como instância decisiva de definição de rumos para o Estado, para a democracia e para a orientação do país diante de seus desafios internos e externos.

O texto incorpora, ainda, um aspecto de especial importância para a compreensão do cenário contemporâneo: a crescente interpenetração entre religião e política. Longe de tratar a religião como dimensão secundária ou exclusivamente privada, a análise reconhece seu papel efetivo na conformação de identidades, na mobilização de valores, na produção de pertencimentos e na própria disputa por hegemonia cultural e eleitoral. Essa abordagem amplia o alcance do diagnóstico nacional, ao demonstrar que a crise brasileira não se restringe ao plano institucional ou econômico, mas também se manifesta no terreno simbólico, moral e comunicacional. Com isso, o texto oferece uma leitura mais abrangente da conjuntura, capaz de articular estruturas de poder, interesses materiais e formas contemporâneas de produção de sentido político.

Depois de percorrer os principais eixos da crise contemporânea, a análise realiza uma inflexão significativa ao propor, como marco referencial, o tema da inspiração do Papa Leão XIV como chamado à paz e à esperança. Esta passagem não representa ruptura com o percurso anterior, nem simples adendo de caráter religioso. Sua função é recolocar o debate em um plano normativo mais amplo, no qual a crítica das estruturas de violência, fragmentação e desordem seja acompanhada da afirmação de horizontes éticos capazes de orientar o discernimento histórico. Em continuidade com o magistério do Papa Francisco, a referência a Leão XIV permite ao texto destacar a centralidade da paz, da justiça, do diálogo e da responsabilidade diante de um mundo crescentemente marcado pela banalização da violência, pela corrosão da linguagem pública e pela normalização da guerra. A evocação da tradição agostiniana, por sua vez, reforça a compreensão da paz não como abstração ingênua, mas como expressão de



uma ordem justa, fundada em vínculos sociais, institucionais e morais que precisam ser reconstruídos.

Por fim, o texto se encaminha para suas conclusões e para a indicação de sinais de esperança. Esse encerramento não pretende minimizar a gravidade da conjuntura, nem oferecer sínteses apaziguadoras diante de contradições que permanecem abertas. Ao contrário, ele procura recolher, de forma coerente, os diversos fios da análise para afirmar que a crise não elimina a possibilidade de responsabilidade histórica, de reconstrução democrática e de reafirmação ética. Assim, a presente análise de conjuntura se orienta por uma dupla fidelidade: de um lado, à dureza dos fatos e à complexidade do tempo presente; de outro, à exigência de discernimento, compromisso e esperança. Trata-se, em última instância, de compreender o momento atual em toda a sua densidade, sem ceder à dispersão analítica, ao fatalismo político ou à indiferença moral.

2 – CONJUNTURA INTERNACIONAL

2.1 – A guerra no Oriente Médio

A guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã não deve ser vista como um episódio isolado, nem como simples explosão repentina de hostilidade. Ela é o ponto de condensação de um processo histórico longo, em que geografia, energia, memória imperial, revolução, rivalidades religiosas, disputas por hegemonia regional e competição entre grandes potências se combinaram até produzir uma crise de alta intensidade. No presente, o conflito aparece como confronto aberto entre, de um lado, uma coalizão formada por Estados Unidos e Israel, empenhada em neutralizar a capacidade estratégica do Irã e, se possível, provocar uma transformação profunda no regime político de Teerã; e, de outro, uma República Islâmica que enxerga a guerra não apenas como mais uma disputa regional, mas como uma luta de sobrevivência.

Essa diferença de percepção é fundamental. Para o Irã, a guerra é percebida como culminação de um cerco histórico, isto é, como esforço continuado de estrangulamento econômico, isolamento diplomático, sabotagem, pressão psicológica, fragmentação interna e eventual substituição do regime. Em termos analíticos, isso produz assimetria fundamental de cálculo: coalizões que entram em guerra por escolha tendem a ponderar mais elasticamente custos e benefícios e preservam, ao menos em tese, maior margem para recuo; Estados que



interpretam o conflito como guerra de sobrevivência tendem a aceitar custos muito mais elevados, precisamente porque consideram a derrota politicamente inaceitável e ontologicamente ameaçadora. Essa diferença ajuda a explicar, ao mesmo tempo, a intenção americano-israelense por uma campanha rápida e a disposição iraniana de ampliar o teatro de operações e transferir custos para todo o sistema mundial.

Por isso, a dinâmica atual não se resume à troca de ataques ou à disputa em torno do programa nuclear ou o esforço para “redemocratizar” o Irã: ela envolve o futuro do equilíbrio de poder no Oriente Médio, a segurança das rotas energéticas mais sensíveis do planeta, a arquitetura de segurança que envolve as petromonarquias do Golfo, a capacidade de projeção militar estadunidense, a segurança de Israel e, em plano mais amplo, a própria transição da ordem internacional entre unipolaridade e multipolaridade.

Para compreender por que o Irã ocupa posição tão central no atual cenário e os possíveis desdobramentos da guerra, é preciso começar por sua importância geopolítica mais elementar: a geografia. O Irã é uma das grandes encruzilhadas do mundo. Seu território conecta, ao mesmo tempo, o Oriente Médio, o Cáucaso, a Ásia Central e o Sul da Ásia. Essa posição o transforma em ponte terrestre entre espaços relevantes para a circulação de mercadorias, energia, influência militar e competição entre impérios. Ao Norte, o país se articula com a bacia do Mar Cáspio, região rica em hidrocarbonetos e sensível para as relações com Rússia, Azerbaijão, Turcomenistão e, por extensão, o entorno eurasiático. Ao Sul, abre-se para o Golfo Pérsico e para o Golfo de Omã, isto é, para uma das áreas mais estratégicas do sistema energético mundial, o que o posiciona no coração da principal área exportadora de hidrocarbonetos do mundo.

Essa condição geográfica se torna ainda mais relevante quando se considera o Estreito de Ormuz, um verdadeiro gargalo geoeconômico do planeta, por onde transita parcela significativa do petróleo comercializado por via marítima. Sempre que a tensão regional aumenta, o Estreito de Ormuz pode transformar-se em poderoso instrumento político. A simples possibilidade de interrupção, bloqueio parcial, insegurança operacional ou elevação do risco de navegação basta para afetar preços, seguros, fretes e expectativas. Em outras palavras, a geografia iraniana permite que um conflito localizado produza repercussão global. Esse dado é central porque revela por que o Irã não é apenas um problema regional: ele possui capacidade latente de converter a crise militar em choque geoeconômico



mundial, redefinindo preços, fretes, seguros, cadeias logísticas, inflação e estabilidade macroeconômica internacional.

Essa centralidade geográfica se soma ao peso energético do país. O Irã reúne algumas das maiores reservas de petróleo e gás do mundo. Não se trata apenas de possuir muitos recursos naturais, mas de possuí-los em localização estratégica, entre mercados consumidores, rotas potenciais de exportação e corredores de poder. O aspecto geopolítico importante é que boa parte desse potencial permaneceu subdesenvolvida ao longo de décadas, em razão de sanções, isolamento tecnológico, desinvestimento externo e restrições financeiras. Isso significa que o Irã é, ao mesmo tempo, uma potência energética real e uma potência energética contida. Se plenamente integrado aos circuitos globais de capital, tecnologia e infraestrutura, poderia ampliar de maneira relevante seu peso nos mercados de petróleo e gás e alterar correlações importantes de forças. Daí deriva uma das razões pelas quais sua posição desperta tamanho interesse, medo e disputa: controlar, conter, bloquear ou reorientar o Irã significa influenciar parte decisiva da arquitetura energética e logística da Eurásia e do Oriente Médio.

Mas o Irã não é importante apenas por sua localização e seus recursos. Ele também carrega o peso histórico de uma das grandes civilizações da humanidade. Herdeiro do antigo mundo persa, o Irã é mais que um Estado moderno: é uma formação histórica de longa duração, com memória imperial, identidade própria e forte consciência civilizacional. Essa herança histórica é elemento constitutivo de sua autopercepção estratégica. O Irã não se pensa apenas como Estado nacional recente, mas como centro civilizacional dotado de profundidade histórica, singularidade linguística e identidade distinta. Essa distinção é importante porque o país não se confunde nem com o mundo árabe nem com o universo turco. Linguisticamente, sua base é persa; historicamente, sua trajetória é a de um centro de poder que, em vários momentos, organizou amplos espaços da Ásia Ocidental. Essa densidade histórica ajuda a entender por que a ideia de soberania, independência e centralidade regional pesa tanto na imaginação política iraniana. O Irã não se percebe apenas como mais um Estado do Oriente Médio: ele tende a se ver como núcleo civilizacional, com direito a autonomia estratégica e influência sobre seu entorno. Além disso, o país ocupa posição singular no interior do islamismo por concentrar a maior população xiita do mundo, o que lhe confere papel particular na organização de alianças, rivalidades e legitimidades no Oriente Médio.



A própria geografia interna reforça essa singularidade. O território iraniano é cercado por cadeias de montanhas, que transformam o país numa espécie de fortaleza natural, enquanto grandes desertos agravam a dificuldade de penetração e ocupação. Essa combinação de montanhas e áreas áridas cria obstáculos severos para qualquer invasor e, ao mesmo tempo, molda a sociologia do país. Regiões montanhosas tendem a preservar identidades locais, comunidades mais fechadas e lealdades específicas. Por isso, o Irã sempre precisou lidar não apenas com ameaças externas, mas também com o desafio permanente da coesão interna. Persas formam o núcleo central, mas o país abriga curdos, azeris, árabes, balúchis e outras comunidades distribuídas sobretudo nas bordas do território. Em consequência, a defesa da integridade do Estado depende não apenas da defesa contra invasores, mas da capacidade de conter forças centrífugas, inibir instrumentalização externa das periferias e preservar coesão em território social e etnicamente heterogêneo. O medo da fragmentação e da ingerência externa nas periferias étnicas ajuda a explicar tanto a centralização política quanto a dureza dos aparatos de segurança.

2.1.1 – O Irã e a disputa pela hegemonia global

No quadro estratégico mais amplo do conflito contemporâneo, o Irã adquire relevância não apenas por sua importância econômica e regional, mas por sua posição no interior da disputa entre as grandes potências e, em particular, por seu lugar na arquitetura de segurança imaginada por Estados Unidos e Israel para o Oriente Médio. Em outras palavras, o problema iraniano, para Washington e Tel Aviv, não se resume ao programa nuclear, ao arsenal de mísseis ou ao apoio a aliados regionais; ele diz respeito à existência de um polo estatal autônomo, territorialmente robusto, energeticamente privilegiado, militarmente resiliente e ideologicamente hostil, situado precisamente numa região em que, desde meados do século XX, os Estados Unidos buscaram construir uma ordem favorável aos seus interesses. A especificidade do Irã decorre, assim, do fato de ele ser uma das poucas potências regionais capazes de desafiar, ao mesmo tempo, a presença militar norte-americana no Golfo, a segurança estratégica de Israel, a estabilidade política das petromonarquias e o desenho geral de circulação de energia e poder no Oriente Médio.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a importância do Oriente Médio nunca foi unidimensional. Ela resulta da sobreposição de três interesses fundamentais. O



primeiro é energético. Ainda que a dependência direta norte-americana do petróleo da região tenha oscilado ao longo do tempo, o controle político do espaço onde se concentram algumas das maiores reservas mundiais de petróleo e gás sempre foi compreendido por Washington como questão sistêmica: não se trata apenas de garantir abastecimento próprio, mas de influenciar preços, fluxos, estabilidade dos mercados e acesso dos rivais a recursos essenciais. Quem exerce poder sobre o Golfo Pérsico e sobre seus principais corredores energéticos controla parte importante das condições materiais de funcionamento da economia mundial. O segundo interesse é geopolítico: impedir que uma potência hostil, regional ou extrarregional, converta o Oriente Médio em base de projeção contra os interesses norte-americanos. Ao longo da Guerra Fria, isso significava conter a União Soviética; no pós-Guerra Fria, significou impedir a emergência de centros autônomos capazes de restringir a liberdade de manobra dos Estados Unidos e hoje, fundamentalmente, é conter a presença da Rússia e da China na região. O terceiro interesse é estratégico-militar: preservar uma rede de bases, alianças, rotas e pontos de apoio que permita projetar força rapidamente para Europa, África, Ásia Central e Oceano Índico. O Oriente Médio, nesse sentido, não é apenas uma fonte de energia; é plataforma de projeção global.

É a partir dessa tríplice lógica que se entende o problema representado pelo Irã. A República Islâmica é uma negação política da ordem regional desenhada sob hegemonia norte-americana. Desde 1979, o regime iraniano se define, em larga medida, contra a presença militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, contra a subordinação das elites regionais a Washington e contra a legitimidade estratégica de Israel tal como esta foi consolidada sob proteção estadunidense. Ao sobreviver a décadas de sanções, isolamento, sabotagem e pressão diplomática, o Irã demonstra, na prática, que a ordem regional patrocinada pelos EUA encontra limites. É exatamente isso que lhe confere importância tão grande no atual conflito entre as superpotências. Um Irã que persiste, que mantém coesão interna suficiente, que continua exportando influência por meios indiretos e que aprofunda seus vínculos com Rússia e China funciona como evidência concreta de que a hegemonia americana não pode reorganizar sozinha o espaço regional.

Por essa razão, para Washington, a vantagem de ter um regime favorável no Irã seria extraordinária. Em primeiro lugar, significaria neutralizar a principal potência regional que se recusa a operar dentro do quadro de alianças concebido pelos EUA. Isso modificaria profundamente a correlação de forças no Golfo e no Levante. Um Irã alinhado, ou ao menos não hostil, eliminaria a necessidade de administrar



permanentemente um polo de contestação militar e ideológica capaz de pressionar bases americanas, ameaçar o tráfego no Estreito de Ormuz e oferecer suporte político e material a redes de resistência regional. Em segundo lugar, um regime favorável abriria o caminho para reintegração econômica plena do país aos circuitos globais sob liderança ocidental. Dado o tamanho das reservas iranianas de petróleo e gás, isso teria implicações profundas. O Irã poderia tornar-se grande exportador em condições politicamente coordenadas com o Ocidente, ampliando a capacidade de influenciar mercados energéticos, reduzindo margens de manobra de competidores e criando alternativa relevante a fornecedores hoje ligados a agendas geopolíticas distintas, como a Rússia.

Em terceiro lugar, um Irã politicamente reorientado permitiria aos Estados Unidos redesenhar o mapa logístico e estratégico da Eurásia ocidental. O território iraniano é ponte entre o Golfo, o Cáucaso, a Ásia Central e o Sul da Ásia. Um governo favorável a Washington reduziria a profundidade estratégica de Rússia e China nessa interface continental, dificultaria a consolidação de corredores alternativos de integração eurasiática e enfraqueceria a possibilidade de o Irã servir como elo entre projetos russos, chineses e atores regionais dissidentes. O efeito seria duplo: por um lado, a contenção do eixo Rússia-China ganharia nova base territorial; por outro, a presença norte-americana se tornaria menos dependente da intermediação sempre delicada das petromonarquias e de parceiros mais frágeis ou ambíguos. Em quarto lugar, um Irã favorável desmontaria ou reduziria drasticamente a capacidade de articulação de redes e milícias alinhadas a Teerã em diferentes teatros regionais. Isso mudaria o equilíbrio no Líbano, na Síria, no Iraque e, em certa medida, em outros espaços em que a influência iraniana opera como vetor de limitação da liberdade de ação norte-americana e israelense.

Há, ademais, um aspecto simbólico e sistêmico que não deve ser subestimado. Um regime favorável no Irã representaria, para os Estados Unidos, não apenas um ganho regional, mas uma vitória exemplar. Seria a demonstração de que uma das revoluções mais duradouramente antiamericanas do mundo islâmico pôde ser revertida, domesticada ou substituída. Num contexto de transição da ordem internacional, esse tipo de desfecho teria valor disciplinador. Enviaria a mensagem de que a resistência prolongada não basta, de que Estados hostis podem ser estrangulados até a sua rendição e de que a unipolaridade, ainda que tensionada, não desapareceu como capacidade efetiva de reconfiguração política. É por isso que o Irã importa tanto para a disputa mais ampla entre superpotências: ele é um campo de batalha regional, mas também um teste sobre



os limites do poder norte-americano em um mundo menos dócil do que aquele do final do século passado.

Se esse é o cálculo para os EUA, o cálculo israelense é ainda mais concentrado e, em certo sentido, mais radical. Para Israel, o Irã é o núcleo de uma ameaça existencial de longo prazo. A razão é que o Estado iraniano reúne, simultaneamente, atributos que nenhum outro rival regional combina na mesma escala: grande território, população numerosa, memória civilizacional forte, base industrial-militar relevante, posição geográfica protegida, capacidade de produzir ou sustentar dissuasão indireta por meio de aliados regionais e horizonte ideológico abertamente anti-israelense. Para a doutrina de segurança israelense, isso significa enfrentar não apenas mais um inimigo, mas uma potência capaz de sustentar, por longo período, um ecossistema regional de pressão.

Nessa perspectiva, derrotar o Irã significa quebrar a capacidade de o Estado iraniano permanecer como centro organizador de resistência regional. Israel vê no Irã o polo que conecta, orienta e, em maior ou menor grau, abastece uma rede de atores que reduzem sua liberdade de ação e mantêm abertas múltiplas frentes de pressão. Enfraquecer Teerã, portanto, é enfraquecer esse sistema como um todo.

Por isso, o interesse israelense vai além da simples contenção. Ele envolve o enfraquecimento profundo do poder político iraniano e, se possível, a transformação estrutural do espaço estatal persa. Nesse ponto, entra uma lógica que pode ser descrita como “iraquização” ou “sirianização” parcial do problema iraniano, isto é, a preferência por um adversário fragmentado, internamente absorvido por crises territoriais, conflitos identitários e perda de centralidade estatal, em vez de um Estado coeso, centralizado e ideologicamente mobilizado. Para Israel, um Irã politicamente forte, mesmo que momentaneamente contido, continua sendo ameaça em potencial; um Irã fragmentado, atravessado por fissuras internas e sem capacidade de coordenar periferias e projetar influência, seria muito menos perigoso. É nesse sentido que a fragmentação territorial, ou ao menos a erosão da coesão territorial, aparece como horizonte estratégico desejável, ainda que raramente formulado de modo direto em linguagem diplomática.

A lógica subjacente é conhecida na história estratégica do Oriente Médio: grandes Estados coesos e militarmente capazes tendem a ser percebidos por Israel como desafios mais graves do que entidades menores, fraturadas ou incapazes de converter escala territorial em poder político unificado. O colapso do Iraque após



2003 e a devastação prolongada da Síria, embora tenham produzido enorme instabilidade, também reduziram drasticamente a capacidade desses países de funcionar como polos estatais clássicos de poder regional. De uma perspectiva estritamente realista e securitária israelense, um ambiente regional composto por vizinhos enfraquecidos, divididos e absorvidos por suas próprias crises é preferível a um entorno dominado por Estados grandes, articulados e militarmente organizados. O Irã, por suas dimensões e por seu perfil civilizacional, representa a antítese desse cenário. Daí a atração estratégica por qualquer processo que reduza sua capacidade de centralização, estimule tensões étnicas, sobrecarregue seus aparatos coercitivos e dificulte a projeção de poder do centro para as periferias.

Isso ajuda a explicar por que a questão das minorias e das periferias iranianas pode adquirir relevância geopolítica crescente em certos cálculos externos. Como se viu, o Irã é um Estado multiétnico, com curdos, azeris, árabes, balúchis e outros grupos distribuídos sobretudo nas bordas territoriais. Em um país cuja unidade depende fortemente da capacidade do centro de controlar margens montanhosas e zonas de fronteira, qualquer intensificação de tensões separatistas ou autonomistas pode produzir efeitos desproporcionais sobre a estabilidade do conjunto. Para um observador preocupado em enfraquecer o Estado iraniano, isso abre uma via indireta: em vez de buscar apenas a destruição militar frontal, pode-se tentar ampliar o custo da coesão interna, pressionando o regime a dispersar recursos, endurecer a repressão e revelar suas vulnerabilidades periféricas.

Ao mesmo tempo, para Israel, a derrota do Irã tem uma dimensão especificamente psicológica e doutrinária. Desde sua fundação, o Estado israelense construiu grande parte de sua segurança sobre a ideia de superioridade qualitativa, ação preventiva, dissuasão e impossibilidade de permitir que ameaças existenciais amadureçam. Um Irã capaz de sustentar, no longo prazo, redes de pressão regional, programas sensíveis e retórica de negação estratégica desafia esse paradigma. A simples sobrevivência de um rival com esse perfil já constitui problema; sua ascensão a um patamar mais elevado de capacidade militar seria, para Israel, intolerável.

Por isso, quando se fala em interesses israelenses no atual conflito, é preciso entender que eles operam em camadas. Há a camada imediata, ligada à destruição de capacidades militares e tecnológicas. Há a camada regional, ligada ao enfraquecimento das redes de influência e apoio associadas a Teerã. Há a camada política, voltada a deslegitimar, desorganizar e, idealmente, substituir ou



paralisar o regime iraniano. E há a camada estrutural, mais profunda, na qual o objetivo seria reduzir o Irã de potência coesa e projetiva a Estado absorvido por suas próprias fraturas, incapaz de funcionar como eixo organizador de oposição regional. É esse último horizonte que aproxima, ainda que de modo não idêntico, a questão iraniana dos efeitos observados na Síria e no Iraque.

Mas a questão do Irã torna-se ainda mais relevante quando se consideram os interesses da Rússia e da China. Para Moscou, a relevância estratégica do Irã se organiza em pelo menos três dimensões interligadas. A primeira é energética, e talvez seja a mais imediatamente inteligível. A Rússia construiu, ao longo de décadas, uma parte importante de sua capacidade de projeção internacional por meio da energia, sobretudo do gás natural. Em especial no espaço europeu, o fornecimento energético russo funcionou não apenas como fonte de receita, mas como instrumento de influência geopolítica: quem depende do gás russo tende a calibrar suas decisões estratégicas, suas margens de confrontação e até sua disposição para sanções de forma mais cautelosa. Nesse contexto, um Irã reintegrado ao Ocidente, com acesso a capital, tecnologia, infraestrutura moderna e corredores de exportação ampliados, poderia tornar-se um competidor estrutural relevante. Trata-se de considerar a possibilidade de o Irã converter suas imensas reservas em alternativa concreta de abastecimento para a Europa ou para outros mercados estratégicos. Se isso ocorresse, Moscou perderia parte de sua capacidade de usar a energia como alavanca política. Em outras palavras, um Irã normalizado e articulado ao Ocidente reduziria a escassez estratégica que historicamente favoreceu a Rússia; um Irã sancionado, isolado e hostil ao bloco ocidental, ao contrário, não consegue transformar plenamente seu potencial energético em concorrência efetiva e, por isso, torna-se muito menos ameaçador do ponto de vista russo.

A segunda dimensão é a profundidade defensiva. A cultura geopolítica russa, desde o período imperial, tende a pensar o espaço não apenas como seu próprio território, mas como a necessidade de uma zona de amortecimento entre o núcleo do poder russo e seus adversários potenciais. A experiência histórica de invasões, cercos e guerras em múltiplas fronteiras consolidou em Moscou a percepção de que segurança não depende apenas da defesa direta das fronteiras nacionais, mas também da existência de áreas intermediárias, zonas de influência e cinturões de contenção que dificultem a aproximação de potências rivais. Isto explica, inclusive, a preocupação existencial russa com a entrada da OTAN na Ucrânia.



Nesse quadro, o Irã cumpre função importante no flanco sul da Eurásia. Sua simples existência como Estado antiocidental, territorialmente robusto e geopoliticamente ativo dificulta a consolidação de uma presença norte-americana ou atlântica contínua em direção ao Cáucaso, à Ásia Central e ao entorno meridional da Rússia. Um Irã alinhado a Washington, ou mesmo neutralizado a ponto de deixar de operar como polo autônomo, abriria espaço para uma reorganização geopolítica profundamente desfavorável a Moscou: permitiria maior penetração político-militar dos Estados Unidos em áreas que a Rússia considera sensíveis, ampliaria a vulnerabilidade do espaço centro-asiático e reduziria a espessura geopolítica que hoje separa o território russo de estruturas ocidentais de influência.

A terceira dimensão é a militar-tecnológica, e seu peso não deve ser subestimado. A relação entre Rússia e Irã, nesse terreno, não se resume a afinidades diplomáticas ou a gestos de apoio retórico; ela pode produzir utilidade prática imediata. Um Irã capaz de resistir, produzir armamentos, desenvolver tecnologias de drones, mísseis e sistemas defensivos, e trocar conhecimento ou equipamentos com Moscou tem valor concreto em contextos de pressão internacional, guerra prolongada e sanções. Em um ambiente em que a Rússia também enfrenta restrições econômicas, tecnológicas e diplomáticas impostas pelo Ocidente, a preservação de parceiros que mantenham capacidade autônoma de produção militar e disposição para cooperação torna-se ainda mais relevante. Além disso, essa dimensão militar também atua como mecanismo de complicação estratégica para os adversários russos. Quanto mais o Irã for capaz de absorver atenção, recursos e planejamento norte-americano no Oriente Médio, menor a concentração exclusiva desses ativos contra a Rússia em outros teatros. Assim, a cooperação militar e tecnológica com Teerã integra um quadro mais amplo de dispersão de pressões e de multiplicação dos custos enfrentados pelo bloco ocidental.

Para a China, o cálculo estratégico em relação ao Irã é distinto do russo, mas não menos profundo. Se, para Moscou, a preocupação central passa pela concorrência energética, pela profundidade defensiva e pela contenção da presença ocidental no flanco sul da Eurásia, para Pequim o Irã aparece sobretudo como peça importante de sua segurança energética, de sua autonomia logística e de sua projeção continental de longo prazo.

A China tornou-se, nas últimas décadas, uma potência industrial de escala sem precedentes, e essa transformação material repousa sobre uma necessidade



estrutural incontornável: o acesso contínuo, volumoso e previsível a energia importada. Em outras palavras, o crescimento chinês depende de fluxos externos de petróleo e gás em magnitude suficiente para sustentar sua base manufatureira, seu sistema de transportes, sua urbanização e sua estabilidade macroeconômica. O problema é que grande parte desses fluxos percorre rotas marítimas vulneráveis, expostas à vigilância e, em caso extremo, à interdição por forças navais associadas aos Estados Unidos, como, por exemplo, o Estreito de Malaca, por onde passa grande parte do petróleo consumido pela China. Essa vulnerabilidade não é periférica no pensamento estratégico chinês; ela é central. Em eventual cenário de confronto agudo no Indo-Pacífico – sobretudo em torno de Taiwan –, Pequim sabe que sua dependência de gargalos marítimos controláveis por adversários pode converter-se em risco existencial. É desse diagnóstico que nasce a busca chinesa por diversificação de rotas, construção de corredores terrestres e redução progressiva da dependência exclusiva de linhas marítimas longas e expostas.

É nesse contexto que o Irã adquire importância energética singular. O país oferece à China algo raro na combinação simultânea de escala, localização e flexibilidade política. De um lado, possui vastas reservas de petróleo e gás, capazes de alimentar acordos de longo prazo e de funcionar como componente relevante de uma estratégia de segurança energética. De outro, justamente por estar submetido a sanções e isolamento ocidental, o Irã tende a aceitar formas de cooperação, financiamento e comercialização que seriam mais difíceis em mercados plenamente integrados ao Ocidente. Para Pequim, isso significa acesso a recursos energéticos em condições politicamente negociáveis, frequentemente mais favoráveis do que aquelas disponíveis em ambientes energéticos mais disputados ou mais rigidamente alinhados aos interesses americanos. O Irã, nesse sentido, é um fornecedor cuja condição geopolítica cria margem de manobra para arranjos especiais. Um Irã reabsorvido pelo Ocidente, ao contrário, tenderia a reorientar parte importante de seus fluxos, investimentos e prioridades, podendo reduzir sua disposição para acordos preferenciais com Pequim e, sobretudo, reinserir sua energia em circuitos sobre os quais a influência ocidental seria muito maior.

Mas a importância do Irã para a estratégia chinesa não se esgota na energia. Ela é igualmente infraestrutural e geoconômica. A “Iniciativa Cinturão e Rota” expressa um projeto de reorganização do espaço eurasiático em termos mais favoráveis à China, por meio da construção de corredores logísticos, redes ferroviárias, portos, zonas de processamento, infraestrutura digital e conexões



energéticas que reduzam a vulnerabilidade chinesa a bloqueios marítimos e ampliem sua capacidade de ordenar fluxos econômicos em escala continental. Nesse desenho, o Irã aparece como nó geográfico de grande valor. Sua posição liga Ásia Central, Oriente Médio, Cáucaso e saídas para o Oceano Índico, funcionando como elo potencial entre o interior continental asiático e os grandes corredores marítimos do sul. Um Irã cooperativo permite imaginar rotas mais diretas e mais coerentes entre o oeste da China, os espaços centro-asiáticos, o Golfo e os acessos ao Índico; um Irã reorientado para o Ocidente fragmentaria essa continuidade e reduziria a autonomia chinesa na organização dessas conexões.

A importância disso é maior do que parece à primeira vista. Para uma potência continental-marítima como a China, a questão não é apenas transportar mercadorias de maneira mais eficiente, mas estruturar alternativas estratégicas. Rotas terrestres e corredores mistos não substituem automaticamente os grandes fluxos marítimos, mas funcionam como seguro geopolítico. Eles reduzem a dependência absoluta de gargalos vulneráveis, ampliam a resiliência do sistema logístico chinês e diminuem a capacidade do adversário de exercer coerção por simples controle naval. O Irã, nesse sentido, é uma peça que ajuda a tornar a Eurásia mais “atravessável” sob parâmetros favoráveis à China. Sua perda para a esfera ocidental significaria o enfraquecimento de uma lógica continental de conectividade que Pequim vem tentando consolidar há anos.

Há ainda uma terceira dimensão, de natureza diplomática e político-regional. Diferentemente dos Estados Unidos, da Rússia ou de antigas potências europeias, a China não possui no Oriente Médio o mesmo tipo de enraizamento histórico, militar ou civilizacional. Sua presença é relativamente mais recente e depende menos de alianças militares tradicionais do que de comércio, investimento, infraestrutura e mediação pragmática. Nesse contexto, a parceria com Teerã oferece a Pequim uma base importante de inserção regional. O Irã é um ator que se conecta a múltiplos tabuleiros do Oriente Médio, seja por sua posição geográfica, seja por suas relações com diferentes forças e governos da região. Ao manter relação densa com Teerã, a China amplia sua capacidade de presença diplomática num espaço em que ela ainda está construindo legitimidade como potência mediadora. Em outros termos, o Irã funciona também como porta de entrada e multiplicador de alcance político. Ele ajuda Pequim a projetar-se para além da condição de mero comprador de energia, permitindo-lhe aparecer como ator com interesses, canais e influência próprios numa região historicamente estruturada por outras potências.



Mas tanto para a Rússia quanto para a China há, ainda, uma dimensão que é simbólica, mas seria um erro entendê-la como meramente discursiva. Na política, símbolos importam porque moldam expectativas, percepções de viabilidade e cálculos de resistência. A sobrevivência do Irã sob décadas de sanções, isolamento, ameaças e campanhas de desestabilização reforça, para Moscou e Pequim, uma tese politicamente preciosa: a de que a hegemonia americana encontra limites reais e de que Estados contestadores, quando dotados de densidade territorial, capacidade estatal e apoio externo suficiente, podem resistir ao cerco prolongado do Ocidente. Esse dado tem alcance que vai muito além do próprio caso iraniano. Se o Irã fosse quebrado, domesticado ou submetido a uma mudança de regime induzida externamente, a mensagem geopolítica seria extremamente negativa: significaria que, mesmo em um contexto de aparente multipolarização, os Estados Unidos ainda conservariam capacidade decisiva de reconfigurar regimes hostis em regiões estratégicas. Se, ao contrário, o Irã resiste, a mensagem é outra: a de que a unipolaridade não é mais absoluta e a de que a pressão ocidental, ainda que severa, não garante submissão política. Para Moscou e Pequim, portanto, a permanência do Irã como polo resistente tem também valor pedagógico e demonstrativo: ela sinaliza ao sistema internacional que a ordem liderada pelos Estados Unidos já não dispõe da mesma facilidade para impor resultados finais, que o poder americano encontra limites reais e Estados contestadores, quando suficientemente ancorados e apoiados por grandes potências, podem sobreviver à pressão prolongada.

Nesse sentido, tanto para a Rússia quanto para a China, a importância do Irã é simultaneamente material e exemplar. Material, porque envolve petróleo, gás, corredores, portos, conectividade continental e presença diplomática. Exemplar, porque toca o problema mais profundo da transição sistêmica contemporânea: saber se a ordem internacional já se deslocou o suficiente para impedir que os Estados Unidos determinem sozinhos o destino político de potências regionais estratégicas. Para Moscou e Pequim, portanto, sustentar o Irã não é apenas preservar um parceiro útil; é ajudar a preservar um precedente geopolítico. Um Irã que permanece de pé sob pressão reforça a ideia de que há espaço para autonomia, barganha e resistência num sistema internacional em mutação. Um Irã quebrado ou reorientado à força, reforçaria a leitura inversa, segundo a qual a hegemonia americana continua suficientemente robusta para impor resultados incontestáveis quando seus interesses centrais estão em jogo.



2.1.2 – A guerra contra o Irã

Nesses termos, a guerra aberta contra o Irã, iniciada em 28 de fevereiro, em pleno mês do Ramadã, com o ataque conduzido por Israel e pelos Estados Unidos, deve ser compreendida como a passagem de uma estratégia prolongada de pressão e desestabilização para sua fase abertamente cinética.

Em que pesem as alegações do presidente dos EUA sobre perigo imediato representado pelo Irã, o ataque ocorreu num momento em que havia, segundo a própria narrativa em circulação no período, uma negociação em andamento que aparentava produzir algum avanço. Esse dado é politicamente central, porque sugere que a decisão pela ofensiva não pode ser explicada apenas pela ideia de “último recurso” diante de uma diplomacia esgotada. Em outras palavras, o ataque aparece menos como substituto fracassado da diplomacia e mais como instrumento para inviabilizar uma solução que preservasse a continuidade do regime iraniano.

Essa leitura torna-se ainda mais consistente quando se observa o que precedeu a fase militar aberta. O início do ano já havia sido marcado por um movimento de guerra híbrida voltado à desorganização interna do Estado iraniano. O cerne dessa estratégia não estava apenas nas sanções ou na pressão econômica tradicional, embora elas permanecessem relevantes, mas na combinação entre estrangulamento financeiro, operações de informação, estímulo à radicalização do conflito social, infiltração de redes desestabilizadoras e exploração sistemática de fissuras internas. O objetivo era produzir um ambiente em que o regime fosse forçado a escolher entre duas saídas negativas: tolerar a ampliação da desordem e parecer incapaz de governar, ou reagir com dureza e aprofundar seu desgaste político, moral e internacional. A guerra híbrida, nesse sentido, buscava converter tensão social em crise de governabilidade. Seu horizonte estratégico era o mesmo que mais tarde apareceria de forma aberta na guerra: a mudança de regime.

Esse objetivo foi claramente explicitado por Donald Trump em seu primeiro pronunciamento após o início das operações militares:

Por fim, ao grande e orgulhoso povo do Irã, digo esta noite que a hora de sua liberdade está ao alcance da mão. Permaneçam abrigados. Não saiam de suas casas. É muito perigoso sair. Vão cair bombas por toda parte. Quando terminarmos, tomem o poder. Caberá a vocês fazê-lo. Provavelmente será sua única chance em gerações. Durante muitos anos,



vocês pediram a ajuda dos Estados Unidos, mas nunca a obtiveram. Nenhum presidente estava disposto a fazer o que eu estou disposto a fazer esta noite. Agora vocês têm um presidente que lhes dá o que vocês querem. Então vamos ver como reagem. Os Estados Unidos os estão apoiando com uma força avassaladora e um poder devastador. Agora é a hora de tomar o controle de seu destino e libertar o futuro próspero e glorioso que está ao seu alcance. Este é o momento de agir. Não o deixem passar...⁴

Mas, quando aquela primeira fase de guerra híbrida não produziu, por si só, o colapso esperado, a lógica da pressão escalonada empurrou o conflito para o uso direto da força. O ataque de 28 de fevereiro passou então a operar como momento de convergência entre desgaste interno previamente acumulado e tentativa de ruptura súbita do centro de comando do Estado. O traço distintivo da ofensiva foi seu caráter decapitador. Não se tratava apenas de atingir bases, instalações, radares, depósitos ou plataformas militares; tratava-se de atingir a cabeça política e estratégica do regime. A eliminação de lideranças centrais, inclusive no topo da hierarquia do sistema, respondia a uma lógica clara: quebrar a cadeia de comando, produzir desorientação, intensificar a percepção de vulnerabilidade e criar a impressão de que o regime havia perdido sua capacidade de coordenar defesa, repressão, comunicação e legitimidade. A guerra, portanto, não foi desenhada apenas para destruir meios materiais; foi desenhada para produzir vazio político.

É nesse ponto que os apelos norte-americanos para que o povo iraniano se revoltasse adquirem pleno sentido analítico. Eles não foram um elemento lateral ou retórico, mas parte constitutiva da operação. O raciocínio subjacente era transparente: se a liderança fosse desorganizada, se o centro de poder parecesse vulnerável, se a população percebesse o regime como incapaz de proteger a si mesmo e ao país, poderia abrir-se uma janela para uma insurreição mais ampla, ou ao menos para um ciclo de deserções, fraturas institucionais e colapso de autoridade. A guerra externa e a rebelião interna eram pensadas como duas faces de uma mesma engenharia de mudança política. A dimensão militar criaria o choque; a dimensão social deveria converter esse choque em transição de regime. Nessa arquitetura, os bombardeios, os assassinatos seletivos e as mensagens dirigidas à população iraniana compunham uma sequência estratégica:

⁴ O GLOBO. A íntegra do discurso em que Donald Trump anuncia ataque. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/02/28/a-integra-do-discurso-em-que-donald-trump-anuncia-ataque.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2026.



decapitar, desmoralizar, desorganizar e, por fim, precipitar a implosão do regime por dentro.

Esse desenho explica por que, tanto para Estados Unidos quanto para Israel, a ideia de uma “guerra rápida” era tão importante. Em primeiro lugar, a rapidez era condição para transformar desorganização tática em colapso político. Quanto mais curta e concentrada a operação, maior a chance de impedir que o regime recompusesse sua cadeia de comando, reorganizasse suas forças, ativasse mecanismos de sucessão e convertesse o ataque em narrativa de resistência nacional. A história dos conflitos mostra que Estados submetidos a golpes intensos, mas não definitivos, frequentemente recuperam coesão justamente a partir da experiência do ataque externo. Em vez de colapsar, podem nacionalizar a crise, disciplinar dissidências e reorganizar-se sob a bandeira da sobrevivência. Para Washington e Tel Aviv, portanto, o tempo era variável estratégica central: era preciso que o golpe fosse suficientemente rápido para impedir a transformação da vulnerabilidade inicial em mobilização defensiva de longo prazo.

Em segundo lugar, a guerra precisava ser rápida porque uma escalada prolongada aumentaria exponencialmente os custos sistêmicos do conflito. Como vimos, o Irã não é alvo periférico, nem Estado pequeno e facilmente isolável. Sua posição geográfica, sua capacidade de retaliação, seu controle indireto sobre vetores regionais de pressão e sua proximidade com gargalos energéticos fazem com que o prolongamento da guerra amplie o risco de internacionalização. Quanto mais tempo o conflito durasse, maiores seriam os danos a bases norte-americanas na região, de pressão sobre as petromonarquias do Golfo, de insegurança no Estreito de Ormuz, de perturbação nos fluxos de energia e de elevação dos custos econômicos globais. Uma guerra longa, portanto, tenderia a corroer o apoio político internacional, elevar o preço doméstico da operação e abrir espaço para reações mais coordenadas de atores externos, inclusive Rússia e China. A rapidez era, assim, também forma de evitar que o campo de batalha se expandisse do plano militar para o geoeconômico e o sistêmico.

Em terceiro lugar, a necessidade de rapidez decorria das próprias limitações da opção militar. Nem Estados Unidos nem Israel ignoram que uma campanha prolongada contra o Irã seria profundamente arriscada. A extensão territorial iraniana, seu relevo montanhoso, a dispersão de centros estratégicos, a densidade demográfica e a possibilidade de resistência em múltiplos níveis tornam extremamente difícil qualquer hipótese de guerra de ocupação ou de neutralização completa por meios convencionais.



Além disso, a dificuldade também é logística. Se a guerra deixa de ser um golpe curto e se transforma em campanha prolongada, passa a consumir em ritmo acelerado exatamente os recursos que sustentam a superioridade inicial de Estados Unidos e Israel. Munições guiadas de alta precisão, mísseis de cruzeiro, interceptores defensivos, peças de reposição, sistemas eletrônicos, combustível, manutenção de aeronaves, rotação de tripulações, proteção de bases e sustentação naval deixam de ser variáveis “de estoque” e passam a ser variáveis “de fluxo”. Isso altera o problema estratégico. O que no começo aparece como demonstração de poder tecnológico pode, com o tempo, converter-se em problema de reposição industrial, de transporte e de priorização de recursos entre teatros distintos. Quanto mais a guerra dura, menos ela depende apenas da qualidade inicial da força e mais ela depende da capacidade de mantê-la operando em alta intensidade sem exaustão material.

A questão dos armamentos agrava esse quadro. Campanhas intensas consomem rapidamente estoques de mísseis ofensivos e, talvez de modo ainda mais delicado, de mísseis defensivos. No caso de Israel, esse problema é estrutural. O país construiu sua segurança em torno de uma arquitetura sofisticada de defesa antimísseis, capaz de interceptar foguetes, drones e projéteis de alcance variado. Essa arquitetura, porém, não é infinita. Ela depende de interceptores caros, tecnicamente complexos e de reposição limitada. Em um conflito breve, o custo é alto, mas administrável. Em um conflito prolongado, em que o Irã e seus aliados regionais possam manter saturação contínua com mísseis, drones e ataques combinados, surge o risco de desgaste acelerado dessa rede de defesa. Não é necessário destruir completamente o sistema para gerar efeito estratégico; basta obrigá-lo a operar sob pressão contínua, consumindo interceptores num ritmo superior ao da reposição, elevando os custos financeiros, tensionando a indústria de defesa e produzindo lacunas progressivas na cobertura.

Além disso, em uma guerra longa, a defesa se torna problema de priorização: nem tudo pode ser protegido com a mesma intensidade, o tempo todo. Isso significa que o adversário, mesmo sem romper integralmente o escudo, pode produzir insegurança disseminada ao multiplicar vetores de ataque e obrigar o sistema defensivo a se espalhar. A pressão psicológica sobre a população e sobre o aparato estatal cresce justamente daí: a percepção de que a defesa já não pode garantir invulnerabilidade plena. Esse é um ponto particularmente delicado para Israel, cuja doutrina de segurança sempre dependeu não apenas de vencer



guerras, mas de evitar que a guerra se torne experiência prolongada de vulnerabilidade cotidiana no território nacional.

Do lado norte-americano, ainda que a escala material seja incomparavelmente maior, o problema assume outra forma. Os Estados Unidos dispõem de meios muito superiores de reposição e projeção, mas não travam uma única guerra num único tabuleiro. Uma campanha prolongada contra o Irã exigiria redistribuição de recursos militares, industriais e orçamentários num contexto internacional já sobrecarregado por múltiplas frentes de competição. Isso significa que cada míssil consumido, cada sistema defensivo deslocado, cada navio mantido em zona de risco e cada reforço enviado ao Oriente Médio têm custo de oportunidade. Em termos estratégicos, prolongar a guerra contra o Irã significa prender recursos que poderiam estar sendo preservados ou empregados em outros teatros considerados prioritários. É exatamente por isso que, para Washington, a guerra longa representa derrota parcial mesmo antes do desfecho militar: ela expõe a dificuldade de sustentar simultaneamente hegemonia global e campanhas intensivas em regiões instáveis.

Outro elemento central é o custo humano. À medida que a guerra se alonga, cresce o número de baixas, diretas e indiretas. O aumento das perdas altera a psicologia da guerra. Campanhas inicialmente apresentadas como operações cirúrgicas e controladas passam a ser percebidas como confrontos de desgaste, com custos humanos crescentes e sem promessa clara de encerramento rápido. Isso pesa de maneira distinta em Israel e nos Estados Unidos, mas pesa em ambos. Em Israel, porque o impacto das baixas é socialmente mais concentrado e politicamente mais imediato. Nos Estados Unidos, porque guerras longas no Oriente Médio carregam memória política negativa e rapidamente ativam o temor de novo atoleiro estratégico, com sacrifício humano crescente e retorno político decrescente. A opinião pública, que pode tolerar ou até apoiar uma ação rápida apresentada como necessária, tende a reagir de forma muito menos favorável quando o conflito se converte em guerra sem horizonte nítido de vitória.

A opinião pública, aliás, é parte do problema logístico em sentido ampliado. Guerras não se sustentam apenas com armas; sustentam-se com legitimidade, narrativa, aceitação de custos e capacidade de manter coesão política interna. Quanto mais se prolonga uma campanha, mais difícil se torna preservar a imagem de operação limitada, racional e bem-sucedida. A escalada de mortes, a pressão sobre mercados energéticos, a insegurança das rotas marítimas, o aumento de preços e a percepção de que a guerra não terminou quando prometido corroem



o consenso inicial. Em democracias de opinião, isso é fator material de guerra. Orçamento, reposição industrial, sustentação parlamentar e margem de manobra diplomática dependem de apoio político mínimo. A erosão da opinião pública, portanto, pode reduzir a disposição de continuar absorvendo custos, limitar opções operacionais e pressionar por saídas diplomáticas menos favoráveis do que aquelas imaginadas no início da campanha. Em ano eleitoral pode ser uma combinação explosiva.

Por fim, tudo isso retorna ao problema central da defesa de Israel. Uma guerra prolongada não exige apenas que Israel ataque; exige que Israel continue existindo, psicologicamente e materialmente, como território protegido mesmo sob pressão. Isso envolve manter suas defesas ativas, preservar sua infraestrutura, garantir mobilização econômica, administrar deslocamentos internos, sustentar a confiança da população e impedir que o cotidiano seja absorvido pela sensação de cerco permanente. O Irã, mesmo sem conquistar superioridade militar clássica, pode explorar exatamente esse ponto: fazer da duração da guerra uma arma. Quanto mais tempo durar o conflito, maior a probabilidade de saturação defensiva, de desgaste social, de elevação dos custos econômicos e de erosão da imagem de invulnerabilidade que sempre foi componente crucial da dissuasão israelense.

2.1.3 – A resposta do Irã

A resposta iraniana precisa ser lida à luz dessa percepção estratégica de fundo: se o objetivo do adversário não é apenas conter capacidades pontuais, mas comprometer a própria sobrevivência do regime, a reação racional do ponto de vista de Teerã não pode consistir na absorção passiva dos golpes nem na limitação da resposta ao espaço estrito do confronto bilateral com Israel. Em situações desse tipo, a lógica defensiva clássica se mostra insuficiente, porque permite ao inimigo escolher o tempo, o ritmo, a escala e o teatro do conflito. Para escapar dessa armadilha, o Irã precisa deslocar a guerra do plano estritamente militar para o plano sistêmico, isto é, precisa ampliar o campo de custos, multiplicar os centros de vulnerabilidade do adversário e demonstrar que a ofensiva contra Teerã não poderá ser confinada a um duelo controlado entre atacantes tecnologicamente superiores e um alvo submetido. É exatamente nesse ponto que os ataques às petromonarquias do Golfo se tornam inteligíveis. Seu sentido não se esgota no dano físico causado a portos, aeroportos, bases militares, instalações



logísticas ou outros alvos específicos; trata-se, acima de tudo, de uma pressão direta sobre a arquitetura regional que sustenta a presença norte-americana no Oriente Médio.

Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar, Omã e Barém ocupam, nessa arquitetura, papel muito mais complexo do que o de simples produtores de petróleo ou vizinhos do Irã. São nós estratégicos de um sistema mais amplo de poder. Abrigam bases, radares e estruturas militares norte-americanas, compram armamentos em larga escala, participam de cadeias logísticas e financeiras centrais para a circulação de energia, funcionam como plataformas de projeção e apoio operacional, e, em graus distintos, foram sendo progressivamente integrados a um desenho regional em que a segurança do Golfo, a segurança de Israel e a presença militar dos Estados Unidos se tornaram temas crescentemente interligados. Em alguns casos, isso se traduziu em aproximação diplomática formal com Israel; em outros, em alinhamentos tácitos, cooperação de inteligência, coordenação estratégica e convergência contra inimigos comuns. Ao atingir essas monarquias, o Irã não está “abrindo novas frentes”; está tentando demonstrar que a guerra contra ele implica, necessariamente, a exposição de todo o arranjo regional que permitiu e sustentou essa guerra.

A mensagem iraniana, portanto, é estrutural. Ela busca mostrar aos governos do Golfo que a aliança com Washington, frequentemente apresentada como seguro de estabilidade e de sobrevivência dos regimes, também os converte em alvos vulneráveis quando a disputa entra em fase aguda. Em tempos de normalidade relativa, a presença estadunidense pode ser percebida pelas elites dessas monarquias como fonte de proteção, dissuasão e prestígio. Em tempos de guerra, porém, essa mesma presença adquire outra fisionomia: transforma seus territórios em extensões operacionais do campo de batalha. O recado de Teerã é, assim, duro e calculado: quem se integra à malha militar, logística e diplomática dos Estados Unidos não permanece externo ao conflito quando o conflito escala; torna-se parte dele, queira ou não. O que antes aparecia como blindagem converte-se em ímã para a retaliação.

Essa estratégia é particularmente sofisticada porque força os regimes do Golfo a confrontarem um dilema sem solução confortável. Se retaliam o Irã de maneira aberta e intensa, assumem o risco de mergulhar numa guerra mais ampla ao lado de Estados Unidos e Israel, com consequências potencialmente devastadoras para suas economias, suas infraestruturas críticas e sua estabilidade



política interna. Se, ao contrário, limitam a resposta ou evitam uma escalada maior, transmitem imagem de vulnerabilidade e dependência, sugerindo que nem sua riqueza, nem seus arsenais, nem sua parceria com Washington são suficientes para lhes garantir plena capacidade de reação. Em ambos os casos, o Irã introduz uma fratura na imagem de controle que essas monarquias procuram projetar. Esse é um elemento central da lógica assimétrica iraniana: não é preciso derrotar militarmente os regimes do Golfo; basta obrigá-los a experimentar o custo político de sua posição intermediária entre proteção externa e exposição interna.

Além disso, os ataques operam sobre uma fissura antiga, profunda e frequentemente subestimada: a distância entre os cálculos estratégicos das elites governantes e as sensibilidades políticas de parcelas expressivas das sociedades árabes. Em muitos desses países, a cooperação com os Estados Unidos, e sobretudo qualquer aproximação com Israel, convive com opiniões públicas marcadas por solidariedade persistente à causa palestina, por memória crítica da intervenção ocidental na região e por desconfiança diante da presença militar estrangeira. Isso significa que o alinhamento das monarquias com Washington pode fazer sentido para a preservação dos regimes, para a estabilidade dos fluxos de renda e para a gestão securitária do Golfo, mas nem sempre se converte em legitimidade política profunda perante a sociedade. Ao atacar esses países no contexto de uma guerra contra o Irã, Teerã procura precisamente explorar essa dissociação: quer tornar visível que o custo do alinhamento estratégico não recai apenas sobre palácios e aparatos de defesa, mas pode atingir o território, a economia, o cotidiano e a segurança das populações.

É nesse sentido que os ataques funcionam também como instrumento de deslegitimação. Eles obrigam as monarquias a responder a perguntas incômodas que, em situações normais, podem ser administradas de forma mais silenciosa. Por que seus territórios estão sendo atingidos? Em nome de que alianças? Para proteger quais interesses? Em que medida a parceria com Washington e a crescente convergência com Israel servem à segurança das populações locais, e em que medida servem à preservação de uma ordem regional moldada por interesses externos? O Irã aposta que, ao transformar essas questões em experiência concreta de insegurança, ampliará o desconforto interno dessas sociedades com o alinhamento de suas elites. Mesmo onde não houver explosão política imediata, o simples aumento da dúvida, da irritação ou da sensação de custo injustamente distribuído já constitui ganho estratégico para Teerã.



Há ainda um ponto adicional, de natureza psicológica e simbólica. As petromonarquias do Golfo, apesar de sua enorme riqueza e de seus sofisticados sistemas de defesa, sustentam parte de sua autoridade sobre a imagem de estabilidade, ordem e capacidade de blindagem. Seus centros urbanos, suas zonas financeiras, seus portos, seus aeroportos e suas infraestruturas energéticas foram construídos para funcionar como vitrines de previsibilidade num entorno regional frequentemente convulsionado. Quando esses espaços passam a ser alcançados por mísseis, drones ou ameaças persistentes, não se produz apenas dano material; produz-se uma quebra de aura. A guerra entra no espaço que deveria permanecer administrável, protegido, separado do caos regional. Para o Irã, isso tem enorme valor estratégico. Ao atingir o Golfo, ele demonstra que a guerra não ficará confinada às suas próprias cidades, instalações e centros de poder. Ela atingirá também os espaços de riqueza e estabilidade que sustentam a arquitetura regional adversária.

Esse deslocamento do conflito para o Golfo também tem função econômica direta. Ao pressionar países que são centrais para a produção, processamento, financiamento e exportação de hidrocarbonetos, o Irã amplia a capacidade do conflito de irradiar efeitos para além da região. O dano ou a simples ameaça contra refinarias, terminais, rotas marítimas, centros de seguros e infraestrutura logística eleva o prêmio de risco de toda a área e introduz incerteza sistêmica nos mercados. Isso faz parte do cálculo iraniano. Se o objetivo do adversário é tornar a guerra administrável, cirúrgica e politicamente vendável, o objetivo de Teerã passa a ser o oposto: tornar a guerra cara, difusa, economicamente sensível e incapaz de permanecer restrita. Em vez de aceitar a assimetria tecnológica imposta pelos Estados Unidos e por Israel, o Irã tenta produzir uma assimetria geoeconômica: mostra que pode não ter superioridade aérea ou naval, mas possui meios para transformar o coração energético do sistema mundial em zona de instabilidade.

Ao mesmo tempo, a estratégia iraniana procura testar a própria hierarquia real da proteção americana. Em momentos de paz relativa, a narrativa oficial costuma sugerir que a presença dos Estados Unidos garante a segurança do Golfo como um todo. Em momentos de guerra, porém, surge uma pergunta concreta: todos os aliados serão protegidos com igual prioridade? Ou a prioridade efetiva recai sobre Israel e sobre ativos diretamente americanos, deixando as monarquias mais expostas do que imaginavam? Ao tornar esse questionamento politicamente palpável, o Irã semeia desconfiança dentro da própria arquitetura adversária. Mesmo que Washington reafirme seus compromissos e intensifique a defesa dos



parceiros, o simples fato de a dúvida emergir já altera o ambiente estratégico. Alianças não são sustentadas apenas por tratados e armamentos; elas dependem também de confiança subjetiva na disposição do protetor de correr riscos em nome do protegido. A estratégia iraniana tenta corroer exatamente essa confiança.

Ao atingir Arábia Saudita, Emirados, Qatar, Omã e Barém, Teerã quer demonstrar que a guerra contra o Irã é, necessariamente, guerra contra o sistema que sustenta a presença norte-americana no Golfo. Quer impor custos às elites alinhadas a Washington, expor suas vulnerabilidades, ampliar a distância entre governantes e governados, pressionar a legitimidade dos regimes, elevar o risco econômico global e introduzir incerteza na rede de proteção que liga os Estados Unidos às monarquias da região. Em outras palavras, o Irã procura transformar sua relativa inferioridade militar direta em capacidade de perturbação sistêmica. Se não pode vencer pela simetria da força, tenta vencer pela multiplicação dos custos, pela desorganização da confiança e pela politização das contradições internas do campo adversário.

É por isso que, apesar da intensidade dos bombardeios que vem sofrendo, o Irã não demonstra interesse real em um cessar-fogo imediato. Do ponto de vista de Teerã, este é um momento decisivo: aceitar uma interrupção precoce das hostilidades antes de alterar a correlação política e estratégica do conflito significaria oferecer a seus adversários exatamente aquilo de que eles necessitam – tempo para recompor estoques, reordenar cadeias logísticas, recalibrar alianças, reorganizar defesas e preparar uma nova rodada de ataques em condições mais favoráveis. A recusa iraniana, portanto, não decorre apenas de intransigência ideológica, mas de um cálculo racional de sobrevivência.

Se a guerra foi percebida, desde o início, como tentativa de decapitação do regime e de reconfiguração do equilíbrio regional, um cessar-fogo prematuro tenderia a congelar a crise num ponto útil ao campo adversário, sem eliminar a ameaça de fundo. Nessa perspectiva, Teerã parece querer evitar o que, aos olhos de muitos estrategistas, foi um erro russo no teatro ucraniano: aceitar pausas e arranjos de cessação que, na prática, não resolveram o conflito, mas permitiram ao lado oposto ganhar tempo, reorganizar-se e ampliar suas capacidades. Nesses termos, pausas mal estruturadas podem funcionar menos como caminho para a paz do que como intervalo para o rearmamento do inimigo. É nesse sentido que a liderança iraniana parece ler o momento atual não como ocasião para descompressão imediata, mas como fase de definição histórica, na qual recuar



cedo demais pode significar apenas adiar, em condições piores, a próxima ofensiva.

2.1.4 – Os preços do petróleo, os petrodólares e o dólar

Dentro desse contexto o Estreito de Ormuz adquire importância absolutamente central. Por ali passavam cerca de 20 milhões de barris por dia⁵, algo equivalente a aproximadamente 20% do consumo mundial e a mais de um quarto do comércio marítimo global de petróleo. Além disso, cerca de um quinto do comércio mundial de GNL também transitavam pelo estreito, sobretudo a partir do Qatar. Em outras palavras, Ormuz é o ponto em que uma parcela fundamental da energia do sistema mundial se comprime num corredor estreito e vulnerável.

Ormuz é largo o suficiente para permitir navegação oceânica, mas os corredores de tráfego são extremamente estreitos e previsíveis, o que torna os navios alvos relativamente fáceis de monitorar e pressionar. É isso que torna plausível a capacidade iraniana de fechamento total ou seletivo: minas navais, drones, mísseis antinavio lançados da costa ou de ilhas próximas, embarcações rápidas, ataques de saturação e assédio contínuo.

As dificuldades dos Estados Unidos para manter a passagem aberta decorrem justamente dessa assimetria. Em tese, a superioridade naval e aérea americana é esmagadora. Na prática, porém, proteger Ormuz exige escoltas, varredura de minas, defesa antimíssil, vigilância constante, cobertura aérea, coordenação com aliados e, sobretudo, disposição do setor privado de voltar a navegar.

O impacto sobre o mercado mundial de petróleo decorre daí. Como Ormuz concentra enorme volume de exportação com poucas alternativas de escoamento, seu fechamento produz simultaneamente três efeitos. O primeiro é físico: menos barris chegam ao mercado, ou chegam com atraso. O segundo é financeiro: o prêmio de risco explode, elevando preço futuro, frete, seguro e custo de *hedge*. O terceiro é macroeconômico: o petróleo mais caro se transmite para combustíveis, transporte, eletricidade, fertilizantes, petroquímica e alimentos, reacendendo pressões inflacionárias em escala global.

⁵ U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Amid regional conflict, the Strait of Hormuz remains critical oil chokepoint. *Today in Energy*, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65504>. Acesso em: 4 abr. 2026.



Os efeitos econômicos de um choque dessa natureza tendem a se espalhar rapidamente. O primeiro impacto visível aparece no preço da gasolina e do diesel, mas a transmissão vai muito além. O encarecimento da energia eleva custos de transporte terrestre, marítimo e aéreo, pressiona cadeias produtivas e tende a ser repassado aos consumidores finais. Alimentos tornam-se especialmente sensíveis, porque dependem intensamente de combustíveis, fertilizantes, mecanização agrícola e logística de distribuição. O resultado é um aumento generalizado do custo de vida, que corrói a renda das famílias e reduz seu poder de compra.

Diante desse cenário, governos podem tentar conter os danos por meio da liberação de reservas estratégicas, de medidas emergenciais para garantir transporte marítimo e de algum tipo de proteção ao fluxo de navios. Ainda assim, essas respostas têm alcance limitado se a instabilidade militar persistir. Enquanto a rota do Golfo continuar sob risco e os preços permanecerem em patamares elevados, a economia mundial seguirá exposta a uma combinação particularmente perigosa de inflação, incerteza geopolítica e desaceleração econômica.

Se, o Irã conseguir manter o bloqueio de Ormuz por muito tempo, a crise mudará de escala. Nesse caso, deixará de se tratar apenas de uma perturbação na oferta de petróleo para atingir também o circuito financeiro que liga, há décadas, a renda petroleira do Golfo à centralidade econômica dos Estados Unidos. Isso ocorre porque essas monarquias não são apenas exportadoras de energia. Elas também funcionam como nós estratégicos de reciclagem de excedentes em dólar, convertendo receitas do petróleo e do gás em reservas, aplicações financeiras, compras de ativos, investimentos em tecnologia e contratos de defesa.

Esse ponto é central para compreender a dimensão sistêmica da crise. O petróleo exportado pelo Golfo não desaparece apenas na forma de consumo energético; ele retorna ao sistema internacional como liquidez, investimento e poder financeiro. Durante décadas, parte relevante dessa renda foi reciclada por meio de depósitos bancários, compra de títulos, participações em fundos, aquisições de empresas e presença crescente nos mercados acionários globais. Em especial, os fundos soberanos das monarquias do Golfo se tornaram atores de peso nos circuitos financeiros internacionais, com forte exposição aos Estados Unidos.

Essa centralidade dos excedentes do Golfo remete a uma transformação crucial da ordem monetária internacional no século XX. Para compreender



plenamente o significado dos petrodólares, é preciso recordar que o dólar não ocupou sempre a posição que hoje conhecemos, nem sua centralidade derivou apenas da força abstrata da economia americana. No sistema de Bretton Woods, construído ao final da Segunda Guerra Mundial, o dólar era a moeda central porque estava ancorado em ouro a uma paridade fixa de 35 dólares por onça, enquanto as demais moedas mantinham paridades estáveis em relação à moeda americana. Em outras palavras, o dólar funcionava como equivalente geral do sistema porque trazia, ao menos formalmente, a promessa de conversibilidade em ouro

Esse arranjo, porém, começou a se tornar insustentável à medida que os Estados Unidos passaram a emitir dólares em volume superior à sua capacidade real de honrar a conversão. O problema era estrutural. A expansão do investimento externo americano, o financiamento de bases militares em escala planetária, os custos da Guerra do Vietnã e o aumento dos déficits corroeram progressivamente a relação entre a massa de dólares em circulação e o estoque de ouro disponível. Em algum momento, o sistema passou a carregar uma contradição incontornável: para fornecer liquidez ao mundo, os Estados Unidos precisavam emitir dólares e manter déficits; mas, quanto mais dólares emitiam, menos crível se tornava a promessa de convertê-los em ouro. Essa tensão desembocou na ruptura de 1971, quando Richard Nixon suspendeu unilateralmente a conversibilidade do dólar em ouro. A partir dali a moeda americana deixou de ser, em sentido estrito, uma moeda lastreada em metal precioso.

A ruptura de 1971 poderia, em tese, ter produzido uma crise muito mais profunda da posição internacional do dólar. Afinal, retirado o ouro, permanecia a pergunta derradeira: por que o resto do mundo continuaria aceitando dólares em grande escala? Por que bancos centrais, exportadores, importadores e investidores manteriam reservas numa moeda que já não podia ser trocada por ouro a uma paridade fixa? Em termos analíticos, era necessário substituir o antigo fundamento material da confiança por outro mecanismo de sustentação sistêmica. É nesse ponto que o petróleo e o Golfo adquirem importância histórica extraordinária.

O que se consolida ao longo da década de 1970 é uma nova arquitetura monetária, na qual o dólar deixa de estar ancorado em ouro e passa, em termos práticos, a estar ancorado na centralidade do petróleo. Não se trata de dizer que cada dólar passou a ser conversível diretamente em barris, como antes era, em tese, conversível em ouro. A relação é mais sofisticada e propriamente geopolítica. O ponto crucial é que a *commodity* mais importante da economia mundial – o



petróleo – passou a ser cotada, vendida e liquidada predominantemente em dólares. Isso significava que qualquer país que precisasse importar energia em larga escala precisava, antes, obter dólares. A demanda mundial por petróleo transformava-se, assim, em demanda mundial por moeda americana.

Esse mecanismo teve implicações profundas. Se o petróleo, insumo estratégico de transportes, indústria, guerra, petroquímica e agricultura moderna, só podia ser adquirido em dólares, então a moeda americana passava a ocupar lugar obrigatório na reprodução cotidiana da economia mundial. Países importadores eram compelidos a acumular reservas em dólar, empresas precisavam operar em dólar, bancos necessitavam de liquidez em dólar, e o comércio internacional de energia reforçava continuamente a centralidade da moeda americana. Em vez de derivar sua legitimidade monetária da promessa de conversão em ouro, o dólar passava a derivá-la da sua função indispensável no acesso ao principal recurso energético do planeta. Era uma mudança de enorme alcance: o lastro deixava de ser metálico e tornava-se geoeconômico e estratégico.

O papel das petromonarquias do Golfo foi determinante nesse processo. A relação construída entre Estados Unidos e Arábia Saudita – e, por extensão, com o restante das monarquias petrolíferas da região – ajudou a fixar uma ordem na qual o petróleo do Golfo seria comercializado exclusivamente em dólar, enquanto a proteção militar americana garantiria a segurança externa desses regimes e a estabilidade geral da região em termos favoráveis ao fluxo energético. Formou-se, assim, uma troca estrutural: de um lado, segurança, armas, proteção geopolítica e integração com a ordem americana; de outro, denominação do petróleo em dólar e reciclagem de excedentes financeiros para o sistema dos Estados Unidos.

Foi exatamente daí que nasceu o fenômeno dos petrodólares. Quando os preços do petróleo subiram de forma abrupta nos anos 1970, sobretudo após o choque de 1973, os países exportadores do Golfo passaram a acumular volumes extraordinários de receitas em dólar. Esses dólares, porém, não permaneciam parados. Precisavam ser reciclados. Parte deles financiava importações, obras de infraestrutura, consumo de luxo, armamentos e modernização doméstica. Mas outra parte substancial retornava aos grandes centros financeiros internacionais, especialmente aos Estados Unidos e a Londres, sob a forma de depósitos bancários, compra de títulos do Tesouro, investimentos em bancos, ações, imóveis, fundos e ativos diversos. O excedente petrolífero transformava-se, assim, em liquidez



internacional e, ao mesmo tempo, em fonte de financiamento para o próprio sistema que havia ajudado a produzi-lo.

Esse circuito teve um efeito histórico determinante: permitiu aos Estados Unidos preservar a centralidade do dólar mesmo depois do fim da conversibilidade em ouro. Em condições normais, uma moeda fiduciária emitida por um Estado com déficits externos persistentes poderia enfrentar forte erosão de confiança. Mas o dólar possuía uma vantagem extraordinária: o mundo precisava dele para comprar energia, e os grandes exportadores de energia reinvestiam maciçamente esses mesmos dólares em ativos denominados na moeda americana. O resultado era um circuito auto reforçado. Os Estados Unidos emitiam dólares; o mundo demandava dólares para importar petróleo; os exportadores de petróleo acumulavam dólares; e esses dólares retornavam aos mercados financeiros americanos. Isso ampliava a profundidade de Wall Street, sustentava a liquidez do Tesouro dos EUA e reforçava o papel do dólar como principal reserva internacional.

Em outros termos, o petróleo do Golfo ajudou a transformar a moeda americana em algo singular na história do capitalismo: uma moeda nacional que funciona, ao mesmo tempo, como principal moeda mundial. Essa condição dá aos Estados Unidos privilégios extraordinários. Permite financiar déficits externos em sua própria moeda, emitir passivos que o resto do mundo aceita como reserva, sustentar mercados financeiros de escala incomparável e exercer poder estrutural sobre pagamentos, crédito, sanções e liquidez global. A hegemonia do dólar, portanto, não é apenas fenômeno monetário no sentido estreito. Ela está ligada a uma arquitetura material de poder que combina energia, força militar, mercados financeiros, comércio internacional e confiança institucional. O sistema dos petrodólares foi uma das engrenagens centrais dessa arquitetura.

Isso explica por que uma crise grave no Golfo pode ter efeitos monetários que vão muito além do preço do barril. Se o petróleo da região deixa de fluir normalmente, se a renda petroleira se contrai e se a massa de petrodólares reciclados diminui, não se afeta apenas a oferta de energia. Afeta-se também um dos canais pelos quais a centralidade do dólar foi historicamente reproduzida. A demanda global por dólares não desaparece de um dia para o outro, nem a posição do dólar é destruída automaticamente por um único choque, mas o enfraquecimento prolongado do circuito petróleo–dólar–Wall Street pode expor a natureza histórica, e não eterna, dessa hegemonia.

Nesses termos, a relação entre essas petromonarquias e os Estados Unidos é, portanto, muito mais profunda do que uma simples aliança diplomática. Ela



combina segurança militar, compra de armas, proteção geopolítica e integração financeira. De um lado, esses regimes dependem historicamente do guarda-chuva militar americano para sua sobrevivência estratégica em uma região instável. Em troca, direcionam parte expressiva de sua renda externa para a compra de armamentos, sistemas de defesa, serviços militares e cooperação em segurança. Isso significa que o dinheiro do petróleo retorna aos Estados Unidos não apenas pelos mercados financeiros, mas também pelo complexo industrial-militar, reforçando empresas, empregos, influência política e capacidade estratégica americana.

De outro lado, esse mesmo excedente também se conecta à esfera mais dinâmica e especulativa do capitalismo contemporâneo: os mercados acionários e, sobretudo, o setor de tecnologia. Os fundos soberanos do Golfo ampliaram fortemente sua presença em ações americanas, *private equity*, infraestrutura digital, semicondutores, *data centers* e empresas ligadas à inteligência artificial. Em outras palavras, parte da renda gerada pelos hidrocarbonetos do Golfo passou a financiar não apenas consumo e defesa, mas também expectativas de valorização em torno do futuro tecnológico dos Estados Unidos. Isso ajuda a entender por que um abalo profundo na estrutura energética da região pode atingir não só refinarias e portos, mas também os segmentos mais valorizados das bolsas americanas.

Os impactos de uma crise dessa magnitude sobre o dólar tendem, por isso, a seguir uma dinâmica contraditória. No curtíssimo prazo, um choque geopolítico dessa natureza ainda pode produzir corrida para liquidez e reforçar temporariamente a demanda pela moeda americana. Em momentos de pânico, muitos agentes buscam caixa, ativos líquidos e instrumentos associados ao sistema financeiro dos Estados Unidos. Mas, se o fechamento de Ormuz se prolongar e vier acompanhado de queda relevante na produção e na exportação de petróleo das monarquias do Golfo, o problema deixa de ser apenas financeiro no sentido tradicional e passa a atingir uma das bases materiais da própria ordem do dólar: a geração e a reciclagem dos petrodólares.

Esse é o ponto crucial. O sistema dos petrodólares depende de duas condições simultâneas: que o Golfo siga exportando grandes volumes de petróleo e gás, e que essa renda em dólar continue sendo reciclada para o sistema financeiro internacional, sobretudo para os Estados Unidos. O fechamento de Ormuz atinge diretamente a primeira condição. Se a principal artéria de escoamento de energia da região é bloqueada e parte da produção regional



precisa ser interrompida por impossibilidade de exportação, a consequência além da alta de preços é uma diminuição brusca da massa de dólares novos gerada pela exportação de hidrocarbonetos do Golfo.

Essa inflexão pode atingir o dólar de maneira mais complexa do que nos choques anteriores pois pode corroer justamente um dos mecanismos pelos quais a centralidade do dólar foi historicamente reproduzida: a capacidade de absorver, quase automaticamente, os excedentes gerados pela exportação de energia do Golfo. Se há menos petrodólares sendo produzidos, há menos excedentes para comprar ativos americanos, menos liquidez nova entrando em Wall Street e menos capacidade de sustentar a demanda externa por títulos, ações e outros instrumentos financeiros denominados em dólar. Se isso ocorrer, a crise energética terá deixado de ser apenas um choque nos preços do petróleo para se transformar em um episódio de transição monetária e, como resposta, diversos países tenderiam a acelerar suas estratégias de diversificação monetária. Nesse encadeamento, certamente a guerra no Golfo não destruiria sozinha a hegemonia do dólar, mas poderia empurrá-la para uma fase nova: menos incontestada, menos automática e mais exposta à fragmentação do sistema internacional.

2.1.5 – Consequências e perspectivas

Tudo indica que esta deve ser uma guerra longa. Se o objetivo inicial de Estados Unidos e Israel era produzir, em um prazo curto, uma ruptura definitiva do centro de poder iraniano, seguida de desorganização institucional, fratura das cadeias de comando e eventual transição de regime, os desdobramentos das primeiras semanas sugerem que esse cálculo não se confirmou. A aposta numa guerra breve apoiava-se, ao que tudo indica, na suposição de que um golpe suficientemente concentrado, dirigido contra a cúpula política, militar e simbólica da República Islâmica, poderia converter vulnerabilidade inicial em colapso sistêmico. Mas a lógica da guerra real mostrou-se mais complexa. Em vez de precipitar a dissolução rápida do regime, os ataques parecem ter acionado mecanismos de recomposição política, disciplinamento interno e mobilização simbólica que tendem a alongar o conflito e a deslocá-lo da hipótese de decapitação bem-sucedida para a forma mais perigosa de guerra de desgaste.

Além das questões estruturais já apontadas, outras razões para isso podem estar em erros estratégicos cometidos logo na abertura da campanha. O primeiro desses erros foi de natureza político-simbólica e revelou incompreensão importante



da gramática moral pela qual sociedades submetidas a ataque externo reorganizam suas lealdades. O bombardeio de uma escola infantil⁶, em Minab, intencional ou não, em uma guerra feita com armas de alta precisão, matou 168 meninas entre 7 e 12 anos e produziu um efeito que vai muito além da tragédia humanitária imediata. Ele ofereceu uma imagem condensada, brutal e facilmente inteligível da agressão externa: a morte de crianças. Em guerras desse tipo, nem sempre o efeito político mais profundo decorre da destruição de bases, radares ou centros de comando; às vezes ele decorre da formação súbita de uma imagem moralmente insuportável, capaz de reorganizar percepções difusas em torno de um sentimento comum de ultraje.

O segundo erro, também profundo, foi o assassinato do aiatolá Ali Khamenei. Em linguagem militar estrita, a eliminação da principal autoridade política e espiritual da República Islâmica podia parecer coerente com uma estratégia de decapitação. Em linguagem histórica e civilizacional, porém, ela continha o risco de produzir exatamente o efeito contrário do pretendido. Morto em seu gabinete de trabalho, Khamenei passa ser narrado não como líder acuado que buscou salvar-se, mas como figura que permaneceu no posto até o fim, recusando-se a separar seu destino pessoal do destino do país. O efeito simbólico é poderoso.

Esse ponto é decisivo porque o martírio ocupa lugar central na imaginação política do islã xiita e, em particular, na tradição revolucionária iraniana⁷. A República Islâmica foi erguida sobre uma pedagogia do sacrifício, da memória dos vencidos que resistem, da legitimidade que nasce do sangue derramado diante da injustiça e da ideia de que certos mortos continuam politicamente mais ativos do que muitos vivos. Em vez de apenas eliminar uma autoridade, produziu-se um mártir. E mártires, sobretudo em formações políticas moldadas por longa experiência de cerco, humilhação e resistência, tendem a operar como concentradores de sentido. É por isso que a morte de um líder desse porte, longe de desagregar imediatamente o campo político, pode recompô-lo em patamar superior de coesão defensiva.

⁶ CNN BRASIL. EUA e Israel mataram ao menos 192 alunos e professores, diz mídia iraniana. 9 mar. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-israel-mataram-ao-menos-192-alunos-e-professores-diz-midia-iraniana/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷ TENÓRIO, Sayid Marcos. O martírio de Khamenei e a Revolução que nenhum império poderá destruir. Opera Mundi, 3 mar. 2026. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/o-martirio-de-khamenei-e-a-revolucao-que-nenhum-imperio-podera-destruir/>. Acesso em: 4 abr. 2026.



O martírio de Khamenei não atua apenas no interior da sociedade iraniana. Ele também repercute no espaço mais amplo do Oriente Médio, inclusive entre setores que não compartilham da matriz doutrinária da República Islâmica. Num ambiente regional saturado por memória de invasões, humilhações coloniais, guerras assimétricas e solidariedade persistente à Palestina, a figura do líder morto no exercício da resistência tende a produzir ressonâncias que ultrapassam fronteiras confessionais estritas. Isso não significa apagamento das clivagens entre sunitas e xiitas, mas, sob certas conjunturas, a lógica anti-imperial e a lógica do martírio conseguem, ao menos temporariamente, falar mais alto do que as divisões intra-islâmicas.

Isso não significa que o regime iraniano tenha saído fortalecido em todos os planos. Ele sofreu perdas severas, viu suas vulnerabilidades expostas e entrou numa fase de pressão extrema. Mas significa que a guerra tende a mudar de natureza. Se a hipótese de vitória rápida por implosão política interna enfraquece, o conflito tende a converter-se em guerra de desgaste, na qual o fator determinante deixa de ser a surpresa inicial e passa a ser a capacidade de sustentar custos – militares, econômicos, logísticos, energéticos e psicológicos – por um período prolongado.

A possibilidade de escalada está, assim, inscrita na própria lógica de um conflito que passa a depender cada vez mais da capacidade de cada lado de ampliar o campo de custos do adversário. Nessas condições, o tempo passa a operar como fator de radicalização. À medida que os dias se acumulam esgotam-se os sistemas materiais de ataque e defesa. Isso vale, em graus diferentes, para todos os envolvidos, mas pesa de forma particularmente aguda sobre Israel, cuja segurança depende de uma arquitetura intensiva em interceptores e cobertura permanente.

É precisamente aí que o risco de escalada cresce. Quando guerra longa começa a consumir estoques, alianças e legitimidades, aumenta o incentivo para golpes qualitativamente mais duros, capazes de alterar de uma vez a correlação de forças. Nesse contexto, torna-se plausível a passagem a uma fase em que Estados Unidos e Israel direcionem os ataques contra a infraestrutura energética e petrolífera iraniana, como tentativa de quebrar sua capacidade material de sustentar o conflito. Mas exatamente aí reside o perigo maior.

A destruição da infraestrutura iraniana pode levar Teerã a responder com ataques de iguais proporções contra a infraestrutura petrolífera das monarquias do Golfo, desprotegidas e expostas aos mísseis iranianos. E, nesse ponto, a crise muda de natureza. Uma coisa é o petróleo deixar de circular temporariamente porque o



estreito está fechado, o seguro se tornou proibitivo, os armadores recuaram e o fluxo marítimo foi interrompido. Outra coisa, muito mais grave, é a destruição física da infraestrutura de produção, processamento, armazenamento, carregamento e exportação dos grandes produtores da região

A diferença entre essas duas situações é fundamental. Se a guerra avançar para uma lógica de devastação recíproca da infraestrutura energética, a escassez de petróleo deixará de ser apenas conjuntural e começará a adquirir feição estrutural, reconfigurando de forma peremptória o mercado mundial de energia.

A escalada pode tornar-se ainda mais grave porque, à medida que os mecanismos convencionais de contenção se desgastam e o custo da guerra se eleva sem produzir desfecho rápido, cresce também o risco de que os atores passem a considerar opções antes mantidas no plano da dissuasão implícita, da ameaça velada ou do cálculo extremo de último recurso. Esse ponto exige cautela analítica. Não se trata de afirmar que o emprego de armas nucleares seja provável em sentido imediato, nem de sugerir que tal decisão já esteja dada. Trata-se, antes, de reconhecer que guerras prolongadas, quando combinam frustração operacional, vulnerabilidade crescente, fadiga dos sistemas defensivos e pressão política sobre as lideranças, tendem a reduzir a distância entre o impensável e o discutível. É justamente esse encurtamento da distância psicológica e estratégica que torna o cenário mais perigoso.

No caso de Israel, o problema é particularmente sensível porque sua doutrina de segurança foi construída sobre a recusa em aceitar ameaças existenciais amadurecidas. Se Israel perceber que sua arquitetura defensiva está sendo progressivamente saturada, que a normalidade da vida econômica e social está sendo corroída e que a capacidade de impor solução definitiva por meios convencionais se reduz com o tempo, a pressão por uma “cartada decisiva” tende a crescer dentro de certos setores políticos e militares. Quanto mais a guerra se arrasta sem vitória clara, mais espaço ganham correntes que defendem medidas excepcionalmente duras para restabelecer a dissuasão, quebrar a vontade do adversário ou encerrar o conflito por choque extremo.

Do lado norte-americano, o fator de instabilidade adicional está no problema da personalidade política, da improvisação estratégica e da compressão do tempo decisório em contextos de crise. Uma presidência impulsiva, submetida simultaneamente à pressão dos aliados, à opinião pública doméstica, à escalada dos preços do petróleo, ao risco de humilhação militar e à cobrança por demonstração de força, pode tornar-se mais inclinada a soluções de ruptura



do que uma liderança mais previsível e institucionalmente contida. Quanto maior o desgaste da guerra, maior a tentação de buscar um gesto de supremacia absoluta que reponha, de uma só vez, a credibilidade estratégica, a autoridade presidencial e a capacidade de intimidação. É precisamente esse tipo de raciocínio que transforma essa guerra em um cenário de altíssimo risco sistêmico.

Mesmo que armas nucleares não venham a ser efetivamente utilizadas neste conflito, uma parte essencial do recado estratégico já foi dada. Em um sistema no qual o direito internacional perde densidade normativa, as instituições multilaterais revelam capacidade decrescente de contenção e a força volta a aparecer, de maneira cada vez menos disfarçada, como linguagem predominante da política, a posse de capacidade nuclear tende a reforçar-se, aos olhos de muitos Estados, como a forma mais eficaz de seguro de sobrevivência. A lição implícita é dura, mas inteligível: países que dispõem de dissuasão nuclear parecem muito menos vulneráveis a agressões do que aqueles que permanecem dependentes apenas de garantias diplomáticas, equilíbrios regionais convencionais ou promessas abstratas de proteção jurídica. É nesse ponto que o caso da Coreia do Norte adquire valor exemplar.

Se essa percepção se generalizar, o efeito poderá ser o de uma nova corrida armamentista em termos nucleares, agora sobreposta à corrida armamentista convencional que já se intensifica em outras frentes como, por exemplo, o empenho da OTAN em ampliar seus sistemas de defesa. O risco é que o conflito atual acrescente a esse movimento uma camada adicional: a conclusão de que é preciso atravessar o limiar nuclear para se ter segurança.

Nesse sentido, o Irã certamente aprendeu uma lição. A guerra já lhe oferecia, antes mesmo de seu desfecho, um ensinamento severo sobre os limites impostos pela ausência de dissuasão nuclear efetiva. Mas agora essa questão se tornou mais sensível, mais aberta e politicamente mais carregada do que era antes.

O assassinato de Khamenei pode ter sido um erro estratégico também nesse sentido. O aiatolá era o autor da *fatwa*⁸ que serviu, durante anos, como principal fundamento religioso e político da posição oficial do Estado iraniano contrária às

⁸ Fatwa é um parecer ou pronunciamento jurídico-religioso emitido por uma autoridade qualificada do islã sobre questão de doutrina, moral ou direito; não equivale automaticamente a lei estatal, mas pode adquirir forte autoridade normativa e política, sobretudo em regimes em que a liderança religiosa ocupa posição central. No caso iraniano, a fatwa de Ali Khamenei foi apresentada repetidamente por Teerã como fundamento religioso da proibição da produção, do armazenamento e do uso de armas nucleares. Na visão declarada da República Islâmica, armas nucleares seriam incompatíveis com os princípios do islã e do regime.



armas nucleares. Sua morte remove a autoridade simbólica que mais claramente vinculava a contenção nuclear iraniana a um princípio doutrinário superior. Em outras palavras, desaparece o portador da interdição religiosa mais importante contra a bomba. Isso tende a fortalecer, no interior do regime, aqueles grupos que sempre viram a opção nuclear militar não como desvio da revolução, mas como sua salvaguarda derradeira.

Se esse movimento vier a ganhar força, o impacto sistêmico será profundo. Se a atual guerra consolidar a percepção de que a segurança real depende, em última instância, de armamento nuclear, o resultado poderá ser uma nova era, marcada por mais Estados tentando aproximar-se do limiar atômico. Nesse cenário, a guerra passaria a reorganizar o próprio regime global de segurança, deslocando o mundo para um ambiente em que a posse de capacidade nuclear se tornaria a conclusão racional, extraída da falência progressiva do direito e da violência recorrente no cenário internacional.

Não obstante, os efeitos dessa guerra, não tendem a permanecer confinados ao teatro iraniano ou ao circuito energético do Golfo. Eles irradiam para outros *fronts* já abertos e, ao fazê-lo, alteram o cálculo militar e político de conflitos que, embora distintos, pertencem ao mesmo ambiente histórico de desordem crescente. O primeiro deles é Gaza. A guerra contra o Irã tende a deslocar parte da atenção diplomática, midiática e humanitária internacional, reduzindo a centralidade relativa do sofrimento cotidiano palestino no debate global. Por outro lado, oferece ao governo israelense margem adicional para sustentar que a frente de Gaza não pode ser lida isoladamente, mas como parte de uma guerra regional mais ampla contra o chamado “eixo da resistência”. Dessa forma a tragédia de Gaza deixa de ser vista como emergência singular, enquanto a diluição do foco internacional reduz o custo político imediato de novas operações, atrasos humanitários e descumprimento de compromissos assumidos em cessar-fogos ou negociações parciais. Nesse sentido a guerra com o Irã já está tensionando a trégua em Gaza, com novos ataques israelenses, centenas de mortos desde o cessar-fogo de outubro e acusações do Hamas de que Israel usa o conflito com Teerã para escapar de suas obrigações⁹.

No caso do Líbano, o impacto é ainda mais direto. Aqui, a guerra já não atua apenas como pano de fundo interpretativo, mas como vetor efetivo de

⁹ REUTERS. Israeli strike kills three people in Gaza as Iran war strains truce. 17 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israeli-strike-kills-three-people-gaza-iran-war-strains-truce-2026-03-17/>. Acesso em: 4 abr. 2026.



transbordamento militar. O país atravessa uma de suas fases mais letais desde outubro de 2023¹⁰, com mais de mil mortos e cerca de um milhão de deslocados, em meio a ataques israelenses maciços contra Beirute e outras áreas. Quanto mais a guerra com Teerã se prolonga, mais cresce o incentivo israelense para tentar degradar de forma decisiva as capacidades remanescentes do Hezbollah, empurrando o Líbano para uma condição ainda mais instável, e talvez reavivando lógicas de ocupação parcial, zona-tampão ou incursões terrestres prolongadas. Ao mesmo tempo, quanto mais o Hezbollah se engaja para mostrar solidariedade operacional ao Irã, mais oferece a Israel o argumento de que a neutralização do *front* libanês é pré-condição para a segurança do norte do país.

A guerra na Ucrânia, por sua vez, também será afetada, mas pela redistribuição global de atenção estratégica, de recursos militares, de capacidade industrial e de prioridade política. À medida que Estados Unidos deslocam munições e planejamento para o Oriente Médio, abre-se inevitavelmente o problema com as lacunas que isso pode abrir na defesa da Europa e da própria Ucrânia diante da Rússia¹¹. Em termos estratégicos, o efeito é claro: quanto mais a guerra contra o Irã consome estoque, atenção presidencial, orçamento e foco diplomático, menos concentrado permanece o esforço de sustentação militar de Kiev. Isto, certamente, favorecerá Moscou.

Por outro lado, a crise energética aberta pela guerra tende a favorecer Moscou no plano das receitas externas e da capacidade de financiamento do Estado. Quanto mais o preço do petróleo sobe e quanto mais o mercado mundial se vê pressionado pela perda de oferta do Golfo, maior tende a ser o valor estratégico do petróleo russo como fonte alternativa de abastecimento. Em outras palavras, a mesma guerra que pode enfraquecer o esforço ocidental de sustentação militar da Ucrânia também pode fortalecer a base material da resistência russa por meio da valorização de seu principal ativo exportador. A pressão dos países consumidores por aliviar a escassez pode levá-los, direta ou indiretamente, a flexibilizar restrições sobre petróleo e derivados russos, reforçando a capacidade do país de sustentar o conflito europeu por mais tempo.

¹⁰ REUTERS. Lebanon's mounting death toll. 20 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/lebanons-mounting-death-toll-2026-03-20/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

¹¹ ASSOCIATED PRESS (AP). US shifts Patriot missiles from Europe to Middle East amid Iran war. 20 mar. 2026. Disponível em: <https://apnews.com/article/patriot-missile-europe-iran-middle-east-ukraine-29a199d083318ed8610f11dbdd0288f2>. Acesso em: 4 abr. 2026.



Apesar de tantas incertezas no campo militar, uma coisa já aparece com nitidez crescente: a economia mundial tende a entrar numa espiral particularmente destrutiva de inflação elevada e estagnação prolongada.

O mecanismo dessa espiral é relativamente claro. O primeiro vetor é a energia. Com a retirada de parte relevante da oferta do mercado e a alta expressiva do petróleo e do gás, o choque atinge imediatamente combustíveis, eletricidade, petroquímica, fertilizantes, transporte terrestre, marítimo e aéreo. Embora alguns governos venham a discutir o uso ampliado de reservas estratégicas, todos reconhecem que isso não substitui de forma duradoura a normalização do fluxo no Golfo.

O segundo vetor é a transmissão generalizada desse encarecimento para o restante da estrutura de preços. Energia mais cara significa frete mais caro, insumos industriais mais caros, fertilizantes mais caros, logística agrícola mais cara e, portanto, alimentos e outros bens e serviços mais caros. É exatamente esse tipo de inflação que cria o dilema mais difícil para autoridades econômicas, porque não pode ser resolvida por política monetária convencional. Se os bancos centrais elevam juros para conter preços, agravam a desaceleração e comprimem ainda mais economias já enfraquecidas; se hesitam em fazê-lo, correm o risco de permitir nova rodada inflacionária. O resultado é uma combinação particularmente perversa: os instrumentos usuais de combate à inflação tendem a aprofundar a estagnação, enquanto a tolerância inflacionária corrói renda, confiança e estabilidade social.

O terceiro vetor é a desaceleração da atividade. À medida que energia, produtos em geral e alimentos sobem, a renda real das famílias é comprimida. O consumo perde fôlego. Empresas enfrentam custos maiores, margens pressionadas e incerteza ampliada, o que reduz investimentos. Setores intensivos em energia tornam-se especialmente vulneráveis, e regiões importadoras de hidrocarbonetos passam a absorver um choque externo regressivo, que deteriora balanços comerciais, aperta condições financeiras e enfraquece ainda mais economias já pouco dinâmicas. A crise, assim, deixa de ser apenas inflacionária e assume a forma mais típica da estagflação: crescimento menor, investimento mais fraco, renda real comprimida e preços persistentemente elevados.

Há, além disso, um componente financeiro que pode amplificar brutalmente o problema. A alta da energia não pressiona apenas o consumo e a produção; ela corrói expectativas, aumenta a volatilidade, desloca capitais para posições defensivas e expõe a fragilidade de mercados acionários cuja valorização recente



dependia de juros em queda, liquidez abundante e confiança no avanço contínuo do setor de tecnologia. Se os preços da energia seguem elevados, se os bancos centrais são forçados a manter juros altos por mais tempo e se a renda petroleira do Golfo deixa de ser reciclada com a mesma intensidade para os centros financeiros ocidentais, o choque deixa de ser apenas real e se torna também monetário e patrimonial. Bolsas passam a sofrer, crédito fica mais caro, financiamento de longo prazo encarece e parte da riqueza financeira que parecia sólida revela sua dependência de condições extraordinariamente favoráveis que já não existem. É nesse ponto que inflação, estagnação e instabilidade financeira passam a reforçar-se mutuamente.

Tudo isso é ainda mais grave porque o choque atual incide sobre um mundo que já não dispõe da mesma margem de manobra dos grandes episódios anteriores. Depois da pandemia, depois do ciclo inflacionário associado à guerra na Ucrânia, muitos governos chegaram a 2026 com dívida elevada, espaço fiscal reduzido e sociedades menos dispostas a aceitar novas perdas de poder de compra. O choque do petróleo, portanto, não vem sobre uma economia mundial robusta, mas sobre uma economia cansada, mais endividada, mais politicamente polarizada e institucionalmente menos elástica. É exatamente por isso que a espiral em formação pode ser tão brutal: ela combina um choque de oferta de grande escala, uma estrutura produtiva já tensionada, instrumentos de política econômica mais limitados e um ambiente geopolítico que impede a rápida recomposição da normalidade.

Os efeitos de uma espiral dessa natureza não se esgotam na macroeconomia. Eles tendem a transbordar rapidamente para o terreno social e político, e é justamente aí que a crise revela seu potencial mais desorganizador. Inflação persistente, crescimento fraco, renda real comprimida, crédito mais caro, deterioração fiscal e insegurança energética não produzem apenas estatísticas ruins; produzem frustração social, sensação de perda de controle, medo do futuro e disputa cada vez mais agressiva por proteção, renda e reconhecimento. Quando famílias veem encarecer simultaneamente combustíveis, alimentos, transporte, moradia e serviços essenciais, o que se corrói não é apenas o orçamento doméstico. Corrói-se a própria confiança na possibilidade de continuidade normal da vida material.

Em sociedades já marcadas por polarização política intensa, esse tipo de deterioração econômica tende a adquirir forma particularmente corrosiva. A piora das condições materiais é rapidamente reinterpretada por meio de narrativas de



culpa, ressentimento e acusação mútua. Grupos políticos rivais passam a disputar a apropriação simbólica da crise, atribuindo ao adversário a responsabilidade pelo sofrimento coletivo. A complexidade estrutural do problema – que envolve guerra, energia, finanças, geopolítica, cadeias produtivas e limites da política monetária – tende a ser condensada em fórmulas politicamente mais simples, mais emocionais e mais mobilizadoras. O resultado é a intensificação de uma dinâmica em que a crise econômica alimenta nova rodada de polarização, ampliando a agressividade do debate público e reduzindo o espaço para mediações racionais, compromissos institucionais e soluções compartilhadas.

Esse processo é ainda mais grave porque ocorre num momento em que muitos sistemas democráticos já se encontram fragilizados. Em várias partes do mundo, a legitimidade das instituições representativas vinha sendo corroída por anos de estagnação salarial, desigualdade persistente, sensação de abandono territorial, bolhas informacionais, crise de confiança nas elites e expansão de formas mais agressivas de competição política. Uma nova onda de inflação com estagnação prolongada tende a aprofundar esse desgaste. Governos passam a parecer simultaneamente impotentes e culpados: impotentes porque não conseguem restabelecer prosperidade nem estabilizar preços; culpados porque, aos olhos de amplos setores da população, continuam associados às estruturas de poder que prometeram segurança e entregaram vulnerabilidade.

É nesse ambiente que prosperam saídas autoritárias, lideranças plebiscitárias, discursos de exceção e promessas de restauração por meio da força. A sociedade submetida a inflação alta, renda comprimida e medo social prolongado tende a valorizar menos procedimentos e mais resultados imediatos; menos equilíbrio institucional e mais decisão concentrada; menos legalidade complexa e mais vontade política supostamente resolutiva. Em termos históricos, esse é um terreno clássico de erosão democrática porque aumenta a receptividade social a soluções que prometem ordem, punição, proteção e simplificação num momento em que a realidade se torna opaca, instável e ameaçadora. A democracia, que depende de paciência procedimental, confiança mínima entre adversários e aceitação de limites mútuos, passa a operar sob condições materiais cada vez mais desfavoráveis.

Ao mesmo tempo, a fragilidade do direito internacional tende a agravar esse quadro em vez de contê-lo. Uma guerra dessa magnitude expõe de forma particularmente dura o enfraquecimento das normas que deveriam limitar a violência entre Estados. Quando grandes potências ou seus aliados operam à



margem de regras que antes invocavam, o efeito é moral e sistêmico. A percepção de que o direito vale seletivamente, de que a legalidade depende da correlação de forças e de que a proteção normativa não alcança igualmente todos os povos contribui para a corrosão da confiança global nas instituições multilaterais. O resultado é um ambiente em que a força volta a aparecer, de maneira cada vez menos disfarçada, como linguagem categórica da política.

Essa deterioração externa retorna ao interior das sociedades. Quando a ordem internacional perde credibilidade normativa, reforça-se internamente a ideia de que regras são frágeis, princípios são instrumentais e limites jurídicos são obstáculos contingentes, e não fundamentos permanentes da vida comum. Em outras palavras, o esgarçamento do direito internacional dialoga com o esgarçamento do direito dentro dos próprios Estados. Se a política mundial passa a ser percebida como espaço de exceção, unilateralismo e força bruta, isso tende a legitimar, em escala doméstica, linguagens semelhantes de poder. A fronteira entre crise externa e crise interna torna-se, assim, mais porosa. A guerra não afeta apenas preços, rotas e reservas; afeta também imaginários políticos, tolerância social à violência, percepção de legitimidade e disposição para aceitar soluções cada vez mais duras. É por isso que a crise econômica aberta por essa guerra tende a transformar-se também em crise social e política mais profunda. Essas dinâmicas não atuam separadamente. Elas se reforçam mutuamente. A piora das condições materiais intensifica o ressentimento social; o ressentimento alimenta a radicalização política; a radicalização enfraquece instituições; instituições mais fracas respondem pior à crise; e a resposta insuficiente aprofunda ainda mais a desagregação da vida coletiva.

O tecido social se esgarça justamente porque a crise deixa de ser percebida como uma dificuldade passageira, suscetível de ser suportada e enfrentada coletivamente, e passa a ser vivida como evidência de que o mundo se tornou menos estável, menos justo e menos governável. É por isso, afinal, que as consequências e as perspectivas dessa guerra não podem ser interpretadas apenas em escala militar, energética ou monetária. Seu alcance é mais profundo. Quando essas diferentes dimensões entram simultaneamente em crise, o problema deixa de ter caráter conjuntural e assume a forma mais grave das crises históricas: aquela em que não se rompe apenas o dinamismo econômico ou a estabilidade política, mas a própria capacidade das sociedades de imaginar, disputar e construir, com algum grau de coesão, um futuro comum.



3 – O PODER GLOBAL E A AMÉRICA LATINA COMO ESPAÇO DE DISPUTA

A América Latina encontra-se, em 2026, em uma encruzilhada histórica definida pela confluência de tendências globais e dinâmicas regionais complexas. Se de um lado, a reconfiguração geopolítica permite capitalizar economicamente as oportunidades abertas pela demanda exponencial por minerais críticos associados à transição energética, uma vez que a região dispõe de importantes reservas destes minerais, de outro, enfrenta a volta de uma política externa estadunidense agressiva, que busca restaurar a preeminência de Washington no hemisfério por meio de uma coalizão militar e ideológica seletiva, em claro contraponto à crescente influência econômica da China na região.

O calendário eleitoral de 2026, que inclui pleitos em Brasil, Colômbia, Peru, Costa Rica e Haiti, ocorre em um contexto de forte disputa e crescente intervencionismo externo. A resposta dos países latino-americanos à ofensiva militar dos EUA na Venezuela, em janeiro de 2026, expôs com clareza a linha divisória que atualmente estrutura o tabuleiro geopolítico regional.

3.1 – Panorama econômico: crescimento lento e oportunidades extrativas.

As projeções para o desempenho econômico da América Latina em 2026 apontam para um crescimento moderado, insuficiente para promover transformações estruturais significativas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) projeta uma expansão de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) regional¹², enquanto a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima 2,3%. Esses números, alinhados à média histórica da última década, contrastam com o dinamismo de outras economias emergentes e refletem um "motor que está parando", nas palavras da CEPAL, devido ao arrefecimento do consumo privado e da demanda externa¹³. Essa é mesma projeção de crescimento feita pelo Banco Mundial, divulgada no início deste ano. Segundo a instituição, a manutenção do fraco desempenho econômico da região (mais baixo entre todas as regiões entre países ainda não considerados desenvolvidos) se deve a incertezas políticas, alto endividamento, comércio

¹² BID. "Economia da América Latina e Caribe vai crescer 2,1% em meio a incerteza global e desafios persistentes, projeta BID". Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2026.

¹³ Ferrari, Sergio. "O frágil horizonte da América Latina em 2026". Brasil 247, 2026. (Com dados da CEPAL).



externo fraco, agravado pela política tarifária agressiva adotada pelos EUA. A projeção só não é pior, pois a instituição prevê que os países da região darão início a um processo lento, mas gradual de flexibilização da política monetária, com redução das taxas de juros¹⁴.

Já as projeções de crescimento do PIB dos países da América Latina e Caribe para 2026, feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro de 2025, eram ainda mais conservadoras, atingindo 2,1%, com grande variação entre os países. Como pode ser visto na Tabela 1, as projeções para as cinco maiores economias da região, responsáveis por mais de 76% do total, as duas principais deverão ter crescimento inferior à média da região, enquanto a Argentina poderá apresentar um crescimento maior que a média, mas muito devido a quedas substanciais ocorridas no passado, tanto que pouco superará o PIB gerado em 2017.

Tabela 1: PIB Nominal e Projeções de Crescimento para as Maiores Economias da América Latina (2026)

País	PIB Nominal (US\$)	Crescimento Projetado (%)	Participação no PIB Regional
Brasil	2,29 trilhões	1,9%	~30%
México	2,03 trilhões	1,5%	~27%
Argentina	667,92 bilhões	4,0%	~9%
Colômbia	462,25 bilhões	2,3%	~6%
Chile	363,30 bilhões	2,0%	~5%

Fonte: FMI (World Economic Outlook, out/2025) via Worldometers¹⁵.

A principal oportunidade de curto prazo para a região reside na chamada transição energética global. A América Latina detém reservas estratégicas de minerais críticos: o triângulo do lítio (Argentina, Bolívia e Chile) concentra mais de 60% dos recursos mundiais, enquanto Chile e Peru respondem por cerca de 40% da produção global de cobre. A demanda global por lítio pode crescer entre 470% e 800% até 2050, posicionando a região como fornecedora estratégica para as

¹⁴ WORLD BANK. Global Economic Prospects, January 2026. Washington, DC: World Bank, 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 19 mar. 2026.

¹⁵ Worldometers. "PIB por País na América Latina e Caribe (2026)". FMI, World Economic Outlook (outubro de 2025).



cadeias de valor do futuro¹⁶. No entanto, a riqueza natural não se traduz automaticamente em desenvolvimento, sendo imperativas instituições sólidas, regras previsíveis e uma governança ambiental robusta para evitar a mera reprodução de um modelo extrativista de baixo valor agregado.

Em termos de fluxos de capital, o investimento estrangeiro direto (IED) anual atingiu, em 2024, a cifra de US\$ 280 bilhões, retomando os níveis de ingresso no período de 2010 a 2014, mas mais que o dobro do registrado há duas décadas¹⁷, com Brasil, México, Chile e Peru consolidando-se como principais destinos. Esse movimento tem sido impulsionado pela realocação de cadeias de suprimentos, particularmente em direção ao México e à América Central, aproveitando a proximidade com o mercado estadunidense.

A dívida pública média da região situa-se em torno de 59% do PIB¹⁸, e o aumento das despesas com juros tem exercido contínua e forte pressão sobre as finanças públicas. Ademais, o ambiente internacional apresenta ventos contrários: a escalada tarifária promovida pelos Estados Unidos e o aumento no preço do petróleo e gás devido à guerra no golfo pérsico.

3.2 – A realidade social: pobreza em declínio lento e a persistência das desigualdades

O cenário social latino-americano apresenta melhoras marginais, ainda ofuscadas pela manutenção de profundas assimetrias. Dados da CEPAL indicam que a taxa de pobreza monetária atingiu 25,5% da população em 2024 (162 milhões de pessoas), uma redução em relação aos anos anteriores, mas que ainda representa um patamar superior ao de 2014. A pobreza extrema afeta 9,8% da população (62 milhões de pessoas)¹⁹. Esta melhora modesta, contudo, é atribuída em grande medida ao desempenho relativo de México e Brasil, enquanto o restante do continente permanece praticamente inalterado.

A desigualdade de renda continua a ser a característica mais marcante e perversa da estrutura social regional. Os 10% mais ricos da população capturam 34,2% da renda total, enquanto os 10% mais pobres têm acesso a apenas 1,7%²⁰.

¹⁶ JPMorgan. "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.

¹⁷ JPMorgan. "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.

¹⁸ Ferrari, "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.

¹⁹ Ferrari, "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.

²⁰ Ferrari, "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.



O mercado de trabalho exhibe a contradição de um desemprego tecnicamente baixo (6%, o menor em quinze anos) com altíssima informalidade, que atinge 80% do setor agrícola, onde se concentra 46% do trabalho infantil regional e mais da metade da força de trabalho com baixa escolaridade²¹. O crime e a violência, por sua vez, impõem um custo estimado em 3,44% do PIB regional²², com Colômbia e México entre os mais afetados, corroendo a confiança nas instituições – apenas 35% da população manifesta confiança alta ou moderadamente alta em seu governo²³.

3.3 – O posicionamento dos países latino-americanos na disputa hegemônica entre Estados Unidos e China

A competição entre Estados Unidos e China pela influência na América Latina intensificou-se significativamente no biênio 2025-2026, configurando um dos eixos estruturantes da geopolítica regional. Enquanto Pequim consolidou sua posição como principal parceiro comercial da América do Sul e maior credor da região, Washington busca reverter essa tendência por meio de uma estratégia que combina iniciativas multilaterais seletivas, pressões bilaterais e intervenções diretas. Os dados são eloquentes: entre 2014 e 2023, a China direcionou cerca de US\$ 153 bilhões em assistência financeira à região, aproximadamente três vezes os US\$ 50,7 bilhões contribuídos pelos Estados Unidos no mesmo período. Em 2024, o comércio bilateral China-América Latina atingiu US\$ 518 bilhões, um recorde histórico, enquanto o comércio com os EUA manteve-se na casa de US\$ 1,2 trilhão, fortemente concentrado no México (cerca de 80% desse total)²⁴.

Diante desse quadro, os países latino-americanos viram-se obrigados a definir estratégias de posicionamento que equilibram interesses econômicos, alinhamentos ideológicos e vulnerabilidades estruturais. A fragmentação política do continente, somada à assimetria de poder entre os Estados nacionais e as duas potências extrarregionais, produziu um cenário de respostas diferenciadas, que podem ser agrupadas em duas categorias analíticas: alinhamento explícito com

²¹ Ferrari, "América Latina em 2026: Três tendências-chave para a região". Private Bank, 2026.

²² CEPAL. "The economic cost of crime in Latin America and the Caribbean". CEPAL, 2024.

²³ LATINOBARÓMETRO. "Informe 2025". Corporación Latinobarómetro, Santiago, 2025.

²⁴ BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqq75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.



Washington e pragmatismo diversificador. Destacam-se dois blocos, com casos híbridos, ambíguos ou pragmáticos que dão maior complexidade a um quadro já por si muito difícil de comparar com outras regiões.

3.3.1 – O Bloco do alinhamento explícito com Washington

Um conjunto de países, predominantemente governados por forças políticas de direita ou extrema-direita, optou por um alinhamento explícito com a estratégia hemisférica do governo Trump, materializada na iniciativa Escudo das Américas e na adesão à chamada Doutrina Donroe. Participaram da cúpula realizada em Miami, em março de 2026, representantes de Argentina, Paraguai, El Salvador, Chile, Panamá, Honduras, Guiana e Equador, além de Costa Rica, República Dominicana e Trinidad e Tobago, totalizando 12 países.

A Argentina de Javier Milei constitui o caso mais emblemático desse alinhamento. Além de endossar entusiasticamente a captura de Nicolás Maduro pelos EUA, o governo argentino recebeu incentivos econômicos significativos de Washington, incluindo um swap cambial de US\$ 20 bilhões e a ampliação das cotas de exportação de carne bovina, medidas claramente destinadas a sustentar politicamente o aliado ideológico. Em contrapartida, Milei recuou de algumas iniciativas de cooperação com a China, como a não adesão aos BRICS e o congelamento de projetos de infraestrutura financiados por Pequim, embora o comércio bilateral com a China tenha continuado a crescer, alcançando US\$ 25 bilhões em 2025²⁵.

O Equador de Daniel Noboa, também presente na cúpula, exemplifica a complexidade das escolhas forçadas. Após anos de negociações infrutíferas com os EUA para um acordo de livre comércio, o país acabou firmando um tratado com a China em 2023, tornando-se o quinto país latino-americano a fazê-lo. A participação no Escudo das Américas representa, nesse contexto, uma tentativa de equilibrar a crescente dependência econômica de Pequim com um reposicionamento estratégico no campo da segurança.

²⁵ BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqg75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.



O Chile de José Antonio Kast, eleito em 2025 com plataforma explicitamente alinhada a Trump, enfrenta contradições semelhantes. Apesar da participação na coalizão liderada pelos EUA, o país mantém com a China um acordo de livre comércio vigente desde 2006, e cerca de 90% de suas exportações de cerejas destinam-se ao mercado chinês. A imposição de restrições de visto a autoridades chilenas por Washington, em função de negociações com Pequim para a construção de um cabo submarino, ilustra as tensões inerentes a esse posicionamento²⁶.

3.3.2 – O Bloco do pragmatismo diversificador

No oposto do espectro, os governos de esquerda e centro-esquerda da região têm mantido e aprofundado suas relações com a China, ao mesmo tempo que condenam as ações unilaterais dos EUA e resistem às pressões de Washington. Brasil, Colômbia e México formam o núcleo desse bloco, que representa mais de 60% do PIB e da população regional.

O Brasil, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, mantém uma posição de equilíbrio crítico. Aproximadamente 28% das exportações brasileiras destinam-se à China, enquanto os EUA absorvem cerca de 13%²⁷. A China é a principal fonte de investimentos em infraestrutura e energia renovável no país, incluindo a fábrica da BYD na Bahia, construída no mesmo local onde a Ford encerrou suas operações. Ao mesmo tempo, o governo tem reiterado seu compromisso com o multilateralismo e condenado a intervenção na Venezuela como violação inaceitável do Direito Internacional.

Para Fiori, o Brasil se encontra diante de uma encruzilhada estrutural. "De um lado, do ponto de vista econômico, está a proposta liberal apoiada pelos 'mercados' e pelos grandes investidores financeiros nacionais internacionais. Se o Brasil seguir este caminho, deverá se manter na sua condição secular de uma sociedade periférica e desigual, exportadora de matérias-primas, alimentos e commodities, tendo como seu melhor horizonte transformar-se numa 'periferia de luxo' das grandes potências compradoras do mundo. Há, no entanto, a proposta, a capacidade e a possibilidade de construir um caminho diferente e novo dentro

²⁶ BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqg75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.

²⁷ Ministério da Economia do Brasil. "Balança comercial brasileira 2025". Gov.br, 2026.



da América do Sul: o Brasil assumindo a posição de 'locomotiva continental' aproveitando-se de sua autossuficiência energética"²⁸. No entanto, como salienta o BNDES, o país ainda é muito dependente do investimento proveniente anualmente dos EUA (maior investidor estrangeiro no país), desempenhando, assim, um papel crucial para o desenvolvimento econômico brasileiro, atuando na modernização da capacidade produtiva e na inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. Com um estoque de investimentos estimado em mais de US\$ 357 bilhões, concentrado nos setores de tecnologia, energia, infraestrutura e manufatura de alto valor agregado, operam no país cerca de 4.000 empresas estadunidense, gerando em torno de 1 milhão de empregos²⁹.

A Colômbia de Gustavo Petro adota posição semelhante. Embora o país ainda não tenha a China como principal parceiro comercial – diferentemente da maioria dos vizinhos sul-americanos –, o governo Petro tem buscado diversificar suas relações econômicas e resistido às pressões de Washington para uma ruptura com Pequim. A construção do metrô de Bogotá com financiamento chinês, no valor de US\$ 4,5 bilhões³⁰, simboliza essa aproximação.

O México, apesar de sua integração econômica com os EUA através do T-MEC, mantém sob a presidência de Claudia Sheinbaum uma política externa autônoma. Não convidado ou optando por não participar da cúpula do Escudo das Américas, o país tem resistido às pressões para alinhar-se automaticamente à estratégia antichinesa de Washington. A recente decisão de impor tarifas de até 50% sobre produtos chineses³¹, no entanto, revela os limites dessa autonomia diante da pressão estadunidense.

Podemos colocar ainda neste grupo alguns países, por exemplo Peru e Uruguai, que buscam manter uma posição de equilíbrio pragmático, evitando

²⁸ Fiori, José Luís. "Os desafios da América Latina para a esquerda e as forças progressistas de volta ao governo de vários países". Viomundo, [s.d.].

²⁹ BNDES. Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios. [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/23091/1/PRArt_RB%2058_Investimentos%20estrangeiros%20diretos.pdf#:~:text=Os%20investimentos%20estrangeiros%20diretos%20\(IED\)%20desempenham%20uma,buindo%20para%20a%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20capacidade%20produtiva](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/23091/1/PRArt_RB%2058_Investimentos%20estrangeiros%20diretos.pdf#:~:text=Os%20investimentos%20estrangeiros%20diretos%20(IED)%20desempenham%20uma,buindo%20para%20a%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20capacidade%20produtiva). Acesso em: 19 mar. 2026.

³⁰ BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqq75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.

³¹ BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqq75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.



rupturas com qualquer das potências e maximizando as vantagens da competição entre elas.

O Peru oferece o exemplo mais notável dessa estratégia. O megaporto de Chancay, construído com investimento chinês de US\$ 3,5 bilhões, reduziu em cerca de doze dias o tempo de transporte de mercadorias para a Ásia e gerou mais de US\$ 200 milhões em receitas fiscais adicionais no primeiro ano de operação³². Simultaneamente, o país mantém com os EUA uma relação de cooperação em segurança e comércio, buscando não alienar nenhum dos lados. A advertência de Washington contra a cessão do controle do porto a interesses chineses, no entanto, ilustra a crescente dificuldade dessa posição intermediária. O Uruguai, tradicionalmente orientado por uma política externa pragmática, equilibra sua participação no Mercosul com a negociação de acordos comerciais extrabloco e a atração de investimentos chineses em infraestrutura e tecnologia.

3.4 – Implicações para o futuro da região

A América Latina de 2026 navega em mares turbulentos. Economicamente, a região enfrenta o paradoxo de possuir os recursos estratégicos mais demandados pelo mundo, mas carece das instituições e da coesão política necessária para transformar essa dotação em desenvolvimento inclusivo e sustentável. Socialmente, a redução lenta da pobreza convive com a reprodução de desigualdades históricas que minam a coesão e a confiança nas instituições. Politicamente, o continente tem muitas divisões que indicam a força gravitacional de blocos antagônicos, cuja clivagem fundamental é a posição em relação à hegemonia estadunidense e/ou chinesa.

A iniciativa do Escudo das Américas, mais do que uma coalizão antinarcóticos, é a expressão mais acabada da Doutrina Donroe: um projeto de restauração da hegemonia dos EUA por meio de alianças militares seletivas, com o objetivo explícito de conter a China e reorganizar o espaço hemisférico em torno dos interesses de Washington. A ação unilateral na Venezuela e o recrudescimento do embargo a Cuba demonstram a disposição do governo Trump em empregar todos os instrumentos de poder – militares, econômicos e diplomáticos – para atingir

³² BBC NEWS BRASIL. Guerra comercial entre EUA e China: o que está em jogo e por que isso importa para o mundo. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqq75dnn9o>. Acesso em: 4 abr. 2026.



esses fins, com custos potencialmente altos para a estabilidade regional e o princípio da autodeterminação dos povos.

O futuro da região dependerá, em grande medida, da capacidade de seus atores com maior peso econômico e demográfico – particularmente Brasil e México – de articularem uma visão alternativa de integração regional que seja pragmática, baseada no respeito à soberania e focada na resolução dos problemas estruturais que perpetuam o subdesenvolvimento e a desigualdade. Sem isso, a América Latina continuará a ser, predominantemente, um tabuleiro onde potências externas disputam influência, com escassa margem para a ação autônoma de seus próprios povos e governos.

Como sintetiza Fiori, "a América Latina precisa se repensar radicalmente para poder redefinir sua estratégia de desenvolvimento, tendo clara sua localização geográfica e sua posição hierárquica dentro do 'hemisfério ocidental', onde a potência dominante foi sempre os Estados Unidos, apoiados pela Grã-Bretanha, desde o momento da formulação da Doutrina Monroe, em 1823"³³. Este reposicionamento, porém, não pode ignorar a nova realidade geopolítica: a presença chinesa é estrutural, a crise do neoliberalismo abriu espaço para alternativas progressistas, e a polarização interna da região reflete, em última instância, as contradições não resolvidas de seu desenvolvimento histórico.

4 – DAS MACROTENDÊNCIAS PARA A CONJUNTURA NACIONAL

A conjuntura brasileira de 2026 não pode ser lida nem pelo otimismo superficial da "normalização democrática" nem pelo alarmismo preguiçoso que anuncia, a cada crise, uma ruptura terminal. O quadro é mais incômodo. O país saiu do ciclo mais agudo de autocratização registrado entre meados da década passada e a eleição de 2022, mas não reconstruiu, em igual medida, a legitimidade representativa, a confiança interinstitucional e a capacidade de coordenação do regime constitucional. O Brasil ingressou em 2026 com recuperação parcial de indicadores democráticos, porém ainda submetido a polarização profunda (sem a mesma politização), persistência de forças abertamente antiliberais e uma estrutura institucional marcada por desconfiança social, fragmentação partidária e judicialização permanente da política. O V-Dem registra melhora brasileira desde

³³ FIORI, José Luís. "Os desafios da América Latina para a esquerda e as forças progressistas de volta ao governo de vários países". Viomundo, [s.d.].



2022, mas ressalta que a sociedade segue fortemente polarizada e que a eleição de 2026 será decisiva³⁴. Temos ainda muita violência política, grupos da população subrepresentados, como mulheres, negros e indígenas, desinformação e proliferação de *Fake News*, novas tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) na vida política, velhas formas de compra e venda de votos, assédio a jornalistas e a organizações civis, além de corrupção em suas diversas formas na República.

A macrotendência, portanto, não é a simples oposição entre democracia e autoritarismo, como se o país estivesse diante de um plebiscito binário sobre a sobrevivência do regime. O problema brasileiro é mais sofisticado e, por isso mesmo, mais grave: trata-se da conversão paulatina da democracia constitucional em uma ordem de baixa confiança, baixa mediação e alta fricção, na qual partidos perdem densidade social, o Congresso opera crescentemente como polo de veto e apropriação orçamentária, o Executivo governa sob constrangimento estrutural e o Supremo Tribunal Federal é empurrado para o papel de árbitro de disputas ordinárias que deveriam ser resolvidas politicamente. O BTI 2026 aponta um sistema partidário ainda altamente fragmentado, volátil e polarizado, com raízes sociais fracas e práticas persistentes de patronagem. O mesmo relatório mostra que, em 2024, 41% dos entrevistados diziam que a democracia poderia funcionar sem partidos, 34% sem Congresso e 37% sem oposição, o que revela uma erosão da cultura democrática muito além das disputas conjunturais entre governo e oposição³⁵.

Em outras palavras, o traço dominante da conjuntura nacional não é apenas o conflito entre os múltiplos atores, mas o desgaste do próprio ambiente institucional em que o conflito se processa. A democracia brasileira de 2026 preserva competição eleitoral, pluralismo formal e controle jurisdicional, mas convive com sinais persistentes de fadiga representativa, captura decisória por grupos organizados, enfraquecimento de arenas participativas e naturalização de expedientes excepcionais de contenção política. A Kofi Annan Foundation, ao examinar a vulnerabilidade eleitoral do Brasil para 2025-2026, identificou como fatores de risco justamente a integridade das instituições democráticas sob polarização crescente, somada à memória recente de violência eleitoral,

³⁴ V-DEM INSTITUTE. Democratic Report 2026: unravelling The Democratic Era. Disponível em <https://www.v-dem.net/documents/75/V-Dem-Institute-Democracy-Report-2026-lowres.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2026.

³⁵ BTI (Bertelsmann Stiftung). TRANSFORMATION INDEX. Brazil Country Report 2026. Disponível em <https://bti-project.org/en/reports/country-report/BRA>. Acesso em: 2 abr. 2026.



desinformação e questionamentos à lisura do processo. A consequência é clara: o país chega a 2026 não em estabilidade, mas em suspensão³⁶!

4.1 – A erosão silenciosa da democracia

A erosão democrática em curso no Brasil é silenciosa não porque seja pequena, mas porque opera sem a coreografia clássica das rupturas do século XX. Não há fechamento do Congresso, suspensão aberta da Constituição ou cancelamento de eleições. O que há é algo politicamente mais insidioso: a preservação dos ritos formais ao lado da corrosão progressiva dos vínculos de confiança, dos mecanismos de mediação e da crença social no valor das instituições. Em 2023, 54,2% dos brasileiros declaravam que o país era governado para “alguns grupos poderosos”, e não para o bem de todos; apenas 31,3% diziam estar muito ou razoavelmente satisfeitos com a democracia. Não se trata de dado marginal. Trata-se da evidência de que, para larga parcela da sociedade, a forma democrática segue em funcionamento, mas sua substância distributiva e representativa aparece sequestrada³⁷.

Em uma pesquisa de opinião de março de 2026³⁸, a confiança nas instituições brasileiras restou configurada em termos reduzidos para as principais do campo político. O Congresso Nacional tem a pior posição. Mas outros atores importantes da vida democrática padecem de maior confiança. É de se destacar a percepção sobre a Igreja Católica, que, exceto o setor policial (Polícia Federal, Civil e Militar) surge com a instituição mais confiável na amostra pesquisada. Veja-se a Figura 1:

Figura 1: confiança nas instituições em março de 2026

³⁶ KOFI ANNAN FOUNDATION. Electoral Vulnerability Index 2025-2026. Country analysis: Brazil. General Elections: October 2026. Disponível em https://www.kofiannanfoundation.org/wp-content/uploads/2025/06/Electoral-Vulnerability-Index-2025-2026_Brazil.pdf. Acesso em: 2 abr. 2026.

³⁷ OECD. Integrity Review of Brazil: Towards a Comprehensive Integrity System in Brazil (2025). Disponível em https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/10/oecd-integrity-review-of-brazil-2025_4ccf6d1f/cf6d1f-cf6d1f-en.pdf. Acesso em: 2 abr. 2026.

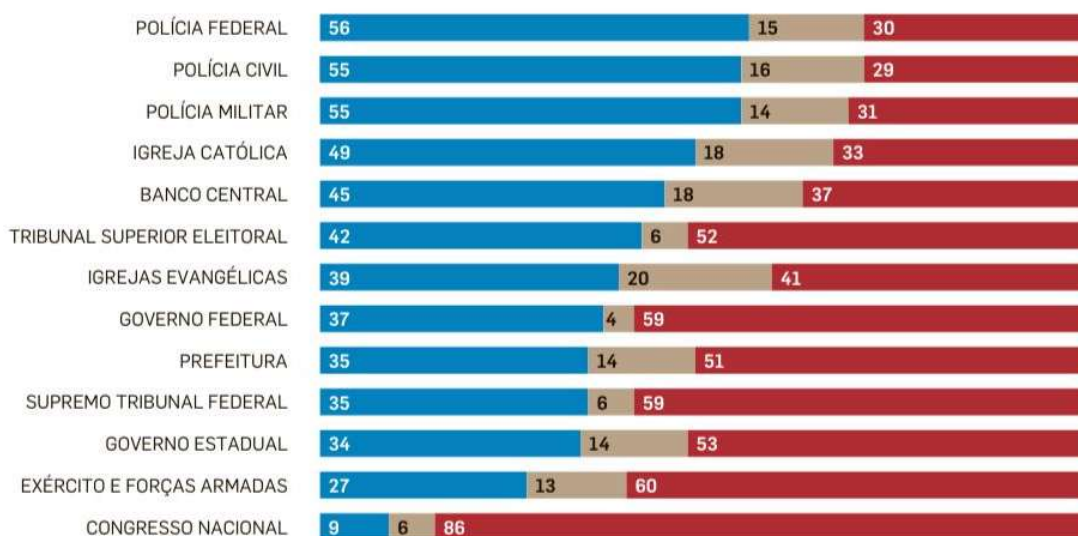
³⁸ Pesquisa Atlas/Intel, de 20 de março de 2026, por entrevistas de 2.090 brasileiros pela internet, via Recrutamento Digital Aleatório, entre 16 e 19 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com um nível de confiança de 95%. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/pf-no-topo-exercito-no-fundo-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-segundo-atlasintel/>. Acesso em: 25 mar. 2026. O infográfico foi retirado do Jornal “O Estado de São Paulo”, também conhecido por “Estadão”.



CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Você confia ou não nas seguintes instituições?

EM PORCENTAGEM CONFIANÇA NÃO SABE DESCONFIANÇA



OBS.: POR QUESTÃO DE ARREDONDAMENTO ALGUNS DOS DADOS NÃO PERFAZEM SOMA DE 100%

FONTE: ATLASINTEL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Essa erosão, portanto, também é cultural. Quando uma parcela expressiva da população admite a possibilidade de democracia sem partidos, sem Congresso ou sem oposição, o problema deixa de ser apenas institucional e passa a ser civilizatório. O que se desgasta aí é a compreensão mínima de que o dissenso, a pluralidade e a intermediação organizada são elementos constitutivos – e não acessórios – do regime democrático. O dado é devastador precisamente porque desmonta a narrativa complacente segundo a qual bastaria derrotar eleitoralmente um projeto autoritário para restaurar a saúde da democracia. Não basta. Setores autoritários da política podem ter perdido a Presidência e o país pode ter melhorado em alguns indicadores, mas a base social de tolerância ao antiliberalismo, à tutela autoritária e à simplificação antipartidária segue viva e operante.

A expressão contemporânea dessa erosão não se resume ao voto ou ao comportamento das elites. Ela atravessa o ecossistema informacional. Estudos



sobre o Brasil descrevem como a “poluição informacional” alimentou polarização afetiva, desconfiança, hostilidade e violência, comprometendo o respeito a contrapontos, a integridade eleitoral, os freios e contrapesos, a *accountability* pública e o próprio apoio social à democracia. O mesmo trabalho sustenta que o enfraquecimento da transparência estatal e a insuficiência de mecanismos públicos de informação agravaram a vulnerabilidade da sociedade à desinformação digital. Isso significa que a erosão democrática não é apenas obra de líderes extremistas ou de facções partidárias; ela resulta também da deterioração do espaço cognitivo comum em que a deliberação pública deveria ocorrer³⁹. Chamar isso apenas de “polarização” não explica a complexidade do quadro. Trata-se de uma crise de verdade pública e de confiança institucional. Temos uma polarização sem politização⁴⁰.

Esse processo foi agravado pela mutilação ou fragilização de espaços participativos. A revisão da OCDE sobre integridade pública no Brasil registra que o Decreto nº 9.759/2019 agravou problemas ao extinguir ou alterar composição e mandato de diversos órgãos colegiados; aponta ainda que, no CONAMA, as cadeiras da sociedade civil foram reduzidas de 22 para 4, sem representação de povos indígenas ou comunidades tradicionais, e que, na CONABIO, a sociedade civil caiu de 8 para 2 assentos. A mesma revisão observa a inexistência de plataforma centralizada e transparente sobre conselhos e conferências nacionais,

³⁹ Ver GERMAN INSTITUTE OF DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY; BREUER, Anita. *From Polarisation to Autocratisation: The Role of Information Pollution in Brazil's Democratic Erosion* (2025). IDOS Discussion Paper (2/2025). Disponível em https://www.idos-research.de/fileadmin/user_upload/pdfs/publikationen/discussion_paper/2025/DP_2.2025.pdf.

Acesso em: 18 mar. 2026.

⁴⁰ Aqui a expressão “politização” é utilizada como expressão relacionada à percepção reflexiva das pessoas e do questionamento sobre dada questão que antes pertencia apenas ao reino do fato. Está associada à capacidade de articulação crítica das pessoas e da contestação de valores ou práticas, antes tidos como naturais, e, assim, vistos como “destino” (não da ordem da escolha dos indivíduos). Em outras palavras, a politização ocorre quando uma questão migra do reino do fato para a esfera privada. Nesse estágio, essa questão passa a ser compreendida como um produto da estrutura social ou cultural, podendo, portanto, ser transformada pela ação dos indivíduos. Para aprofundar a questão ver a relação entre politização e despolitização, em suas distintas etapas. Ver FAWCETT, Paul; FLINDERS, Matthew; HAY, Collin; WOOD, Matthew. *Anti-politics, depoliticization, and Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2017. De um lado, há politização quando questões que afetam a vida das pessoas passam a ser entendidas como “problemas”, isso é, deixam de ser vistas como “naturais” e, portanto, passíveis, de alguma forma, de serem transformadas através da ação dos sujeitos. De outro lado, a despolitização ocorre quando questões, que antes eram objeto de preocupação da esfera governamental, voltam para a esfera pública e/ou para a privada. Ver HAY, Colin. *Why we hate politics*. Cambridge: Polity, 2007.



mantendo informação fragmentada e de difícil acesso. Em outra linguagem o que tivemos foi uma redução da espessura participativa do Estado brasileiro ao mesmo tempo em que se proclamava a defesa abstrata da democracia⁴¹. O resultado foi perverso pois preservou-se instituições, mas esvaziavam-se canais concretos de controle social e coprodução de legitimidade, que demoram a retomar a sua consistência e participação.

Há, ademais, um paradoxo contemporâneo que precisa ser enfrentado. O Estado e a Justiça Eleitoral ampliaram, com razão, seus instrumentos de reação à desinformação e ao uso abusivo da inteligência artificial. O TSE aprovou, em março de 2026, o conjunto de instruções para as eleições gerais, incluindo atualização das regras sobre IA, e criou grupo de trabalho específico para aprofundar medidas contra desinformação eleitoral (as normas mais recentes proíbem *deepfakes* e exigem identificação do uso de IA em propaganda). Ainda assim, o remédio pode conter veneno institucional se for aplicado sem balizas democráticas claras. A decisão do STF de junho de 2025 sobre responsabilidade das plataformas, embora relevante para enfrentar conteúdo ilícito, deixou preocupações sobre censura e sobre o poder privado de moderação sem transparência pública suficiente. A democracia brasileira tenta defender-se da sabotagem digital, mas corre o risco de fortalecer arranjos opacos de controle do discurso.

4.2 – A crise do regime e a erosão institucional

A crise brasileira de 2026 é, em larga medida, uma crise de funcionamento do regime constitucional de 1988. Não se trata, ao menos por ora, do colapso formal da ordem, mas da sua operação disfuncional. O presidencialismo de coalizão, já tensionado há anos, converteu-se em arranjo mais caro, mais fragmentado e menos coordenável. O BTI 2026 mostra que, embora o número efetivo de partidos tenha caído em relação a 2019, o sistema continua extraordinariamente fragmentado e as negociações com o Congresso não se tornaram mais fáceis, porque os partidos seguem como poderosos atores de veto. Em termos menos protocolados: o Executivo não governa propriamente com maioria orgânica; governa sob permissão negociada, frequentemente onerosa, de

⁴¹ OECD. *Integrity Review of Brazil: Towards a Comprehensive Integrity System in Brazil (2025)*. Disponível em https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/10/oecd-integrity-review-of-brazil-2025_4ccf6d1f/cfcce75d-en.pdf. Acesso em: 2 abr. 2026.



um Legislativo que expandiu sua capacidade de impor agenda, condicionar recursos e capturar parcelas crescentes do orçamento⁴².

Esse deslocamento de poder não significou fortalecimento virtuoso do Legislativo como espaço programático de deliberação. Em grande medida, significou a ascensão de uma lógica de intermediação material e territorializada, ancorada em emendas parlamentares e em opacidade decisória. A *Human Rights Watch* registra que as alocações orçamentárias decididas por parlamentares aumentaram oito vezes desde 2014, alcançando R\$ 50 bilhões em 2025. O STF precisou intervir reiteradamente para exigir rastreabilidade, impor prazos de transparência e vedar repasses a organizações vinculadas a parentes de congressistas. O Executivo, por sua vez, teve de adaptar a execução das emendas às exigências fixadas na Lei Complementar nº 210/2024 e às determinações do Supremo. Não se deve romantizar esse processo como simples “empoderamento do Parlamento”. Quando o reforço do Legislativo vem acompanhado de opacidade, patronagem e judicialização corretiva permanente, o que se observa não é maturação republicana, mas reconfiguração assimétrica e pouco transparente do centro decisório do Estado⁴³.

A crise entre os Poderes da República decorre precisamente dessa redistribuição conflitiva de autoridade sem recomposição de legitimidade. Em 2025, a disputa em torno do aumento do IOF produziu um caso exemplar: o governo recorreu ao STF para contestar a derrubada parlamentar de decreto presidencial. O STF, por decisão monocrática, por decisão do Ministro Alexandre de Moraes, suspendeu tanto o decreto do Executivo quanto o ato do Congresso e convocou mediação, qualificando o episódio como um choque institucional indesejável entre os dois Poderes. O caso vale menos pelo tema tributário específico do que pelo sintoma que revela. Os temas ordinários de política fiscal e de competência normativa passaram a demandar arbitragem judicial de alta intensidade. Uma democracia em que o Supremo se converte no mediador recorrente da política cotidiana não é uma democracia equilibrada. Ela é uma democracia cuja arena política perdeu capacidade autônoma de processar os conflitos.

⁴² BTI (Bertelsmann Stiftung). TRANSFORMATION INDEX. *Brazil Country Report 2026*. Disponível em <https://bti-project.org/en/reports/country-report/BRA>. Acesso em: 2 abr. 2026.

⁴³ HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2026*. Brazil Events of 2025. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2026/country-chapters/brazil>. Acesso em: 2 abr. 2026.



O problema é que essa centralidade do Judiciário não vem acompanhada de confiança social robusta. A revisão da OCDE aponta que, em 2023, a percepção de independência judicial no Brasil ficou em 4,5, abaixo da média da OCDE, e que 61% da população declarava ter pouca ou nenhuma confiança no Judiciário; apenas 22,2% consideravam provável que um tribunal decidisse sem influência política quando a decisão pudesse prejudicar a imagem do governo. Isto produz uma contradição estrutural. O Supremo é chamado a estabilizar o sistema, mas o próprio sistema se estabiliza por meio de uma instituição cuja imparcialidade é vista com suspeita por parcela majoritária da sociedade. Essa é uma fórmula típica de erosão institucional. Transfere-se à jurisdição o encargo de salvar a política ao mesmo tempo em que se desgasta a legitimidade do próprio árbitro.

A isso se soma a persistência de vetores abertamente reacionários no interior da ordem. A punição judicial de envolvidos na trama golpista e nos ataques de 8 de janeiro foi institucionalmente necessária, e relatórios recentes registram condenações numerosas e acordos de não persecução relativos aos participantes daqueles fatos. Ao mesmo tempo, parte da política seguiram promovendo propostas de anistia ampla e iniciativas para ampliar blindagens parlamentares contra persecução judicial. O ponto crítico não é apenas penal. É político-institucional. Uma parcela relevante da elite política brasileira ainda trabalha, em plena vigência constitucional, para reduzir o custo jurídico de ataques à própria Constituição. Isso não configura, sozinho, uma mudança de regime. Mas é evidência eloquente de que a ordem democrática segue sendo disputada por dentro, inclusive por atores com assento e poder no próprio aparelho estatal.

Enfim, no Brasil de 2026, há um regime constitucional em processo de desgaste funcional. A separação de Poderes persiste formalmente, porém opera sob atrito crônico. O Executivo perdeu capacidade de condução sem ter sido substituído por um Legislativo mais transparente e programático. O Congresso ganhou poder sem ganhar, na mesma proporção, responsabilidade pública. E o Judiciário expandiu seu protagonismo a ponto de se tornar peça de contenção sistêmica, mas sem a correspondente base de confiança social. O resultado é uma erosão institucional cumulativa: não a demolição súbita do edifício, mas a infiltração que compromete sua estrutura por dentro. Em 2026, o risco maior para a democracia brasileira talvez não seja apenas o retorno explícito da aventura autoritária, e sim a normalização de uma democracia exausta, administrada por



exceções, capturada por vetos, desconfiada de si mesma e progressivamente incapaz de reconstruir autoridade legítima.

4.3 – A crise ambiental, a COP-30 e os desafios do Brasil em 2026

O dado bruto não pede licença: o planeta segue aquecendo, e já não é mais intelectual ou socialmente sério tratar a crise climática como tema lateral ou acessório. O ano de 2025 ficou entre os três mais quentes já registrados, e o triênio 2023–2025 foi o primeiro, desde o início das medições, a ultrapassar 1,5°C acima do período pré-industrial⁴⁴. As emissões globais de CO₂ de origem fóssil permaneceram em patamar altíssimo, enquanto o orçamento de carbono compatível com 1,5°C está próximo do esgotamento⁴⁵. O resultado é conhecido, embora siga politicamente subestimado: eventos extremos mais frequentes, pressões crescentes sobre ecossistemas, infraestrutura e economia, e distribuição profundamente desigual dos danos, que recaem com mais força sobre os vulneráveis⁴⁶.

Não se trata de uma oscilação passageira da natureza, nem de um capricho retórico de ambientalistas. A tendência de fundo é estrutural e decorre do padrão histórico de produção e consumo consolidado desde a Revolução Industrial. Chame-se Antropoceno, Capitaloceno ou outro nome mais preciso do ponto de vista teórico, o fato simples e incômodo: o modelo civilizatório dominante intensificou desmatamento, uso de combustíveis fósseis, simplificação ecossistêmica e exploração predatória em escala incompatível com os limites planetários⁴⁷. Em 2026, porém, a crise ambiental parece disputar atenção com guerras, conflitos geopolíticos e disputas de poder. É um erro. A Casa Comum não saiu de cena; apenas foi empurrada para o rodapé de uma conjuntura barulhenta.

⁴⁴ COPERNICUS. *Global Climate Highlights 2025*. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2025>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁴⁵ GLOBAL CARBON PROJECT. *Global Carbon Budget*. Disponível em: <https://www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/index.htm>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁴⁶ CNBB. *COP 30: conjuntura, cenários e a contribuição da Igreja Católica*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/Analise-de-Conjuntura-Social-COP-30-conjuntura-cenarios-e-a-contribuicao-da-Igreja-Catolica.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁴⁷ Ver CRUTZEN, P. J. *Geology of mankind*. *Nature*, v. 415, p. 23, 2002; LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. *Defining the Anthropocene*. *Nature*, v. 519, p. 171-180, 2015; STEFFEN, W. et al. *Trajectories of the Earth System in the Anthropocene*. *PNAS*, v. 115, n. 33, p. 8252-8259, 2018; e HARAWAY, Donna. *Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes*. Disponível em <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 18 mar. 2026.



E isso é perigoso, porque o clima continua operando, silenciosamente, como uma força de desestabilização global. Tudo segue conectado⁴⁸.

É nesse contexto que as COPs permanecem como espaço indispensável, embora insuficiente, de construção de políticas públicas internacionais. Desde Estocolmo, em 1972, passando pela Rio-92, até a institucionalização da UNFCCC e das conferências anuais, consolidou-se um foro de negociação global sem equivalente funcional. Não porque ele resolva a crise, mas porque, sem ele, cada Estado fingiria governar sozinho um problema que é, por definição, planetário. A COP30, realizada em Belém, em novembro de 2025, produziu avanços pontuais na agenda de adaptação, na transição justa e na arquitetura de acompanhamento do Acordo de Paris, com 56 decisões aprovadas por consenso⁴⁹. Houve resultados formais relevantes, inclusive em matéria de perdas e danos, adaptação e mobilização para implementação das NDCs.

Mas convém não dourar o quadro. A COP30 não conseguiu inserir, nos documentos finais, linguagem mais robusta para enfrentar as causas centrais da crise, sobretudo o desmatamento e a transição para longe dos combustíveis fósseis⁵⁰. E não foi por distração: foi por conflito de interesses. O impasse sobre financiamento climático expôs o coração político do problema. Países fortemente dependentes de combustíveis fósseis não aceitam compromissos mais duros sem contrapartidas financeiras concretas; países desenvolvidos, por sua vez, seguem especialistas em anunciar ambição moral com calculada timidez orçamentária. No fim, a diplomacia produz consensos mínimos e o clima paga a conta máxima.

O chamado *Roadmap* de Belém a 2035, com meta de mobilizar US\$ 1,3 trilhão por ano para financiamento climático em países em desenvolvimento, tem mérito técnico e relevância política⁵¹. O diagnóstico central está correto: o volume atual de financiamento é insuficiente; há capital global, mas mal alocado; e a agenda climática precisa ser tratada como agenda de desenvolvimento, não

⁴⁸ FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁴⁹ FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Laudate Deum*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

⁵⁰ UNFCCC. *Pacote de Belém* – documentos finais da COP30. Disponível em: <https://unfccc.int/event/cop-30>. Acesso em 18 mar. 2026.

⁵¹ COP30. *Relatório Executivo*. Disponível em: <https://cop30.br/search?Subject=Relat%C3%B3rio%20Executivo%20COP30>. Acesso em: 18 mar. 2026.



como custo decorativo⁵². O problema é outro: o documento é mais sólido como sistematização política do consenso possível do que como plano de execução capaz de alterar a correlação real de forças. Em linguagem menos diplomática, ele acerta no diagnóstico e tropeça na governança.

Isso ocorre por razões objetivas. A proposta depende de coordenação internacional robusta em um mundo fragmentado, de ampliação de contribuições públicas em um cenário de retração fiscal e de mobilização privada em contextos marcados por insegurança regulatória, instabilidade cambial e baixa capacidade institucional. O capital privado, como se sabe, não tem vocação natural para financiar justiça climática, adaptação ou bens públicos globais sem proteção adequada do risco. Além disso, a justiça climática aparece reconhecida, mas ainda pouco operacionalizada: não se define com precisão quem paga, quanto paga, segundo quais critérios vinculantes e com que mecanismos de responsabilização. O risco, portanto, é de que a grande cifra funcione melhor como símbolo diplomático do que como realidade econômica verificável. Não é pouca coisa, mas também não é o bastante⁵³.

Em contraste com os limites do multilateralismo estatal, a posição da Igreja Católica do Sul Global revela densidade ética e política incomum. O “Manifesto das igrejas do sul global por nossa casa comum”, publicado em março de 2026 por articulação entre CELAM, SECAM, FACB, CCEE e FCBCO, foi um dos documentos mais consistentes do período⁵⁴. Sua força está em recusar a redução da crise climática a um problema meramente técnico. O manifesto a insere num quadro mais amplo de injustiça social, desequilíbrio econômico, destruição ambiental e empobrecimento espiritual. Em vez de neutralidade burocrática, assume posição. E faz bem!

Há muito acerto ao articular ciência, ética e política sem ceder nem ao tecnocratismo sem alma, nem ao moralismo vazio. Reconhece-se a centralidade dos combustíveis fósseis no aquecimento global, propõe um Tratado de

⁵² COP30. *Relatório Mapa do Caminho de Baku a Belém*. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop29-and-cop30-presidents-present-baku-to-belem-roadmap-to-mobilize-us-1-3-trillion-in-climate-finance/relatorio-en.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁵³ COP30. *Relatório Mapa do Caminho de Baku a Belém*. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/cop29-and-cop30-presidents-present-baku-to-belem-roadmap-to-mobilize-us-1-3-trillion-in-climate-finance/relatorio-en.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁵⁴ CELAM. *Manifesto das igrejas do sul global por nossa casa comum*. Disponível em: https://repositorio.celam.org/files/original/3288/Iglesia_Sur_Global_manifiesto_PT.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.



Combustíveis Fósseis como complemento ao Acordo de Paris, recupera a noção de dívida ecológica e denuncia as chamadas falsas soluções, isto é, as soluções cosméticas que preservam a lógica extrativista com uma embalagem verde mais elegante⁵⁵. Trata-se, nesse sentido, de uma intervenção madura: não apenas denuncia a crise, mas disputa os termos do enfrentamento. E o faz a partir do Sul Global, isto é, a partir dos que menos causaram o colapso e mais sofrem seus efeitos.

No caso brasileiro, a conjuntura de 2026 é contraditória e, justamente por isso, exige mais lucidez do que propaganda. Há avanços reais, mas não há motivo sério para triunfalismo. Os dados do PRODES indicaram redução do desmatamento na Amazônia para 5.796 km² em 2025, queda de 11,08% em relação a 2024 e menor índice em onze anos; o Cerrado também apresentou redução, para 7.235 km², com queda de 11,49%⁵⁶. Houve ainda diminuição relevante das emissões brutas e líquidas de gases de efeito estufa, em grande parte associada à redução do desmatamento⁵⁷. Isso importa, e negar esse avanço seria péssima análise.

Mas a outra metade do quadro impede qualquer celebração simplista. A perda de cobertura vegetal segue elevada; a grilagem, a mineração clandestina e a expansão agropecuária desordenada continuam pressionando Amazônia, Cerrado e outros biomas; o Pantanal ainda carrega os efeitos acumulados das queimadas severas; e os eventos climáticos extremos já produzem impactos severos sobre segurança hídrica, produção de alimentos, infraestrutura urbana e desigualdade social. Além disso, se os incêndios florestais fossem plenamente computados no inventário oficial, o quadro das emissões seria ainda mais grave⁵⁸. Em síntese, houve melhora relativa, não reversão estrutural.

O principal fator de tensão interna está no descompasso entre a agenda ambiental do Executivo e a ofensiva regressiva do Congresso Nacional. Desde 2023, consolidou-se uma legislatura fortemente marcada por retrocessos socioambientais: flexibilização do licenciamento, estímulos à regularização de

⁵⁵ CELAM. *Manifesto das igrejas do sul global por nossa casa comum*. Disponível em: https://repositorio.celam.org/files/original/3288/Iglesia_Sur_Global_manifesto_PT.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁵⁶ INPE. BIOMAS BR. *Dados do PRODES apontam redução no desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiros*. Disponível em: <https://data.inpe.br/biomasbr/dados-do-prodes-apontam-reducao-no-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado-brasileiros/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁵⁷ SEEG. *Relatório Analítico*. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2026/03/SEEG13-relatorio-analitico-BR.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

⁵⁸ SEEG. *Relatório Analítico*. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2026/03/SEEG13-relatorio-analitico-BR.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.



ocupações ilegais em terras públicas, enfraquecimento da fiscalização, redução de sanções, ataques a direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas e permanência da disputa sobre o marco temporal. O chamado “PL da Devastação” talvez seja a expressão mais didática desse espírito do tempo: menos controle, menos prevenção, menos Estado e, previsivelmente, mais risco⁵⁹.

Aqui reside uma das contradições centrais do Brasil em 2026. O país tenta se reposicionar internacionalmente como liderança climática, e tem ativos reais para isso: vasta tradição jurídico-socioambiental, capacidade científica instalada, matriz energética relativamente mais renovável, protagonismo diplomático e patrimônio natural de escala planetária. Mas esse mesmo país convive com forças internas organizadas para desmontar os instrumentos que sustentam essa pretensão. A distância entre o discurso externo e a disputa doméstica ainda é grande demais. Não basta comparecer bem em Belém ou falar com desenvoltura em fóruns internacionais; é preciso sobreviver ao balcão predatório da política interna.

Por isso, a crise ambiental brasileira não pode ser lida apenas como problema técnico de gestão, nem apenas como conflito entre preservação e desenvolvimento. Ela é, no fundo, uma disputa sobre o tipo de país que se deseja construir, sobre quem suporta os custos da transição e sobre quais interesses continuam tendo licença informal para degradar o patrimônio comum. O desafio não é apenas melhorar políticas públicas, embora isso seja indispensável. É alterar estruturas de poder, incentivos econômicos e estilos de vida. Sem isso, o país seguirá produzindo bons discursos, más exceções e um futuro perigosamente instável.

Ainda assim, não cabe uma esperança ingênua, dessas que confundem fé com anestesia. O que cabe é uma esperança ativa, exigente e politicamente organizada: aquela que reconhece os avanços sem esconder os retrocessos, que denuncia a captura econômica da agenda ambiental e que insiste em vincular justiça social, responsabilidade ecológica e bem comum. Em 2026, o Brasil continua diante de uma escolha histórica. O problema é que o relógio climático não negocia com a lentidão do Congresso, nem com a hipocrisia dos mercados, nem com a retórica vazia das diplomacias.

4.4 – Tendências da economia brasileira em 2026

⁵⁹ INPE. BIOMAS BR. *Dados do PRODES apontam redução no desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiros*. Disponível em: <https://data.inpe.br/biombras/dados-do-prodes-apontam-reducao-no-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado-brasileiros/>. Acesso em: 18 mar. 2026.



Num cenário global marcado por incertezas que afetam tanto a dinâmica da produção e da renda – com tendência de crescimento mais moderado – quanto, em especial, o comércio internacional – pressionado pela política econômica americana –, a economia brasileira não ficará imune aos impactos. É essa conjuntura que se analisa a seguir, tomando como ponto de partida a trajetória percorrida pela economia do país em 2025, para então especular sobre o que se pode esperar em 2026.

4.4.1 – Desempenho do PIB brasileiro em 2025

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2025 teve crescimento de 2,3%, alcançando R\$ 12,7 trilhões em valores correntes, enquanto o PIB per capita atingiu R\$ 59.687,49, com expansão real de 1,9% em relação a 2024. As três grandes atividades econômicas apresentaram crescimento: Agropecuária (11,7%), Serviços (1,8%) e Indústria (1,4%), ainda que com desempenho bastante heterogêneo entre seus segmentos.

Como destacado nas Contas Nacionais do IBGE, quatro atividades, Agropecuária, Indústrias Extrativas, Informação e Comunicação e Outras Atividades de Serviços, responderam por cerca de 72% da expansão do valor adicionado em 2025, indicando que o crescimento foi fortemente sustentado por **setores relativamente menos sensíveis ao ciclo doméstico e às condições de crédito**.

A **agropecuária** foi o principal vetor de expansão em 2025. O setor cresceu 11,7% no ano, impulsionado por recordes de produção em culturas como milho (23,6%) e soja (14,6%), além de resultados positivos na pecuária. O desempenho também refletiu condições climáticas favoráveis. Na **indústria**, o resultado agregado positivo (1,4%) foi sustentado principalmente pelas indústrias extrativas, que cresceram 8,6%, impulsionadas pela maior extração de petróleo e gás. Em contraste, a indústria de transformação recuou 0,2%, evidenciando a fragilidade dos segmentos mais dependentes da demanda doméstica e do crédito.

O **setor de serviços** manteve crescimento moderado (1,8%), com fortes diferenças entre as atividades. As mais dinâmicas foram Informação e Comunicação (6,5%) e Atividades financeiras (2,9%), enquanto setores ligados ao consumo corrente e à circulação de bens, como comércio e transporte,



apresentaram desempenho mais modesto, refletindo os efeitos do aperto monetário sobre a demanda doméstica.

Esse padrão é consistente com a análise da Carta de Conjuntura do Ipea⁶⁰, que identifica a economia brasileira operando em duas velocidades. De um lado, um conjunto de setores menos dependentes da demanda interna, como a agropecuária e as indústrias extrativas, beneficiados por condições favoráveis de oferta e pela demanda externa. De outro, atividades mais sensíveis às condições financeiras internas, como a indústria de transformação, o comércio e a construção, que **sentiram de forma mais intensa os efeitos da política monetária restritiva**.

Pela ótica da despesa, a economia brasileira apresentou desaceleração da demanda interna ao longo de 2025. O consumo das famílias cresceu 1,3%, ritmo muito inferior ao de 2024 (5,1%). Apesar da melhora no mercado de trabalho, da expansão da massa salarial e das políticas de transferência de renda, o aumento do custo do crédito e o maior comprometimento da renda com o serviço da dívida limitaram o crescimento do consumo. O aperto monetário afetou as condições financeiras das famílias, reduzindo sua propensão a consumir.

O consumo do governo, por sua vez, cresceu 2,1%, desempenhando papel estabilizador sobre a demanda agregada. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 2,9% no ano, embora tenha apresentado queda no quarto trimestre, refletindo a sensibilidade do investimento ao ambiente de juros elevados. A **expansão anual do investimento** esteve associada principalmente à importação de bens de capital e ao crescimento dos investimentos em software e ativos intangíveis, enquanto a produção doméstica de bens de capital permaneceu fraca. A **taxa de investimento permaneceu baixa**, em 16,8% do PIB, praticamente estável em relação a 2024 (16,9%).

No **setor externo**, as exportações cresceram 6,2%, superando o aumento das importações (4,5%) e contribuindo positivamente para o resultado do PIB. Esse desempenho refletiu sobretudo o dinamismo das exportações de produtos agrícolas, petróleo, alimentos e minerais metálicos.

A **imposição de tarifas** de até 50% sobre produtos brasileiros pelos Estados Unidos representou um risco significativo para as exportações do Brasil,

⁶⁰ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desempenho do PIB: quarto trimestre de 2025. Carta de Conjuntura, n. 70, Nota de Conjuntura n. 12, mar. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/03/260311_cc_70_nota_12_pib.pdf. Acesso em: 4 abr. 2026.



especialmente considerando que o mercado norte-americano é o segundo principal destino das vendas externas do país e relevante para produtos de maior valor agregado, como aeronaves, máquinas e autopeças. Setores como café, carne e suco de laranja seriam fortemente afetados, com perda de competitividade e dificuldades de redirecionamento das exportações. Embora alguns segmentos não fossem diretamente atingidos, o impacto geral seria expressivo, com redução das receitas externas e pressão sobre cadeias produtivas importantes. Diante desse cenário, o governo brasileiro, com apoio do empresariado, reagiu por meio de negociações com os Estados Unidos e da busca por novos mercados.

Entretanto, já em 2026, a decisão da Suprema Corte dos EUA de barrar o tarifaço estabeleceu condições relativamente mais favoráveis ao Brasil, uma vez que as novas tarifas passaram a ser uniformes para todos os países. Apesar da queda de 6,7% nas exportações para os Estados Unidos em 2025, o Brasil conseguiu redirecionar vendas e alcançar um recorde histórico de exportações totais.

A **redução das tarifas trouxe alívio**, mas o **ambiente permanece marcado por incertezas**, devido ao caráter temporário das medidas, aos riscos geopolíticos e à continuidade das disputas comerciais — agravadas pela guerra em curso —, o que reforça a necessidade de diversificação de mercados e de estratégias diplomáticas ativas.

4.4.2 – O mercado de trabalho em 2025

O mercado de trabalho brasileiro apresentou **desempenho relativamente favorável** em 2025, com **elevação dos rendimentos do trabalho e expansão da massa salarial**. Os dados da PNAD Contínua/IBGE indicam que o rendimento médio real do trabalho atingiu R\$ 3.623 no quarto trimestre de 2025, renovando o maior valor da série histórica iniciada em 2012. Na comparação com o mesmo período de 2024, o rendimento médio cresceu 5% e, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2026, alcançou R\$ 3.652, o que representa aumento interanual de 5,4%. O rendimento médio tem apresentado crescimento interanual acima de 3% nos últimos treze trimestres consecutivos.

A melhora dos rendimentos também se refletiu na elevação da **massa salarial**. No quarto trimestre de 2025, a massa de rendimentos habituais atingiu cerca de R\$ 368,5 bilhões por mês, valor 6,4% superior ao observado no mesmo período de 2024. No trimestre móvel terminado em janeiro de 2026, a massa salarial



média chegou a R\$ 370,3 bilhões, indicando aumento real de 7,3% na comparação interanual. Esse crescimento resulta da combinação entre aumento do emprego e recuperação da renda média dos trabalhadores.

4.4.2.1 – Diferenças por tipo de vínculo

Um aspecto importante da dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro é a **diferença no comportamento da renda entre trabalhadores formais e informais**. No quarto trimestre de 2025, os maiores aumentos de renda foram observados entre trabalhadores por conta própria (9,1%) e empregados sem carteira assinada (7%), enquanto os empregados privados com carteira tiveram crescimento mais modesto, de 2,6%. Já os trabalhadores do setor público apresentaram elevação de 3,8% na renda média.

Esse padrão indica uma mudança estrutural em relação ao período anterior a 2018. Na década passada, os trabalhadores formais apresentavam ganhos salariais superiores aos informais. Entretanto, desde então, a renda dos trabalhadores informais passou a crescer mais rapidamente, reduzindo parcialmente a distância em relação aos trabalhadores com carteira assinada. Em 2025, os rendimentos médios dos trabalhadores sem carteira já correspondiam a mais de 70% da renda dos trabalhadores formais, enquanto os rendimentos dos trabalhadores por conta própria atingiam cerca de 95% desse valor.

Entre os **trabalhadores autônomos**, o crescimento recente da renda média tem sido parcialmente impulsionado pela expansão dos microempreendedores individuais (MEIs), que representam a forma predominante de formalização do trabalho por conta própria no Brasil. Contudo, esse movimento mascara uma forte heterogeneidade interna. Os trabalhadores por conta própria com CNPJ apresentam rendimento médio de R\$ 5.172, enquanto aqueles sem CNPJ recebem, em média, R\$ 2.257, valor inferior, inclusive, ao rendimento médio dos trabalhadores do setor privado sem carteira assinada. Além disso, os ocupados por conta própria sem CNPJ representam 72,3% dos 26,2 milhões de trabalhadores nessa condição, evidenciando que a maior parte do trabalho autônomo permanece inserida em formas de informalidade de baixa produtividade.

Esse padrão revela a **persistência de uma estrutura dual no trabalho por conta própria**: de um lado, um segmento mais formalizado e de maior renda, associado à figura do microempreendedor individual; de outro, um amplo contingente de trabalhadores informais, com baixa proteção social e rendimentos



reduzidos. Assim, embora a expansão do MEI contribua para elevar a renda média do grupo, ela convive com a predominância de formas precárias de inserção ocupacional, que continuam a caracterizar uma parcela significativa do mercado de trabalho brasileiro.

4.4.2.2 – Diferenças regionais e demográficas

A evolução da renda também apresentou variações importantes **entre regiões e grupos demográficos**, segundo a PNAD Contínua/IBGE.

No quarto trimestre de 2025, os maiores aumentos interanuais da renda ocorreram na **região** Norte (7,1%), seguida pelo Sul (6,6%) e pelo Centro-Oeste (6,4%). O Nordeste registrou crescimento de 5,8%, enquanto o Sudeste apresentou aumento mais moderado, de 3,9%.

Em termos **demográficos**, os maiores ganhos de renda ocorreram entre os jovens adultos (25 a 39 anos), com aumento de 6,6% na comparação interanual. Trabalhadores mais jovens (14 a 24 anos) e aqueles entre 40 e 59 anos registraram crescimento mais moderado, enquanto os trabalhadores com 60 anos ou mais apresentaram recuperação da renda após quedas observadas nos trimestres anteriores.

No **recorte educacional**, os maiores aumentos de renda foram registrados entre trabalhadores com ensino médio incompleto (7,4%) e ensino fundamental completo (7,1%), enquanto aqueles com ensino superior apresentaram crescimento mais modesto, de 2,1%. Esse resultado sugere que a recuperação recente da renda foi relativamente mais intensa entre trabalhadores de menor escolaridade. Esse movimento tende a ocorrer em períodos em que o mercado de trabalho está relativamente aquecido.

4.4.2.3 – Desempenho por setores de atividade

A evolução da renda também variou significativamente **entre setores econômicos**, segundo a PNAD Contínua/IBGE. No quarto trimestre de 2025, os maiores aumentos de renda foram observados na agricultura (8,7%), nos serviços pessoais e coletivos (8,8%) e na administração pública (6,4%). Em contraste, setores como comércio (1,1%) e indústria de transformação (2,2%) registraram crescimento mais limitado da renda média.



Essas diferenças refletem, em parte, as mudanças na dinâmica econômica observadas no período recente, em que setores ligados aos serviços e às atividades primárias apresentaram maior dinamismo, enquanto alguns segmentos industriais e comerciais mostraram crescimento mais moderado. Os resultados são consistentes com a expansão do PIB.

4.4.3 – Inflação em 2025 e perspectivas para 2026

A inflação brasileira mostrou **trajetória de desaceleração** ao longo de 2025. O IPCA passou de patamares superiores a 5% em meados do ano para 4,46% em novembro, encerrando 2025 em torno de 4,26%, portanto abaixo do teto da meta. O dado mais importante desse movimento foi a **forte queda da inflação de alimentos**, justamente o componente com maior peso social e distributivo para as famílias trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a **inflação de serviços permaneceu relativamente elevada**, refletindo a inércia inflacionária e o mercado de trabalho aquecido, enquanto os preços administrados oscilaram em função de energia e combustíveis.

Esse resultado refletiu a combinação de apreciação cambial, queda dos preços das commodities em reais e moderação dos preços ao produtor, especialmente no segmento agropecuário. O aspecto mais favorável de 2025 foi, sem dúvida, a inflação de alimentos. O grupo alimentação e bebidas subiu apenas 2,95% no ano, bem menos do que os 7,69% registrados no ano anterior. Mais importante ainda, a alimentação no domicílio, que corresponde ao núcleo da cesta de consumo das famílias, teve alta de apenas 1,43%, com meses seguidos de queda entre junho e novembro. Esse comportamento foi decisivo para aliviar o custo de vida e ampliar o poder de compra real dos salários.

O resultado teve enorme relevância econômica e social. Se renda e emprego são dois pilares das condições de vida, o terceiro é o custo da alimentação. Em 2025, a **combinação entre crescimento do salário real e inflação alimentar baixa elevou o poder de compra das famílias**, sobretudo das camadas de menor renda, para as quais os alimentos ocupam parcela maior do orçamento. Em outras palavras, a desaceleração dos alimentos funcionou como um ganho real adicional de renda.

No início de 2026, a inflação continuou relativamente comportada, embora com recomposição em alguns grupos. Em janeiro, o IPCA foi de 0,33%, puxado sobretudo por combustíveis, enquanto a alimentação variou 0,23%. Em fevereiro, o



índice acelerou para 0,70%, mas esse aumento foi concentrado em Educação, por conta dos reajustes sazonais das mensalidades escolares, e em Transportes, especialmente passagem aérea. Ainda assim, o grupo alimentação e bebidas teve alta pequena, de 0,26%, mostrando que a pressão inflacionária no início de 2026 não veio prioritariamente da comida. Pelo contrário: vários itens importantes seguiram em queda, como frutas, óleo de soja, arroz e café moído, o que confirma a herança benigna deixada por 2025 no componente alimentar.

Isso não significa, porém, que o cenário de 2026 esteja livre de riscos. O principal fator novo é a guerra promovida por Israel e Estados Unidos contra o Irã. **A alta da inflação é o principal risco**, em caso de prolongamento do conflito. O canal de transmissão mais importante seria a elevação dos preços internacionais do petróleo, com possível impacto sobre combustíveis e custos de transporte e, por consequência, de toda a cadeia global de custos.

A guerra também pode afetar a inflação brasileira devido ao seu **efeito sobre a taxa de câmbio**. Em ambientes de maior aversão ao risco, capitais tendem a migrar para ativos considerados seguros, fortalecendo o dólar. Se isso ocorrer, mesmo com algum amortecimento interno, o real pode perder valor e encarecer produtos importados e insumos dolarizados. Em um cenário de guerra prolongada, o aumento da incerteza afetará as próprias decisões de política monetária, com a manutenção da Selic em patamar elevado ao longo de 2026.

4.4.4 – Perspectivas para 2026

As **perspectivas para 2026 são ambivalentes**. De um lado, o Brasil entra no ano com uma **base relativamente favorável**: a inflação de alimentos desacelerou fortemente em 2025, os preços de vários itens da cesta básica recuaram e a inflação perdeu intensidade.

De outro, **o choque geopolítico** no Oriente Médio **introduz um risco claro de reverter parte desse alívio**, sobretudo via combustíveis e custos logísticos. O que já está ocorrendo. Se a guerra permanecer limitada e o petróleo não subir de forma persistente, o impacto inflacionário pode ser moderado. Mas, se houver agravamento militar e interrupções relevantes no abastecimento global, a inflação de 2026 poderá sofrer pressão adicional, com a possibilidade de estender a política monetária contracionista.

Assim, 2025 foi o ano da grande desaceleração da inflação de alimentos, com efeitos positivos imediatos sobre o custo de vida e o salário real. Já **2026**



começa sob o risco de um choque externo de energia, cuja intensidade dependerá da duração e da profundidade da guerra com o Irã. O principal ponto de atenção, portanto, não está mais nos alimentos, mas na possibilidade de que **petróleo, câmbio e custos internacionais** voltem a contaminar a inflação doméstica.

4.4.4.1 – Boletim Focus / Banco Central e projeções para a realidade da economia brasileira em 2026

Os resultados observados em 2025 ajudam a interpretar criticamente as projeções do Boletim Focus para 2026. O Boletim Focus de 13 de março de 2026 indica que o mercado financeiro projeta para o Brasil um **cenário de crescimento moderado, inflação ainda acima da meta e juros elevados por um período prolongado**. Entretanto, quando essas expectativas são comparadas com os dados recentes da economia brasileira, observa-se uma **diferença relevante entre as projeções do mercado e a dinâmica efetivamente observada na economia real**.

4.4.4.1.1 – Crescimento econômico modesto: mercado financeiro mais pessimista

O Focus projeta **crescimento de 1,83% do PIB em 2026**, após crescimento de 2,3% em 2025. Trata-se de um cenário relativamente modesto de expansão da atividade econômica. No entanto, os dados recentes indicam que a **economia brasileira tem mostrado maior resiliência do que o mercado costuma antecipar**. De fato, nos últimos anos, as expectativas do mercado financeiro têm subestimado de forma recorrente o desempenho da atividade econômica no país.

Um dos principais **pontos de divergência** entre o cenário projetado pelo mercado e a realidade recente da economia brasileira está no **mercado de trabalho**. A **taxa de desocupação** atingiu 5,4% no trimestre encerrado em janeiro de 2026, o **menor nível da série histórica iniciada em 2012**. Ao mesmo tempo, o número de pessoas ocupadas alcançou 102,7 milhões, também recorde.

Além disso, o **rendimento médio real do trabalho** atingiu R\$ 3.652, o **maior valor da série**, enquanto a massa salarial real segue crescendo, ampliando o poder de compra das famílias. Esse desempenho sugere que a economia brasileira tem operado com mercado de trabalho muito mais dinâmico do que o usual em ciclos de crescimento moderado, o que contribui para sustentar o consumo e reduzir o impacto contracionista da política monetária.



4.4.4.1.2 – Inflação: desaceleração maior que a esperada

Outro ponto de contraste entre expectativas e realidade está na inflação. O Focus projeta inflação de 4,10% para 2026, acima da meta de 3%. Entretanto, os dados recentes mostram que a inflação **apresentou desaceleração significativa ao longo de 2025**, fechando o ano em torno de 4,26%.

O fator mais relevante nesse processo foi a **forte desaceleração da inflação de alimentos**, que subiu apenas 2,95% em 2025, contra 7,69% no ano anterior. No caso dos alimentos consumidos no domicílio, base da cesta alimentar das famílias, a alta foi ainda menor, 1,43%.

A combinação entre crescimento da renda do trabalho e inflação alimentar baixa **produziu melhora relevante nas condições de consumo das famílias**.

4.4.4.1.3 – Juros elevados e o dilema da política monetária

Mesmo com a desaceleração da inflação, o Focus indica **expectativa de Selic em torno de 12,25% em 2026**, sugerindo **manutenção de política monetária restritiva**. Essa situação revela um dos principais aspectos da economia brasileira atual, a convivência entre crescimento moderado, mercado de trabalho aquecido e política monetária bastante restritiva.

Em muitos países, juros nesse patamar tenderiam a provocar desaceleração mais forte da atividade econômica. No Brasil, porém, a combinação entre mercado de trabalho robusto, expansão da massa salarial e inflação de alimentos moderada tem funcionado como contrapeso aos efeitos contracionistas da política monetária. Contudo, o **endividamento das famílias tem aumentado**.

Há um processo de endividamento e aumento da inadimplência das famílias. A expansão do crédito elevou o endividamento, o comprometimento da renda e a inadimplência de pessoas físicas. **O endividamento crescente tem relação direta com o consumo das famílias**: como apontam os dados do Banco Central, o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas já atinge aproximadamente 30% da renda nacional disponível bruta, reduzindo a capacidade de consumo, especialmente entre as famílias de menor renda. O consumo das famílias, que representa a maior parcela do PIB, tende a perder força à medida que os recursos disponíveis são desviados para o serviço das dívidas, gerando um risco de freio à economia. Além disso, o endividamento concentrado



em modalidades caras, como cartão de crédito rotativo e cheque especial, e o aumento da inadimplência reduzem a propensão a consumir, criando um ciclo que pode antecipar períodos de desaceleração econômica.

4.4.4.2 – Um cenário econômico ambivalente para 2026

A comparação entre as estimativas do Boletim Focus e os dados recentes da economia brasileira revela, portanto, **um cenário ambivalente**. De um lado, o mercado financeiro projeta crescimento moderado, inflação ainda acima da meta e juros elevados. Elas é que ganham destaque nas análises dos meios de comunicação de massa. De outro, os indicadores da economia real mostram desemprego em níveis historicamente baixos, salários reais em crescimento e inflação de alimentos reduzida.

No entanto, essa resiliência do mercado interno, ancorada no baixo desemprego e no poder de compra das famílias, será testada em 2026 por um vetor de incerteza que o Boletim Focus, por sua própria natureza, não pode capturar plenamente: **a duração e a profundidade da guerra no Oriente Médio**. Conforme aqui analisado, o conflito deixou de ser uma campanha relâmpago para se converter em uma guerra de desgaste, com potencial real de escalada para a infraestrutura energética da região. O fechamento prolongado do Estreito de Ormuz ou a destruição física de instalações petrolíferas não são mais cenários meramente especulativos, mas sim possibilidades concretas que podem desencadear um choque duradouro nos preços de energia e na logística global. Para o Brasil, isso significa que a "herança benigna" da inflação de alimentos em 2025 pode ser progressivamente corroída por pressões externas, vindas dos custos de combustíveis, fertilizantes e fretes, reintroduzindo pressões inflacionárias.

Desse modo, **o cenário ambivalente se complexifica**. A solidez do mercado de trabalho e a desaceleração da inflação de alimentos fornecem à economia brasileira uma blindagem importante, mas não a tornam imune ao contágio sistêmico de uma guerra de grandes proporções. Se o conflito no Oriente Médio se arrastar e seus efeitos geoeconômicos se materializarem na forma de estagflação global – combinando inflação persistente com crescimento mundial mais fraco –, **a capacidade de resistência do Brasil será submetida a um estresse muito superior ao das projeções atuais do mercado financeiro**. O que os números locais mostram é um ponto de partida favorável; o que a geopolítica impõe é a dura realidade



de que, em um mundo integrado, a estabilidade doméstica pode ser rompida a partir de um teatro de guerra a milhares de quilômetros de distância.

4.4.5 – O fator político-eleitoral: a economia como um campo de batalha importante

A resiliência da economia brasileira e os riscos representados pelo cenário externo não serão avaliados apenas por analistas ou pelo mercado financeiro. Eles serão filtrados pelo eleitorado em um ano eleitoral que se anuncia como um dos mais disputados e imprevisíveis desde a redemocratização. A eleição de 2026 tende a ser decidida não somente pelos núcleos duros e polarizados, mas por uma franja reduzida de eleitores, entre 4% e 10% do total, que decide o voto de forma pragmática, a partir de fatores concretos do cotidiano: custo de vida, emprego e renda. Esse eleitor, pouco permeável à polarização das redes sociais, reage à experiência prática da vida. É exatamente aí que a economia se torna o campo de batalha central da disputa política.

Para o governo, a equação é simultaneamente favorável e delicada. Favorável porque os dados de 2025 e início de 2026 mostram desemprego em queda, renda em alta e inflação de alimentos controlada, elementos que, em tese, tendem a favorecer o incumbente nas urnas. Delicada, porque essa percepção positiva pode ser rapidamente corroída se os choques externos se materializarem. Um agravamento da guerra no Oriente Médio, com impacto nos preços de combustíveis e alimentos, ou uma nova onda de instabilidade cambial podem deteriorar o poder de compra das famílias justamente nos meses decisivos da campanha. Numa disputa de margens mínimas, em que a rejeição ao adversário muitas vezes pesa mais que a adesão entusiástica ao candidato, **pequenas variações na economia real podem produzir grandes deslocamentos eleitorais**. Assim, mais do que em eleições anteriores, o resultado de 2026 será escrito não apenas nos comícios ou nas redes, mas sobretudo nos preços dos supermercados, nas filas do gás e na confiança do trabalhador em manter seu emprego.

A **estabilidade econômica**, nesse contexto, deixa de ser apenas uma meta de governo para se tornar uma variável de sobrevivência política para os que estão no poder.

4.5 – Um ano de eleições gerais



O cenário político caminha para uma consolidação da polarização afetiva onde a disputa central não se resume apenas a programas de governo, que nesta etapa do ano, ainda são desconhecidos.

4.5.1 – A disputa Lulismo versus Bolsonarismo

A tendência para o pleito é a reedição do embate entre o Lulismo, personificado na figura do presidente Lula e seu projeto de inclusão social, e a extrema direita, que nesta quadra pretende ter o senador Flávio Bolsonaro como um dos principais articuladores ou protagonistas da herança política do pai. Essa dinâmica transforma a eleição em um plebiscito sobre modelos de mundo opostos, mobilizando bases fiéis e altamente engajadas que dificultam a entrada de novos discursos.

4.5.2 – O estreitamento da Terceira Via

Com o eleitorado capturado pelos polos, o espaço para a Terceira Via torna-se cada vez mais exíguo. Candidaturas que tentam se posicionar como "equilibradas" ou "técnicas" enfrentam o desafio da invisibilidade. Sem uma narrativa que consiga romper a barreira da rejeição mútua entre os líderes dos polos, esses nomes tendem a ser absorvidos pelas alianças ou acabam isolados em porcentagens de um dígito, servindo mais como coadjuvantes do que como alternativas viáveis de poder.

4.5.3 – Economia versus intenção de voto

Um fenômeno curioso que se desenha é a desconexão entre indicadores macroeconômicos e o sucesso eleitoral. Embora avanços na economia (como controle da inflação ou queda do desemprego) sejam vitais para qualquer governo, eles não se traduzem em votos de forma automática, especialmente para o incumbente. Em um ambiente polarizado, o eleitor tende a interpretar os dados econômicos sob o filtro da sua preferência política: se a economia vai bem, o apoiador credita ao líder; se vai mal, o opositor utiliza como arma; se os números são bons, mas não atingem o "sentimento" de compra imediato, o impacto nas urnas é neutralizado pela pauta de costumes ou pela identidade partidária.



4.5.4 – As eleições e a disputa no senado federal

A estratégia da direita e da extrema-direita de conquistar a maioria no Senado em 2026 é um movimento planejado e em curso, que visa obter o controle de temas exclusivos dessa Casa Legislativa. A escolha do Senado como alvo prioritário não é aleatória. A Casa possui competências privativas que a tornam uma peça-chave no tabuleiro político, especialmente para um grupo que busca confrontar o Judiciário.

A Constituição confere ao Senado a competência exclusiva para processar e julgar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes de responsabilidade. O plano é usar a maioria para pressionar a abertura desses processos. Além do impeachment de ministros, o Senado também tem o poder de aprovar e vetar autoridades. Nomeações para o Banco Central, procurador-geral da República, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e embaixadores dependem do crivo do Senado. Ademais, o presidente da República, ministros de Estado e comandantes das Forças Armadas também podem ser julgados pelo Senado em crimes de responsabilidade⁶¹.

A eleição para o Senado é majoritária. Com duas vagas em disputa por Estado, os dois candidatos mais votados são eleitos, sem a necessidade de obter mais de 50% dos votos ou se preocupar com quocientes eleitorais complexos, como na Câmara dos Deputados. Isso permite que se conquiste cadeiras com uma fatia de 25% a 30% dos votos em um estado, especialmente se o campo adversário estiver dividido. Com um mandato de oito anos, os senadores eleitos em 2026 terão poder político por um longo período, podendo inclusive concorrer a outros cargos em 2030 sem renunciar a suas vagas.

A ofensiva pela maioria no Senado envolve um esforço coordenado que vai além da simples indicação de candidatos. Está se construindo ativamente uma narrativa que justifica a necessidade de “dominar” o Senado por um setor da política brasileira. O eixo central desse discurso é a ideia de que o Senado é “omisso” diante de um STF “invasivo”⁶². Essa mensagem é disseminada de forma

⁶¹ BRASIL. Senado Federal. Quais são as competências atuais do Senado Federal? 12 dez. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/perguntas-frequentes/canais-de-atendimento/o-senado-federal/quais-sao-as-competencias-atuais-do-senado-federal>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁶² PROJETO BRIEF. 2026 começa no Senado: como a direita.... 2026. Disponível em: <https://projetobrief.substack.com/p/2026-comeca-no-senado-como-a-direita>. Acesso em: 4 abr. 2026.



coordenada nas redes sociais, que são apresentados como "canais de validação fora da mediação tradicional" da imprensa.

À medida que 2026 avança, o cenário no Senado já apresenta movimentações significativas. Atualmente, o PL já é o maior partido no Senado, com 15 senadores, após receber filiações de parlamentares de outras legendas⁶³. Isso demonstra a força de atração do bolsonarismo e a fluidez partidária que pode beneficiar o projeto de poder do grupo. Apesar do crescimento do PL, nenhum partido tem maioria sozinho. O grande bloco do "Centrão", formado por MDB, União Brasil, Podemos e PSDB, reúne 25 senadores e atua como fiel da balança, negociando apoio tanto com o governo quanto com a oposição⁶⁴. A conquista da maioria dependerá crucialmente de cooptar ou neutralizar esse bloco.

A disputa pelo Senado também se entrelaça com outras pautas. Ações de segurança pública, como as operações policiais de grande repercussão no Rio de Janeiro, são vistas como estratégias eleitorais para angariar votos para candidaturas ao Senado, ao associar a imagem de determinados políticos à "ordem" e ao enfrentamento da violência.

O sucesso ou fracasso do plano de domínio do Senado dependerá não apenas do desempenho eleitoral dos candidatos, mas também da capacidade das demais forças políticas de formar alianças eficazes e construir uma contranarrativa que resista à crescente deslegitimação das instituições. A eleição de 2026, portanto, definirá o futuro equilíbrio entre os Poderes no Brasil também no plano do Poder Legislativo.

4.6 – Religião, poder político e disputa eleitoral no século XXI

Nas últimas décadas, a presença da religião nas disputas políticas e eleitorais tem se intensificado em diversas regiões do mundo. Igrejas, líderes religiosos e discursos teológicos enviesados passaram a desempenhar papel relevante na mobilização eleitoral, sobretudo em contextos de radicalização política, púlpitos

⁶³ BRASIL. Senado Federal. *PL ultrapassa PSD e se torna o maior partido do Senado*. 29 jan. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/01/29/pl-ultrapassa-psd-e-se-torna-o-maior-partido-do-senado>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. *PL ultrapassa PSD e se torna o maior partido do Senado*. 29 jan. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/01/29/pl-ultrapassa-psd-e-se-torna-o-maior-partido-do-senado>. Acesso em: 4 abr. 2026.



eletrônicos, via mídias digitais, e a ascensão de lideranças populistas conservadoras e reacionárias.

Esse fenômeno não representa simplesmente um “retorno” da religião” à política. Religião, política e poder sempre estiveram historicamente interligados. Entretanto, o que se observa no século XXI é uma nova forma de instrumentalização da fé como recurso estratégico na disputa político-eleitoral, especialmente em democracias marcadas por crises institucionais e disputas culturais intensas.

Lideranças políticas contemporâneas têm transformado o pertencimento religioso em um capital político relevante, mobilizando símbolos e narrativas religiosas para construir legitimidade eleitoral. Como afirma o pesquisador Vinícius do Valle, o discurso religioso permite criar “uma identificação emocional profunda entre líder político e comunidade de fé”, fortalecendo a fidelização política de eleitores religiosos⁶⁵. Essa dinâmica tem sido amplamente analisada por pesquisadores da relação entre religião, política e poder, que destacam o papel de algumas igrejas na formação de identidades políticas e na mobilização de bases eleitorais.

Um dos elementos ideológicos que ajudam a explicar a crescente presença da religião na política contemporânea é a chamada **Teologia do Domínio**. Essa perspectiva teológica, difundida inicialmente em setores do evangelicalismo norte-americano, defende que cristãos devem ocupar posições estratégicas nas principais instituições da sociedade – política, economia, educação, mídia e cultura – com o objetivo de construir uma ordem social baseada em princípios cristãos⁶⁶. Embora nem todos os grupos evangélicos compartilhem dessa visão,

⁶⁵ VALLE, Vinícius do. Em nome de Deus: lideranças transformam pertencimento religioso em capital político. Instituto Humanitas Unisinos, 2023.

⁶⁶ Uma das formulações mais conhecidas dessa visão é o chamado Seven Mountains Mandate, frequentemente traduzido como “**Mandato das Sete Montanhas**”. De acordo com essa perspectiva, a sociedade seria estruturada em **sete grandes esferas de influência**, chamadas metaforicamente de “montanhas”. Para transformar a sociedade e estabelecer uma ordem cristã, os fiéis deveriam conquistar posições de liderança em cada uma dessas áreas: religião, família, educação, mídia, artes e entretenimento, economia e negócios, governo e política. Nos Estados Unidos, ideias associadas ao Mandato das Sete Montanhas dialogam com o fenômeno conhecido como **nacionalismo cristão**, que sustenta que o país teria uma identidade essencialmente cristã e que suas instituições deveriam refletir valores religiosos tradicionais. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Deus, pátria e poder: o nacionalismo cristão busca conquistar os Estados Unidos*. Artigo de Antonela Marty. 6 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/649117-deus-patria-e-poder-o-nacionalismo-cristao-busca-conquistar-os-estados-unidos-artigo-de-antonela-marty>. Acesso em: 4 abr. 2026.)



pesquisadores apontam que essa perspectiva influenciou movimentos religiosos engajados nas chamadas guerras culturais, especialmente em debates sobre moralidade pública, sexualidade e educação.

Esse processo também envolve a construção de narrativas que apresentam a política como uma batalha espiritual entre o bem e o mal, na qual determinados líderes são vistos como instrumentos divinos destinados a restaurar a ordem moral da sociedade⁶⁷.

Nos Estados Unidos, a relação entre religião e política tem se manifestado de forma particularmente intensa nas últimas décadas, especialmente com a ascensão do chamado nacionalismo cristão.⁶⁸ Esse movimento defende que os Estados Unidos foram fundados como uma nação cristã e que suas instituições deveriam refletir valores religiosos tradicionais. Durante os governos de Donald Trump, lideranças evangélicas conservadoras e setores do catolicismo desempenharam papel central na legitimação política do governo, participando de eventos oficiais e mobilizando suas comunidades religiosas em favor do presidente.

Nesse contexto, destaca-se o chamado Projeto 2025, elaborado pela Heritage Foundation, um influente *think tank* conservador norte-americano⁶⁹. O documento propõe uma ampla reorganização da estrutura do governo federal, incluindo mudanças administrativas e políticas alinhadas a agendas conservadoras em temas morais e culturais. O projeto está profundamente articulado com redes religiosas conservadoras e representa um esforço estruturado de ampliar a influência do conservadorismo cristão nas instituições do Estado⁷⁰.

⁶⁷ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Thiel leva suas palestras sobre o Anticristo à porta do Vaticano, e as instituições católicas recuam*. 16 mar. 2026. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/663482-thiel-leva-suas-palestras-sobre-o-anticristo-a-porta-do-vaticano-e-as-instituicoes-catolicas-recuam>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁶⁸ ROWAN, Rory; STURM, Tristan. *A visão apocalíptica de Peter Thiel é uma fantasia perigosa*. Jacobin Brasil, 8 dez. 2025. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2025/12/a-visao-apocaliptica-de-peter-thiel-e-uma-fantasia-perigosa/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁶⁹ Segundo o jornal The Guardian, a Heritage Foundation possui laços significativos com grupos católicos conservadores, especialmente no contexto atual e na formulação de políticas como o "Projeto 2025". (LEINGANG, Rachel; KIRCHGAESSNER, Stephanie. *Kevin Roberts, architect of Project 2025, has close ties to radical Catholic group Opus Dei*. The Guardian, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/jul/26/kevin-roberts-project-2025-opus-dei>. Acesso em: 4 abr. 2026.)

⁷⁰ CASEY, Maura. *Project 2025: The blueprint for Christian nationalist regime change*. Kettering Foundation, 19 ago. 2024. Disponível em: <https://kettering.org/project-2025-the-blueprint-for-christian-nationalist-regime-change/>. Acesso em: 4 abr. 2026.



Outro exemplo relevante da instrumentalização política da religião é a relação entre o governo russo e a Igreja Ortodoxa Russa. Desde o início dos anos 2000, o presidente Vladimir Putin estabeleceu uma aliança estratégica com a igreja ortodoxa, que passou a desempenhar papel importante na legitimação ideológica do regime⁷¹. Assim, a religião tem sido utilizada para reforçar uma narrativa civilizacional segundo a qual a Rússia seria a defensora dos valores cristãos tradicionais diante da decadência moral do Ocidente liberal. Essa narrativa combina elementos religiosos, nacionalismo e conservadorismo cultural, fortalecendo a legitimidade política do governo⁷².

No Oriente Médio, o discurso religioso também desempenha papel relevante na legitimação de projetos políticos e territoriais. No caso de Israel, setores do sionismo religioso interpretam a existência do Estado israelense como cumprimento das promessas bíblicas da terra prometida, narrativa que reforça identidades nacionais e legitima determinadas políticas territoriais⁷³. Esse discurso encontra ressonância tanto em grupos religiosos judaicos ultranacionalistas quanto em setores do evangelicalismo internacional, especialmente nos Estados Unidos, que interpretam o fortalecimento do Estado de Israel como parte de um plano escatológico⁷⁴.

Por outro lado, o fundamentalismo islâmico associado a correntes xiitas – especialmente no contexto político-religioso do Irã desde a Revolução Islâmica de 1979 – costuma justificar a guerra por meio de uma narrativa teológica que combina a defesa da comunidade islâmica, a resistência à opressão e a fidelidade

⁷¹ SKŁADANOWSKI, Marcin; SZABACIUK, Andrzej; ŁUKASIK-TURECKA, Agnieszka. *Church of war: propaganda and disinformation in Patriarch Kirill's discourse on Russia's aggression*. *Cogent Arts & Humanities*, v. 12, n. 1, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311983.2025.2515329>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷² THE CHRISTIAN CENTURY. *The church under Putin: nationalism and Russian Orthodoxy*. 9 dez. 2015. Disponível em: <https://www.christiancentury.org/article/2015-11/church-under-putin>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷³ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). "O sionismo funciona como o cavalo de Jerusalém em favor do plano colonial de Netanyahu". *Entrevista especial com Adriano de Freixo e Sergio Schargel*. 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/655141-o-sionismo-funciona-como-o-cavalo-de-jerusalem-em-favor-do-plano-colonial-de-netanyahu-entrevista-especial-com-adriano-de-freixo-e-sergio-schargel>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷⁴ Fonte: FREIXO, Adriano; SCHARGEL, Sergio. *Entrevista sobre sionismo e imaginário religioso*. Instituto Humanitas Unisinos.



aos princípios do Islã⁷⁵. Inspirado em conceitos como o *Jihad* (guerra santa) e na memória central do martírio do imã Hussein ibn Ali na Batalha de Karbala, esse pensamento atribui profundo valor religioso ao sacrifício pessoal⁷⁶. Na narrativa contemporânea, especialmente diante das tensões envolvendo Estados Unidos e Israel contra o Irã, líderes iranianos e setores ideológicos ligados ao regime enquadram o conflito como uma continuidade histórica da luta contra a injustiça e a dominação externa, frequentemente evocando Karbala como símbolo de resistência moral contra forças superiores⁷⁷. Nesse contexto, o martírio é exaltado não apenas como honra individual, mas como elemento mobilizador coletivo, reforçando a ideia de que morrer pela fé, pela soberania nacional e pela resistência ao “inimigo” garante recompensa espiritual e legitimidade religiosa à guerra⁷⁸.

Na Europa, líderes populistas de direita também têm mobilizado referências religiosas para legitimar projetos políticos nacionalistas. O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, por exemplo, frequentemente apresenta suas políticas migratórias como parte de uma estratégia de defesa da “civilização cristã europeia”⁷⁹. Na Polônia, o ex-presidente Andrzej Duda contou com forte apoio de setores conservadores cristãos em debates sobre questões morais⁸⁰. Nesses casos, a religião funciona como elemento simbólico de identidade nacional e como instrumento de mobilização política em oposição a valores associados ao liberalismo cultural e ao multiculturalismo.

⁷⁵ ALAVI, Syed Ali. *Weaponising sectarian emotions: Iran's mobilisation strategy during the Syrian conflict*. *Journal of the Middle East and Africa*, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20581831.2025.2559490>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷⁶ FAITOUR, M. *The shifting dynamics of Sunnī–Shīʿī leadership in the Gaza crisis*. *Religions*, v. 16, n. 11, 2025. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/16/11/1394>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷⁷ WINTOUR, Patrick. *Iran vows to fight on in first message issued in name of Mojtaba Khamenei*. *The Guardian*, 12 mar. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/mar/12/iran-yows-to-fight-on-in-first-message-issued-in-name-of-mojtaba-khamenei>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷⁸ ISLAMIC PERSPECTIVE JOURNAL. *Islamic Perspective Journal*, n. 16, 2016. Disponível em: <https://iranianstudies.org/wp-content/uploads/2016/12/Islamic-Perspective-Journal-16.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁷⁹ BAYER, Lili; BARIGAZZI, Jacopo. *Orbán: migrants threaten Christian Europe's identity*. *Politico*, 3 set. 2015. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/orban-migrants-threaten-christian-europe-identity-refugees-asylum-crisis/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁸⁰ SHERWOOD, Harriet. *Why Poland's new government is challenged by abortion*. *Religion News Service*, 24 maio 2024. Disponível em: <https://religionnews.com/2024/05/24/why-polands-new-government-is-challenged-by-abortion/>. Acesso em: 4 abr. 2026.



Na América Latina, o crescimento acelerado das igrejas pentecostais e neopentecostais produziu mudanças profundas na relação entre religião e política. No Brasil, como já apresentado em várias análises de conjuntura, o ex-presidente Jair Bolsonaro construiu uma forte aliança com lideranças evangélicas, que o apresentaram como defensor da família e dos valores cristãos⁸¹. Ele também encontrou apoio a sua plataforma política em setores do catolicismo. Políticos conservadores frequentemente utilizam discursos religiosos como estratégia para mobilizar eleitores e legitimar projetos políticos autoritários⁸².

Além disso, temas morais como a chamada “ideologia de gênero” tornaram-se centrais na mobilização eleitoral de segmentos religiosos. Amy Erica Smith, cientista política, observa que esses temas funcionam como marcadores identitários poderosos, capazes de mobilizar comunidades religiosas em disputas políticas⁸³. Dinâmicas semelhantes podem ser observadas em outros países latino-americanos, como Paraguai e Peru, onde lideranças populistas conservadoras recorrem à religião para construir narrativas de defesa da moral cristã contra aquilo que apresentam como degradação social.

Um dos fatores que explicam a eficácia da mobilização religiosa na política contemporânea é sua capacidade de mobilizar emoções profundas. Narrativas religiosas trabalham com elementos simbólicos poderosos – pecado, salvação, punição divina, redenção e missão providencial. Quando incorporados ao discurso político, esses elementos transformam disputas eleitorais em batalhas morais ou espirituais⁸⁴.

A dimensão emocional da religião permite que líderes políticos construam vínculos intensos com seus seguidores, fortalecendo processos de fidelização política e polarização ideológica⁸⁵. As redes sociais amplificam esse fenômeno ao

⁸¹ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Em nome de Deus, lideranças transformam pertencimento religioso em capital político*. Entrevista especial com Vinícius do Valle. 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/657748-em-nome-de-deus-liderancas-transformam-pertencimento-religioso-em-capital-politico-entrevista-especial-com-vinicius-do-valle>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁸² INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). *Nunca se viu no Brasil um governo tão abençoado pelas igrejas*. 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/602999-nunca-se-viu-no-brasil-um-governo-tao-abençoado-pelas-igrejas>. Acesso em: 4 abr. 2026.

⁸³ SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

⁸⁴ Fonte: WHITEHEAD, Andrew; PERRY, Samuel. *Taking America Back for God*. Oxford University Press, 2020. Ou: GORSKI, Philip; PERRY, Samuel. *The Flag and the Cross*. Oxford University Press, 2022.

⁸⁵ VALLE, Vinícius do. *Em nome de Deus: lideranças transformam pertencimento religioso em capital político*. Instituto Humanitas Unisinos, 2023.



permitir a circulação rápida de discursos religiosos, mensagens morais e narrativas conspiratórias que reforçam identidades políticas e religiosas⁸⁶. Assim, num contexto de acirradas disputas políticas, é fundamental a compreensão da crescente presença da religião nas disputas eleitorais, que constitui um fenômeno global que atravessa diferentes tradições religiosas e contextos políticos.

Em ano eleitoral, a religião torna-se um poderoso recurso político porque mobiliza dimensões profundas da experiência humana – crença, medo, esperança e pertencimento. Ao ativar esses afetos, líderes políticos (candidatos aos vários cargos eletivos do Executivo e também do Legislativo) conseguem construir vínculos emocionais duradouros com seus seguidores, reforçando identidades políticas e fidelizando bases eleitorais. O grande desafio para as democracias contemporâneas consiste em preservar a liberdade religiosa e a presença legítima da fé na esfera pública sem permitir que ela seja instrumentalizada como ferramenta de radicalização política ou de erosão do pluralismo democrático.

4.7 – O caso Master e o patrimonialismo político-financeiro brasileiro

O caso Master é outro elemento que impactará nas eleições de 2026, em todos os níveis. Ele não deve ser lido apenas como episódio de má governança bancária ou como acidente isolado do mercado financeiro. Ele revela, com nitidez desconfortável, uma das continuidades mais persistentes da formação brasileira: a dificuldade de separar, de modo efetivo, o interesse público, a racionalidade institucional e as estratégias privadas de poder. Em março de 2025, o BRB (Banco de Brasília) anunciou a aquisição de 58% do Banco Master. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE em junho, mas acabou rejeitada pelo Banco Central em setembro de 2025. Pouco depois, em novembro, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master e de outras instituições ligadas ao conglomerado, apontando grave deterioração econômico-financeira e infrações às normas do sistema financeiro. A sequência dos fatos é eloquente: o que se apresentou como expansão empresarial e movimento estratégico de

⁸⁶ ENDERS, Adam M. et al. *The relationship between social media use and beliefs in conspiracy theories and misinformation*. *Political Behavior*, v. 45, n. 2, p. 781–804, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-021-09734-6>. Acesso em: 4 abr. 2026. Ver também: GLOCALISM: *Journal of Culture, Politics and Innovation*. [Artigo disponível em: riviste.unimi.it]. 2025. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/glocalism/article/view/20947>. Acesso em: 4 abr. 2026.



mercado terminou sob o signo da intervenção estatal, da crise de liquidez e do colapso regulatório.

O ponto politicamente mais revelador, porém, não está apenas na derrocada final, mas no tipo de arranjo que o caso tornou visível. O patrimonialismo brasileiro não consiste somente em corrupção aberta ou apropriação grosseira do Estado. Ele se expressa, com frequência, em formas mais sofisticadas de promiscuidade entre aparato público, redes privadas de influência e mecanismos de proteção institucional. Quando um banco estatal regional aparece como possível absorvedor de parte relevante de um conglomerado privado cercado de dúvidas, o problema já não é meramente técnico ou bancário: passa a ser político. O caso sugere a permanência de uma velha lógica nacional, segundo a qual relações, acessos, conexões e zonas cinzentas de poder pesam tanto quanto — ou mais do que — critérios transparentes de prudência, risco e *accountability*. Não por acaso, a Justiça chegou a bloquear ações do BRB ligadas ao caso, e a investigação passou a girar também em torno da aquisição, pelo BRB, de mais de R\$ 12 bilhões em carteiras com indícios de fraude e prejuízo bilionário estimado.

Há, nesse episódio, uma lição mais ampla sobre a política brasileira contemporânea. Em países de institucionalidade robusta, crises financeiras tendem a ser tratadas como matéria de supervisão, mercado e responsabilização. No Brasil, elas frequentemente transbordam para o terreno das alianças, dos padrinhos, das blindagens e das disputas por controle do dano. O que emerge é uma economia política da proteção seletiva: privatizam-se os ganhos na fase de expansão, mas busca-se socializar ou deslocar os riscos quando a estrutura entra em colapso. Esse padrão é profundamente patrimonialista porque dissolve a fronteira entre o que deveria ser gestão impessoal do interesse público e o que, na prática, se converte em operação de salvamento, acomodação ou contenção de perdas de grupos bem posicionados. O caso Master, assim, não expõe apenas fragilidades de um banco; ele ilumina um estilo de poder em que a proximidade com centros decisórios pode funcionar, ao menos por algum tempo, como ativo tão valioso quanto capital, lastro ou solvência.

No horizonte eleitoral de 2026, o caso Master tende a operar como mais do que um escândalo financeiro. Ele vai se convertendo em narrativa política sobre captura do Estado, promiscuidade entre elites econômicas e fragilidade dos mecanismos de controle. Isso é ainda mais sensível porque o episódio permanece sob investigação da Polícia Federal, com prazo prorrogado pelo STF, os atos relacionados à operação estão judicializados e seguem produzindo efeitos sobre



a credibilidade e a liquidez das instituições, incluindo o próprio poder judiciário. Em termos eleitorais, o caso oferece munição para discursos distintos, mas convergentes em desgaste institucional. Serve como prova de aparelhamento, conivência e socialização de prejuízos privados e reforça a percepção de que parte das elites continua tratando o Estado e os bancos públicos como extensão negociável de seus interesses. Numa eleição já marcada por desconfiança, fadiga institucional e disputa moralizada, o caso Master pode se tornar símbolo eloquente de um país em que a crise não nasce apenas da escassez de recursos, mas da deterioração republicana da fronteira entre o público e o privado.

Por isso, o caso Master pode ser interpretado como sintoma de uma doença institucional mais profunda. Ele mostra que o patrimonialismo brasileiro não desapareceu com a modernização financeira, com a sofisticação regulatória nem com o vocabulário contemporâneo do controle e do *compliance*. Apenas mudou de forma. Sai de cena o compadrio rudimentar, entra a engenharia complexa. Recua a linguagem explícita do favor, avança a retórica da governança. Mas a estrutura de fundo, demasiadas vezes, permanece a mesma: a captura do público por interesses privados articulados politicamente. A tarefa republicana, portanto, não é apenas punir eventuais ilícitos ou apurar responsabilidades específicas, o que evidentemente se impõe. É romper a cultura de indulgência seletiva que faz com que parte das elites brasileiras continue operando como se o Estado, os bancos públicos e as instituições de controle fossem extensões negociáveis de estratégias privadas de poder. Sem enfrentar esse padrão, o país seguirá alternando escândalo e esquecimento, crise e recomposição, sem tocar o núcleo histórico do problema.

Resta ainda saber os desdobramentos e as consequências do caso Master que não se passa somente na dimensão econômica. Ele é bem simbólico de tempos de financeirização da riqueza, como os que vive o Brasil, mas que tem desdobramentos políticos, cuja extensão ainda não está perfeitamente clara. Um elemento chave de análise tende a ser a delação premiada do principal orquestrador deste caso, que ainda está em curso.

5 – A INSPIRAÇÃO DO PAPA LEÃO XIV: UM CHAMADO DE PAZ E ESPERANÇA

A primeira palavra do Papa Leão XIV, em 8 de maio de 2025, em seguida ao anúncio *Habemus Papam*, na sacada central (Loggia das Bênçãos) da Basílica de São Pedro, voltada para a Praça de São Pedro, em sua primeira bênção *Urbi et*



Orbi trouxe com força a Paz como momento fundante de seu pontificado: “Onde quer que estejam, a todos os povos, a toda a terra, a paz esteja convosco”⁸⁷.

O discurso de apresentação, inscrito na benção, já trouxe aspectos de continuidade e de conexão com a proposta do antecessor Papa Francisco.

5.1 – Inserção num contexto histórico e continuidade com o Papa Francisco

A paz, assim apresentada, sob o signo de uma formação agostiniana e de uma mensagem inaugural, não se limita a uma mera repetição de dogmas, mas propõe uma reorientação profunda da presença da Igreja no século XXI. É atribuir ao seu pontificado a missão de construir um mundo de paz, para além da busca mística pela *Cidade de Deus*, o que significa enfrentar o desafio de transformar a escatologia em ética histórica. No centro dessa visão está a superação do que o Papa Francisco diagnosticou como a *Terceira Guerra Mundial em pedaços*⁸⁸, fenômeno que hoje atinge seu ápice na perigosa triangulação de forças entre Irã, Israel e Estados Unidos. Onde o realismo político enxerga apenas o equilíbrio de

⁸⁷ BRASIL POPULAR. Papa Leão XIV: na comunhão com Deus, todas as divisões humanas se dissolvem. 14 maio 2025. Disponível em: <https://brasilpopular.com/papa-leao-xiv-na-comunhao-com-deus-todas-as-divisoes-humanas-se-dissolvem-2/>. Acesso em: 14 mar. 2026. O texto diz: “Àqueles que esperam que suas posições enquanto bispo sejam similares nesse novo momento, entendam que a um bispo cabe pouco em opinar e muito em servir. Como Papa, o servir se modifica e transborda a missão sacerdotal. O peso do anel papal é lastro para novos posicionamentos, novas responsabilidades e, principalmente, um novo apelo à fé. O verbo “esperançar” significa dar ou inspirar esperança. O Papa Francisco frequentemente usava este verbo para enfatizar a importância da esperança na vida dos cristãos e na construção de um futuro melhor. Como síntese do discurso de Leão XIV permanece o verbo “esperançar”, esperançar com fé ativa, de modo fraterno e amoroso. Seu lema episcopal é “In Illo uno unum”. São as palavras de um sermão por Santo Agostinho na “Exposição sobre o Salmo 127”, para explicar que “embora nós cristãos sejamos muitos, no único Cristo somos um”. Uma referência ao Bispo de Hipona também no brasão, com a imagem de um livro fechado sobre o qual repousa um coração transpassado por uma flecha. “In Illo uno unum” expressa a ideia de que, ao nos unirmos a Deus – o “Uno”, a fonte de toda a unidade –, também nos tornamos um entre nós. Essa é uma ideia central na teologia da comunhão do africano Agostinho. “In Illo uno unum” resume o ideal de comunhão profunda com Deus, em que todas as divisões humanas se dissolvem, e os fiéis se tornam uma só coisa no Único, que é Deus. É um lema de forte ressonância mística, eclesiológica, missionária e escatológica, perfeitamente adequado à espiritualidade agostiniana, uma chave para interpretar um possível projeto. Tal como Agostinho diz no Comentário à Primeira Carta de João: “Ama, e faz o que quiseres... Se amas, és uno com Deus.”

⁸⁸ Como dito pelo Papa Francisco: “Estas situações de violência vão-se multiplicando cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir os contornos daquela que se poderia chamar uma ‘terceira guerra mundial por pedaços’.” (Francisco. *Fratelli tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. 3 out. 2020, n. 25).



poder ou a inevitabilidade do extermínio, a teopolítica⁸⁹ de Leão XIV busca restaurar a primazia da justiça sobre a força bruta, compreendendo que a paz não é a ausência de conflito, mas a *tranquillitas ordinis* – a tranquilidade da ordem – traduzida para as complexidades da era tecnológica e nuclear.

A lição de Santo Agostinho, tradicionalmente lida como uma separação entre a cidade dos homens e a cidade divina, exige-nos um novo olhar interpretativo, fiel ao sentido disposto, já a princípio, pelo santo bispo de Hipona. Para Leão XIV, na esteira de Santo Agostinho, a busca pela *Cidade de Deus* exige, obrigatoriamente, a pacificação da *Cidade Terrena*. Isso porque a construção da *Cidade de Deus* é meta para a realidade presente, como consumação da presença de Cristo no mundo, pela ação do Espírito em nós, a comunidade dos seus discípulos. Não há como amar a Deus, a quem não se vê, se não se constrói a

⁸⁹ Seguimos usando o termo teopolítica nesta Análise como em Análises anteriores, com cuidado, conforme a tese de CAE (Curso de Altos Estudos), etapa do concurso de admissão à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr): *Miserando atque elegendo. A política externa do Papa Francisco: contexto, alcance e perspectivas*, de Marissol Romarís (2020). Em sua tese é possível inferir que a Santa Sé ao se colocar em face da política mundial, por ser Igreja, exerce uma política diplomática baseada em um Soft Power, é dizer um exercício de poder pensado a partir de outra chave que não a de poder bélico ou mesmo a teopolítica utilizada pelos países teocráticos. Ainda assim é Política de um "Estado", mesmo que baseada em outros valores. Parece uma diferença mínima, mas que no mundo teológico incide conceitualmente, em variações - teodemocracia, teopolítica, teo..., sugerindo mais uma instrumentalização do sufixo em nome de Deus do que "pensar o sufixo a partir dos valores e baseado no projeto de Deus". A análise de Marissol Romarís sobre a política externa da Santa Sé sob o Papa Francisco revela uma estrutura complexa que transcende a simples gestão religiosa, adentrando a "política programática". A partir de sua análise é preciso cuidar para que o emprego do termo "teopolítica" leve em conta a distinção entre a instrumentalização do sagrado, comum às teocracias, e a projeção de valores teológicos na esfera global. Em Romarís, a atuação vaticana, sobretudo no pontificado de Francisco, é forjada no binômio ad intra e ad extra, indicando que a identidade da Igreja não se confunde com o aparato estatal da Santa Sé, embora ambos se retroalimentem. Diferente de uma teocracia que utiliza o nome de Deus para validar um projeto de poder autoritário, a autora argumenta que a diplomacia de Francisco é uma extensão de sua visão teológica voltada à "dignidade humana". Aqui, o sufixo "teo" não representaria uma captura política da fé, mas a fundamentação ética de temas como o direito ecológico (*Laudato Si'*) e as migrações. Romarís enfatiza que a influência papal é um exercício de soft power, focado no fortalecimento do sistema multilateral e no diálogo inter-religioso. Portanto, seguir empregando o termo "teopolítica" é aceitável apenas se entendida como a aplicação da Doutrina Social da Igreja à política internacional, e não como a imposição de um "projeto de Deus" via coerção estatal. A resistência mencionada pela autora ao pontificado de Francisco reforça que sua agenda incomoda justamente por não se alinhar a interesses de poder tradicionais, mas a uma ética teológica que coloca o ser humano e a "casa comum" no centro da arena internacional, preservando a autonomia do político frente ao instrumentalismo religioso. Agradecemos à teóloga Alzirinha Rocha de Souza, Doutora em Teologia pela Université Catholique de Louvain, professora e pesquisadora do ITESP – Instituto São Paulo de Ensino Superior e da Faculdade Paulo VI, SP – por ter chamado a atenção para essa distinção sensível e fundante.



paz com o irmão a quem se vê e com quem se partilha o destino geopolítico. Nesse sentido, o abandono da diplomacia no conflito entre as potências do Oriente Médio e a hegemonia ocidental é visto não apenas como um erro estratégico, mas como um pecado contra a inteligência e contra a humanidade. A teopolítica agostiniana denuncia a *libido dominandi* – o desejo de domínio que cega os líderes das nações – e propõe, em seu lugar, uma diplomacia da caridade que reconhece a alteridade como fundamento do Direito Internacional e a possibilidade da *Beata Vita* – a vida boa – como condição fundamental para o exercício da plena vocação humana: a liberdade para amar e para decidir pelo bem.

Diante do cenário de guerra entre Irã, Israel e EUA, a mensagem de Leão XIV atua como um contraponto à lógica das "guerras preventivas" e das "retaliações proporcionais", que na prática apenas alimentam a espiral de violência. O desafio é monumental. Como falar de paz quando os canais de diálogo estão obstruídos por ideologias fechadas e interesses da indústria armamentista e de motivações neocoloniais? A resposta reside na construção de uma "pedagogia da paz" que desmonte o conceito de inimigo absoluto. Na perspectiva agostiniana, o mal é a privação do bem; logo, a guerra é a privação da justiça. Construir a paz, portanto, é preencher o vácuo de justiça deixado por décadas de ocupações, sanções unilaterais e negação do direito de existência do outro. A teopolítica de Leão XIV reivindica que o Direito Internacional não seja um instrumento de conveniência dos mais fortes, mas o escudo dos mais vulneráveis, garantindo que a soberania das nações esteja subordinada ao bem comum universal.

Além disso, esta visão pontifícia enfrenta a crise das instituições multilaterais. O esvaziamento das Nações Unidas e a paralisia dos tribunais internacionais são vistos como sintomas de uma civilização que perdeu a sua bússola ética. No lugar, as grandes potências bélicas mundiais, especialmente os Estados Unidos, tentam introduzir novos mecanismos reguladores, em que a diversidade de perspectivas é obstaculizada pela lei do mais forte, pela centralização do poder de decisão, pelo domínio armado. A teopolítica do Papa Leão XIV sugere que a paz exige estruturas institucionais que não sejam meros palcos de veto, mas espaços de verdadeira escuta e reconciliação. Ao propor um *mundo de paz*, Leão XIV não fala de uma utopia ingênua, mas de um projeto político que envolve o desarmamento das mãos e das mentes. Ele compreende que a *Terceira Guerra Mundial em pedaços* é o resultado de uma economia que mata e de uma política que exclui. Portanto, a sua teopolítica é inerentemente social. A paz no Oriente Médio está



intrinsecamente ligada à justiça na distribuição de recursos, ao fim da exploração e ao respeito às identidades religiosas e culturais, sem que estas se tornem armas de exclusão.

Finalmente, a originalidade de Leão XIV reside em sua capacidade de articular a profundidade do pensamento clássico com as urgências da barbárie contemporânea. Ele nos lembra que a paz é uma construção artesanal, feita dia após dia através da insistência no diálogo, mesmo quando o silêncio parece ser a única resposta dos governantes. Ao elevar a construção da paz ao nível de uma missão teológica central, o Papa redefine o papel do sagrado no espaço público. A religião não serve para abençoar exércitos, mas para desarmá-los; não serve para justificar hegemonias, mas para denunciar a idolatria do poder. Em última análise, a teopolítica agostiniana de Leão XIV é um chamado à responsabilidade histórica. A humanidade não pode ser refém de potências que ignoram a diplomacia, pois a paz é o único solo onde a *Cidade de Deus* pode lançar suas sementes na história dos homens.

5.2 – O discurso aos embaixadores: diagnóstico da crise global⁹⁰

A teopolítica agostiniana do Papa Leão XIV, tal como delineada em suas manifestações inaugurais e, de forma contundente, em sua mensagem ao corpo diplomático no início de 2026, representa uma das mais sofisticadas tentativas de reabilitação da ética no coração da governança global. Ao transpor o pensamento de Santo Agostinho para o epicentro das tensões em curso hoje no mundo, o pontífice não apenas oferece uma crítica ao pragmatismo bélico, mas propõe uma refundação do conceito de diplomacia. Para Leão XIV, o abandono dos canais diplomáticos em favor da força bruta não é apenas uma falha de estratégia, mas a manifestação histórica da *libido dominandi* – o desejo desmedido de poder que Agostinho identificava como a força motriz da *Cidade Terrena* quando esta se aliena da justiça.

Ao dirigir-se aos embaixadores de todo o mundo, o Papa deixou claro que a construção de um mundo de paz exige o enfrentamento do que ele denomina

⁹⁰ Neste item e nos seguintes, fixamos enunciados que demarcam o campo da Análise e que em sua designação são aqui retomados ainda que com outras e atualizadas contextualizações ajustadas ao que interpela a conjuntura. Para conferir e confrontar, releia-se <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/Analise-de-Conjuntura-Social-A-CONJUNTURA-INTERNACIONAL.pdf>.



"diplomacia da força". Nesta visão, a paz não pode ser confundida com a simples ausência de conflito ou com uma trégua armada entre potências nucleares. Recuperando a definição agostiniana de paz como a *tranquillitas ordinis*, Leão XIV sugere que a "ordem" que sustenta a paz só é legítima se for justa. Portanto, a exortação pontifícia para o cenário atual – marcado por sanções, ameaças de aniquilação e o esvaziamento das instâncias multilaterais – é a de que a segurança de uma nação não pode ser construída sobre o túmulo da segurança da outra. A teopolítica de Leão XIV intervém aqui para denunciar a idolatria da soberania nacional quando esta se torna um pretexto para o isolacionismo ou para a agressão.

As possibilidades de ação e mediação que emanam deste pontificado são, portanto, de natureza profundamente ética e mobilizadora. Leão XIV não se apresenta como um árbitro técnico em busca de ajustes territoriais ou concessões comerciais, mas como um pedagogo da consciência política global. Sua proposta de uma "paz desarmada e desarmante" atua como um imperativo para que as potências em tensão redescubram a linguagem da alteridade. Em termos práticos, isso significa que a Igreja, sob sua liderança, assume o papel de guardião da memória das vítimas da *Terceira Guerra Mundial em pedaços*, forçando os tomadores de decisão a confrontar o custo humano de suas retóricas. A mediação do Papa busca, assim, desarmar não apenas os arsenais, mas a própria linguagem diplomática, que hoje se encontra saturada de ameaças e desprovida de esperança.

Neste cenário de deriva do Direito Internacional, a teopolítica de Leão XIV atua como um fermento de resistência moral. Ele mobiliza a ideia de que a *Cidade de Deus* deve servir de espelho crítico para a *Cidade dos Homens*, apontando que o realismo político, sem uma base ética, leva inevitavelmente à autodestruição. A exortação papal de 2026 é um chamado para que a diplomacia deixe de ser um teatro de vetos e se torne uma "artesanaria da paz", capaz de reconstruir pontes entre o Ocidente, o Leste, o Oriente Médio e a Ásia. Ao final, o papel ético de Leão XIV é o de recordar ao mundo que a política só alcança sua dignidade quando se coloca a serviço da vida, transformando a busca pela paz em um direito humano universal e inalienável, capaz de silenciar os tambores da guerra através do retorno à razão e ao diálogo.



5.3 – A teopolítica agostiniana de Leão: em busca da Cidade de Deus

A teopolítica do Papa Leão XIV, profundamente enraizada na antropologia agostiniana, eleva a centralidade da palavra e do diálogo de meras ferramentas processuais a categorias ontológicas da existência política. Para este Pontífice, a crise que assistimos entre Irã, Israel e Estados Unidos não é apenas um impasse de interesses, mas uma "crise do Logos". Ao retomar Agostinho, Leão XIV compreende que o ser humano é, essencialmente, um ser de linguagem, e que a paz – a *tranquillitas ordinis* – depende da integridade da palavra empenhada no espaço público.

Em suas exortações, especialmente na mensagem ao corpo diplomático de janeiro de 2026, a palavra é apresentada como o antídoto para a "morte da diplomacia". Leão XIV identifica que, quando o diálogo é abandonado, a palavra deixa de ser um "lugar de encontro" para se tornar uma "extensão da arma". Na tradição agostiniana, a palavra autêntica é aquela que busca a verdade (*veritas*) e a justiça (*iustitia*). Quando os líderes globais utilizam a linguagem apenas para a desinformação ou para a ameaça, eles estão, na visão do Papa, corrompendo a própria essência da *societas*. Por isso, sua exortação central é pelo "desarmamento da linguagem". O Papa situa a paz como um exercício de escuta ativa, onde o diálogo não serve para convencer o outro de sua nulidade, mas para descobrir o que há de comum na fragilidade humana.

5.4 – A centralidade da palavra e do diálogo

A localização dessa centralidade do diálogo nas manifestações do Papa Leão XIV pode ser identificada em três eixos referenciais fundamentais.

Primeiramente, há a referência à *Pedagogia da Alteridade*. No seu discurso de 2026, o Papa evoca indiretamente a obra *De Magistro* de Santo Agostinho, sugerindo que o verdadeiro mestre da paz é aquele que permite que a verdade interior do outro se manifeste. No contexto da tríade Irã-Israel-EUA, Leão XIV situa o diálogo como um imperativo ético que impede a desumanização do adversário. Ao insistir na palavra, o Papa localiza a diplomacia como uma "forma de caridade política", onde o diálogo é o único meio capaz de romper a lógica do "inimigo absoluto".

Em segundo lugar, destaca-se a Palavra como Compromisso Jurídico e Moral. Referenciando a clássica máxima *pacta sunt servanda* (os acordos devem



ser cumpridos), Leão XIV critica a volatilidade dos tratados internacionais contemporâneos. Para ele, o diálogo não pode ser um simulacro para ganhar tempo militar, mas deve ser a expressão da *fides* (fé/confiança) pública. Em suas exortações, ele situa a palavra dada como o alicerce do Direito Internacional. Sem a centralidade da palavra honesta, as instituições multilaterais tornam-se cascas vazias de poder.

Por fim, a centralidade do diálogo localiza-se na *Mística da Paz Social*. Leão XIV argumenta que o diálogo é o caminho para a *Cidade de Deus* na medida em que ele é o único instrumento que permite a convivência dos diferentes sem a fusão ou a aniquilação. Em suas mensagens, ele refere-se frequentemente à paz como uma “obra artesanal” (*opus iustitiae pax*), construída palavra por palavra. Ao enfrentar o desafio da guerra em pedaços, o Papa exorta as consciências políticas a retornarem à mesa de negociação não como um sinal de fraqueza, mas como a expressão máxima da força racional e espiritual do homem.

Dessa forma, na teopolítica de Leão XIV, a palavra e o diálogo não são acessórios da política; eles são a própria substância da paz. Sua exortação é para que a diplomacia recupere sua vocação legítima. A de ser o espaço onde o conflito é mediado pelo verbo, e não pelo fogo, garantindo que a *Cidade dos Homens* não se transforme em um deserto de silêncio e cinzas⁹¹.

6 – CONCLUSÕES E SINAIS DE ESPERANÇA

Na Análise de fevereiro deste ano – *A CONJUNTURA INTERNACIONAL EM 2026: a única constante é a mudança*⁹² – inserimos uma nota de testemunho sobre o campo simbólico dos conflitos em curso no Oriente Médio, a partir de um registro extraído de obra do Embaixador Alessandro Candéas, que foi embaixador do Brasil na Cisjordânia, quando eclodiu a investida israelense sobre a Faixa de Gaza⁹³.

⁹¹ Em sua homilia de Quarta-feira de Cinzas em 18 de fevereiro de 2026, o Papa Leão XIV descreveu o cenário internacional atual como um “mundo em chamas”, afirmando que o direito internacional e a justiça entre os povos se reduziram a “cinzas” devido às guerras e destruição. VATICAN NEWS. Papa: nas cinzas está o peso de um mundo em chamas. A Quaresma estimula a conversão. 18 fev. 2026. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2026-02/papa-leao-xiv-homilia-quarta-feira-cinzas.html>. Acesso em: 14 mar. 2026.

⁹² A conjuntura internacional em 2026. Análise de Conjuntura Social, fev. 2026. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/Analise-de-Conjuntura-Social-A-CONJUNTURA-INTERNACIONAL.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

⁹³ CANDEAS, Alessandro. Peregrinação e Guerra: anotações de um diplomata na Terra Santa. Avaré/São Paulo: Editora Contracorrente, 2025. Para além do que naquele texto da Análise foi



A reflexão trazida pelo embaixador Alessandro Candeas em sua obra de 2025 atinge o nervo exposto da teopolítica contemporânea. A tensão entre a religiosidade que justifica a exclusão e a espiritualidade que promove a humanização. Sob a ótica do Papa Leão XIV e sua filiação agostiniana, preservar a religião e a espiritualidade em um cenário onde “razões divinas” são invocadas por pastores, rabinos e aiatolás para sustentar o conflito exige uma conversão do olhar – da transcendência abstrata para a imanência do sofrimento humano.

Para o Papa Leão XIV, a resposta a essa questão reside na compreensão de que a espiritualidade autêntica não é um refúgio do mundo, mas a sua forma mais profunda de compromisso. Quando o embaixador Candeas afirma que sua experiência em Jerusalém foi, antes de tudo, “humanizante”, ele ecoa a premissa de Santo Agostinho de que o caminho para o divino passa pela aceitação da nossa própria humanidade e da humanidade do outro. No contexto de guerra, preservar a espiritualidade significa despojá-la do caráter instrumental que serve ao nacionalismo e ao colonialismo e devolvê-la à sua função original, voltada para o reconhecimento da vulnerabilidade comum.

Há também no posicionamento do Papa Leão XIV, uma convergência entre humanismo e espiritualidade. Entretanto, imune à grande armadilha das teocracias ou das políticas fortemente influenciadas por fundamentalismos religiosos (sejam eles em Israel, nos EUA ou no Irã), nas quais se percebe o que se pode chamar de “idolatria da identidade”. Nela, a religião deixa de ser um diálogo com o Mistério para se tornar uma fronteira militarizada. Leão XIV, em suas exortações, propõe uma ruptura com essa lógica. Para ele, a espiritualidade agostiniana é um

abordado, no tocante aos aspectos geopolíticos objeto da obra, para a Análise atual, o que vale trazer à reflexão é o que o conflito Israel/EUA/Irã acicata, vale dizer, o elemento religioso que embala a guerra de narrativas. E, nesse aspecto, voltar ao livro do embaixador, para pôr em relevo uma singularidade. Notável, por tudo isso, nos apontamentos circunstanciados do Embaixador Candeas, é a singularidade que imprime às suas anotações, abrindo na obra um capítulo sui generis, que lhe remarca: Reflexões sobre Humanidade e Espiritualidade. Conforme esclarece o Autor, “ninguém vive em Jerusalém ‘impunemente’, sem refletir sobre História, espiritualidade e os dramas da humanidade. Não sou exceção. Esta seção contém apontamentos (também desconexos) sobre estudos e reflexões sobre a Terra Santa, Jerusalém e a tragédia da condição humana que aqui se manifesta de forma tão intensa. Viver aqui é uma experiência transformadora. Como disse na apresentação, eu acreditava que iria me transformar em alguém mais espiritual, mas o que tive foi uma experiência humanizante. Não será o humanismo a verdadeira espiritualidade?”. A abordagem é tanto política e histórica quanto pessoal e reflexiva, misturando relato de vivência profissional com análise das tensões e desafios da Terra Santa. O Autor procura oferecer um olhar humanitário, crítico tanto sobre a violência e violações de direitos humanos quanto sobre as limitações e impasses da diplomacia internacional nesse conflito prolongado.



“humanismo integral” que vê no rosto do próximo a única imagem de Deus permitida no espaço público. Preservar a religião nesse contexto significa, paradoxalmente, “humanizá-la”, retirando-a dos gabinetes de guerra e devolvendo-a ao solo das necessidades humanas fundamentais.

A singularidade apontada por Candeas – de que viver em Jerusalém transforma o diplomata em alguém mais humano antes de ser mais espiritual – é a chave da teopolítica de Leão XIV para a mediação global. O Papa argumenta que o “humanismo é a verdadeira espiritualidade” porque o divino não compete com o humano, mas o fundamenta. Se a religião de um rabino, de um pastor ou de um aiatolá não é capaz de gerar compaixão pela tragédia da condição humana do “outro”, ela deixou de ser espiritualidade para se tornar ideologia de poder. A exortação de Leão XIV é para que os líderes religiosos redescubram que a sacralidade da terra (seja ela Jerusalém ou qualquer outra) é secundária à sacralidade da vida que nela habita. A espiritualidade, aqui, localiza-se na capacidade de sentir a “tragédia da condição humana” e transformá-la em ação política pacificadora. Leão XIV, ao citar a paz como o “desejo de todos os corações”, sugere que o diálogo inter-religioso deve ser consubstanciado por um “diálogo das humanidades”.

Dessa forma, a preservação da espiritualidade no contexto da *Terceira Guerra Mundial em pedaços* não se faz com mais ritos ou mais dogmas, mas com mais humanidade. Como o embaixador Candeas anota em sua “peregrinação”, a experiência transformadora não é a ascensão aos céus, mas o mergulho nos dramas da terra. A teopolítica de Leão XIV assume esse humanismo como sua bússola. A religião que resta no campo de batalha é aquela que é capaz de chorar com os que choram e de buscar a justiça para todos, sem distinção de credo. É nesse encontro entre a finitude humana e a busca pela paz que a *Cidade de Deus* se torna, finalmente, visível na *Cidade dos Homens*.

Aplicar a ética do Papa Leão XIV na vida comunitária significa praticar o que ele chama de *hospitalidade do Logos*. Num cotidiano polarizado política e religiosamente, a rispidez e o atrito transformam a conversa em um campo de batalha onde “escutamos para responder” e não “escutamos para compreender”. Na prática, isso significa renunciar ao “direito de ter a última palavra” ou à necessidade de converter o outro à nossa visão política imediatamente. O esperar da paz desarmada leva a restaurar a *política em sua dimensão sublime*, para criar espaços na paróquia, no trabalho ou na família onde o silêncio do outro não seja visto como ameaça, mas como um mistério a ser respeitado. A



"palavra desarmada" é aquela que não utiliza rótulos (comunista, fascista, herege) para encerrar o diálogo antes mesmo de ele começar.

É aí que a filiação agostiniana do Papa Leão XIV conduz a que se oriente a vida comunitária para priorizar o humanismo sobre a ideologia. A polarização se alimenta de abstrações; a paz se alimenta de presenças. Diante de uma divergência política profunda numa comunidade pastoral, a mediação consiste em deslocar o foco da "tese" para a "pessoa". É mais difícil odiar alguém quando partilhamos o pão, o luto ou o cuidado com os pobres da comunidade. A espiritualidade humanizante reconhece que, antes de sermos "militantes" de qualquer causa, somos seres vulneráveis que buscam sentido. A convivência desarmada ocorre quando o bem comum (a dor de um vizinho, a fome de uma família) torna-se mais urgente do que a vitória de uma narrativa política.

E até quando se trate de reivindicar a intangibilidade do conceito internacionalista de soberania, que se leve em conta uma soberania, em suma, que mova a articulação internacional (ONU) e não consorciada (Conselho de Paz) pela consciência filosófica, sociológica, política, teológica, jurídica, mas radicalmente ética e não mercadológica, colonialista, de tal modo que se convenha que "A única guerra de que todos podem sair vencedores é a que travamos contra a fome e a pobreza"⁹⁴.

Santo Agostinho não ignorava o conflito; ele sabia que a cidade dos homens é marcada por tensões. O erro da polarização atual é transformar o conflito (que é natural) em inimizade (que é destrutiva). Por isso que a mediação pastoral pode se constituir numa escola de mediação de conflitos. Isso implica aceitar que a unidade não é uniformidade. Numa vida comunitária desarmada, o dissenso é permitido, mas o desrespeito é mediado pela caridade. É o exercício de olhar para quem pensa radicalmente diferente de nós e identificar nele um "cidadão da mesma fragilidade humana". A confiança recíproca é reconstruída não por acordos intelectuais, mas por gestos de cuidado que provam que, apesar das urnas ou dos dogmas, ainda somos capazes de humanidade. Ela pode ser, fora do

⁹⁴ Discurso do Presidente Lula, na Abertura do Debate Geral da 80ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 23/9/25, quando advertiu que "Ali (em Gaza) também estão sepultados o Direito Internacional Humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente". BRASIL POPULAR. A defesa da soberania e as emergências do nosso tempo. 11 out. 2025. Disponível em: <https://brasilpopular.com/a-defesa-da-soberania-e-as-emergencias-do-nosso-tempo/>. Acesso em: 16 mar. 2026.



contexto das grandes proclamações ou das exortações, tanto políticas quanto pastorais, na sensibilidade do comum e na sua intuição que discerne⁹⁵.

A paz é um exercício diário. Aplicar a teopolítica do Papa Leão XIV no cotidiano é transformar a “*tranquillitas ordinis*” em uma tranquilidade da vizinhança. É entender que a paz global começa na recusa de ser um agente de polarização no grupo de mensagens da família ou na reunião da paróquia. *In illo uno unum* resume o ideal de comunhão profunda com Deus, em que todas as divisões humanas se dissolvem. Um ideal de amor e de fraternidade⁹⁶, com os outros, com os pobres e com a humanidade.

Apesar das graves tensões que marcam a presente conjuntura, não faltam, na vida nacional, sinais que autorizam uma esperança responsável. O Brasil segue sendo uma nação dotada de extraordinária vitalidade humana, espiritual e comunitária. Em meio às incertezas do tempo presente, permanecem vivas, em muitas regiões do país, experiências concretas de solidariedade, de serviço ao próximo, de compromisso com os pobres, de defesa da dignidade humana e de cuidado com a Casa Comum. Nas comunidades eclesiais, nas pastorais, nos movimentos sociais, nas iniciativas educativas, nas redes de caridade e nas múltiplas formas de organização popular, continua a pulsar uma reserva moral que sustenta a vida do povo e resiste à indiferença, ao medo e à fragmentação.

Também é preciso reconhecer que a sociedade brasileira, mesmo submetida a crises recorrentes, não perdeu inteiramente sua capacidade de reconstrução. Persistem, no coração do povo, valores profundos de fraternidade, de abertura ao transcendente, de sentido de justiça e de busca sincera pelo bem comum. Há, em muitos ambientes, disposição para o diálogo, desejo de

⁹⁵ Como em Minha alma (A paz que eu não quero). Canção de O Rappa • 1999 “A minha alma tá armada/ E apontada para a cara do sossego/ Pois paz sem voz, paz sem voz/ Não é paz, é medo/ Às vezes eu falo com a vida/ Às vezes é ela quem diz/ Qual a paz que eu não quero conservar/ Pra tentar ser feliz...”

⁹⁶ LEÃO XIV, Papa. Dilexi te: exortação apostólica sobre o amor para com os pobres. Vaticano, 4 out. 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html. Acesso em: 16 mar. 2026. Também para a continuidade com o legado do Papa Francisco. Partindo da palavra bíblica “Eu te amei” (Ap 3,9), a exortação afirma que a Igreja reconhece no rosto dos pobres o próprio Cristo sofredor e, por isso, é chamada a viver uma opção concreta de proximidade, justiça e solidariedade com os mais vulneráveis. Em continuidade com o magistério social recente – especialmente o pontificado do Papa Francisco – a exortação denuncia as estruturas de injustiça que produzem pobreza, crítica a desigualdade econômica, a violência contra os mais frágeis e o abandono de migrantes e excluídos, e convida os cristãos a transformar a caridade em compromisso histórico pela dignidade humana.



reconciliação, sensibilidade diante do sofrimento dos mais vulneráveis e crescente consciência de que não haverá futuro socialmente estável sem maior equidade, sem responsabilidade pública e sem respeito à criação. Esses elementos não anulam os conflitos, mas recordam que a vida nacional não se esgota em seus impasses institucionais ou em suas polarizações mais visíveis.

A própria história do Brasil ensina que, mesmo em períodos de grande provação, emergem forças de resistência ética e de renovação social. O povo brasileiro, com sua fé, sua capacidade de partilha, sua criatividade e sua perseverança, continua sendo portador de possibilidades que não devem ser desprezadas. Onde muitos enxergam apenas desgaste, ainda se podem reconhecer sementes de reconstrução. O desencanto renova-se no compromisso. Ao lado do conflito, ainda é possível cultivar a paz.

Por isso, a esperança não ignora a gravidade da hora presente. Cremos que o Senhor continua agindo na história e suscitando, no meio das crises, caminhos de conversão, de responsabilidade e de esperança. Ao lado das sombras do tempo atual, há também luzes que permanecem acesas na vida do povo, na força das comunidades, no testemunho dos que servem e na persistência daqueles que não desistem do Brasil. É nessa esperança concreta, humilde e ativa que se deve apoiar a tarefa de reconstruir vínculos, fortalecer a democracia, promover a justiça social e renovar, no país, o compromisso com a paz, com a criação e com o bem comum.

